

Assembleia Municipal da Guarda

Ata

Sessão Ordinária de Vinte e Oito de Setembro de Dois mil e Vinte e Dois

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, pelas nove horas e trinta minutos, teve início, na Sala António de Almeida Santos, nos Paços do Concelho da Guarda, uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, sendo a Mesa constituída pelos seguintes elementos: Presidente, José Carlos Travassos Relva; Primeiro Secretário, António Carlos Saraiva Fernandes e Segunda Secretária, Maria da Graça da Fonseca Soares Rodrigues. De seguida, procede-se à transcrição da mesma. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Estarão presentes setenta e dois Deputados. Portanto, temos quorum. Cumprimentar todos os senhores Deputados eleitos e Presidentes de Junta, o senhor Presidente da Câmara, os senhores Vereadores, esclarecendo que o senhor Vereador Luís Couto teve a amabilidade de informar a Mesa de que não poderia estar durante a parte da manhã, em princípio, por razões de ordem pessoal, mas que iria fazer os possíveis para estar de tarde. Cumprimentar também as senhoras da linguagem gestual, e todos os senhores funcionários da autarquia aqui presentes. Dar conhecimento de que, do grupo municipal Pela Guarda, falta: Isabel Cristina Campos Gonçalves, substituída por Paulo Jorge Teixeira; falta José Carlos Breia Lopes, substituído por Lídia Lucas Matos Aleixo; falta Sandra Cristina Macedo Madeira, substituída por Paula Cristina Santos Palos; falta José António Quelhas Gaspar, substituído por Luís Filipe Gonçalves Soares. Do grupo municipal do PSD, falta: Dulcineia Catarina Moura de Sousa Coito, substituída por João Bernardo Rebelo Marques; falta Hugo Miguel Mendes Fernandes, substituído por Carlos André Tavares Cruz; falta Rodolfo Alberto Baldaia de Queirós, substituído por Sara Cristina Palos Ramos; falta Júlio Manuel Pereira dos Santos, substituído por Rodrigo Pires Besteiro; falta Guilherme de Azevedo Guimas, substituído por Francisco António Ricardo Jorge Robalo. Do grupo municipal do Partido Socialista, falta: Ana Mendes Godinho, substituída por Liliana Palos Almeida; falta Virgílio Bento, substituído por Nuno Filipe Costa Laginhas. A Dra. Ana Mendes Godinho comunicou que não pode estar presente em virtude de, na qualidade de Ministra, ter audiência parlamentar no dia de hoje. Das Juntas de Freguesia: falta o Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Estrela, Ricardo Miguel dos Reis Gonçalves,

substituído pela Tesoureira, Suzete Maria Figueiredo Ambrósio Bidarra. Falta a Presidente de Junta de Freguesia da Faia, Liliana Filipa Brás Santos, substituída pela Secretária, Maria de Lurdes Máxima Pires. Falta o Presidente de Junta de Freguesia da Guarda, João José Pina Prata, substituído pela Secretária, Anabela Guerra da Cunha. São estas as informações que chegaram à Mesa. -----

Começaríamos, então, pela votação da ata do dia 30 de junho, última Assembleia que realizámos. Algum senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre a ata? Faça favor.” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Muito bom dia senhor Presidente, muito bom dia a todos, excelentíssimos membros desta Assembleia. É a primeira vez que aqui estou, mas queria apenas dizer que logicamente me absterei nesta votação porque não tenho acompanhado os trabalhos de forma a poder votar a favor ou contra. Queria apenas deixar aqui uma nota à Mesa da Assembleia que não tem disponibilizado as atas desde outubro. Nós, no *Site*, não temos nem a ata de outubro, nem de dezembro, nem a ata de fevereiro, nem a ata de abril. E gostaria que essas atas estivessem colocadas no *Site* da Câmara Municipal porque quem está fora não consegue ter acesso a elas. Muito obrigado, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não posso confirmar, neste momento, como deve compreender. Mas agradeço a recomendação e será tida em conta se não estiver realizada.” -----

- **Resultado da votação da ata do dia vinte e sete de abril de dois mil e vinte e dois. ---**
- Aprovada, por maioria, com setenta e quatro votos a favor e quatro abstenções. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Entramos no período de antes da ordem do dia e, seguindo a ordem de entrada, é primeiro o PSD, depois o Partido Socialista, Bloco de Esquerda, PG e CDS-PP. A primeira é uma recomendação subscrita pelo senhor deputado Luciano Calheiros. Faça favor.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Muito bom dia. Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal, toda a Mesa e todos os Membros desta Assembleia, senhor Presidente da Câmara e senhores Vereadores, distinto Público, Comunicação Social aqui presente, e um particular cumprimento aos senhores Presidentes de Junta. Eu vou ler uma recomendação que tem a ver com a localização da estátua D. Sancho I. Aliás, é um assunto que abordei ao de leve na última sessão da Assembleia Municipal. «Cinquenta e três anos depois da batalha de S. Mamede, também conhecida pela primeira tarde portuguesa, o jovem D. Sancho I subiu ao trono português, sucedendo ao pai, Afonso Henriques, de quem herdou o ímpeto guerreiro, materializado em muitas e diversas ações na reconquista do território. Esta preocupação, associada ao povoamento e estabilização de fronteiras, justificam plenamente as prioridades do monarca, ao dar especial atenção à organização política, administrativa e económica, do reino. Este, o contexto que o levou a atribuir diversas cartas de foral, na zona de Trás-os-Montes e Beira, entre os quais se conta o da Guarda, concedido em 27 de novembro de 1199, como é do conhecimento. A história, diz-nos que a partir daqui a Guarda adquiriu outro estatuto, e por força do mesmo, não só obteve ganhos qualitativos, no que concerne ao seu desenvolvimento, como também terá reforçado a sua posição estratégica na região. Ou seja, a história da Guarda, passa, e está indelevelmente ligada ao seu fundador, o rei POVOADOR, D Sancho I. Minhas senhoras e meus senhores, caros membros desta Assembleia, trago à colação a figura do monarca D. Sancho I, a propósito da atual localização da sua estátua, retirada em 2005 do local central da zona histórica da cidade. Confesso-vos que na altura da mudança fiquei indignado, e assim continuo tendo prometido que, se um dia tivesse voz num qualquer fórum onde o assunto pudesse ser abordado, diria, (como sempre) aquilo que penso. É triste ver a estátua do fundador da Guarda, num local taciturno, sem iluminação e, ao que parece, por vezes, transformado em mictório. É fácil justificar um projeto de requalificação, como aquele que foi objeto de intervenção na zona histórica, mesmo discordando de alguns aspetos, nomeadamente, este, da recolocação da estátua que então passou do centro da Praça Velha, para junto da Sé Catedral. Nada de pessoal me move contra Camilo Cortesão e Mercês Vieira, autores do projeto, reservando-me, no entanto, o direito de questionar alguém que, para justificar a sua opção, disse, nomeadamente: "porque é uma praça mais ou menos triangular, não há razão para ter

uma estátua naquele ponto central, não valoriza a Sé". Pergunto: Não valoriza a Sé? Eu diria o contrário! A Sé da Guarda é um monumento distintivo, de altura, volumetria e robustez impressionantes, e que no caso vertente, praticamente "engole" ou minimiza a estátua de D. Sancho I. Observável a olho nu! Diria que, é apenas uma justificação técnica, discutível, no mínimo, elaborada por um técnico, embora a decisão seja política e é dessa que eu discordo, respeitando, naturalmente, quem a tomou, pessoa(s) que conheço e por quem tenho, aliás, muito apreço e simpatia. No entanto, os erros corrigem-se e, se houver vontade dos atuais decisores políticos, podemos e devemos colocar a referida estátua num lugar condigno e de destaque, em conformidade com a dimensão do fundador da Guarda. Este é um tema que deverá estar acima do, vulgo, taticismo da discussão político/partidária, não tendo dúvidas de que as pessoas da Guarda gostariam de ver a figura do seu fundador tratada como merece, ou seja, recolocado num lugar central desta nobre cidade. Apesar disso, não quero que a minha intervenção seja entendida como uma forma de pressão sobre o executivo, porque efetivamente não o é! Basta ver que recorri à recomendação e não a outra figura regimental! Aliás, o executivo é recente, tem as suas prioridades e opções políticas, que foram sufragadas pelo voto popular, e quanto a isso, nada a dizer! No entanto, caros membros desta Assembleia, cidadãos da Guarda, senhor Presidente da Câmara Municipal, como alguém disse: Os monumentos históricos, as memórias individuais e coletivas por eles evocadas, representam a identidade, a continuidade de um povo. preservá-los e promovê-los para as presentes e futuras gerações é dever de todos e de cada um. Porque é a memória coletiva que está em causa, a dignidade (ou a falta dela) como tratamos os nossos antepassados. Porque falamos de arte e memória, de um monumento que resiste à passagem do tempo e conta uma bonita história. Um monumento carregado de simbolismo, é verdade, mas que reflete a nossa identidade, o que é nosso, que perpetua a lembrança de uma importante figura da nossa história e fundador da nossa terra. Não devendo, ainda, esquecer que a identidade de uma sociedade, se constitui a partir do conhecimento da sua própria história, pelo que, nos termos dos artigos 36º 1/al. b) e 54ª do Regimento da AM, e através da figura RECOMENDACÃO, sugiro que este assunto seja repensado, e no âmbito de uma qualquer intervenção que ocorra na praça velha ou noutra qualquer momento, seja feita justiça e que a estátua de D. Sancho I volte a ocupar um lugar de destaque (não tendo

de ser rigorosamente o centro da Praça), consonante com a notoriedade daquele que simbolicamente representa. Pois, como diria o filósofo: Um povo que não conhece a sua história está condenado a repeti-la. Disse. Guarda, 28 de setembro de 2022, Luciano Manuel Calheiros Gomes, membro da bancada do PSD na Assembleia Municipal.»
Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Alguma senhora deputada ou algum senhor Deputado se deseja pronunciar-se sobre este tema tem agora a palavra. Permitia-me chamar à atenção, já chegou o Dr. João Correia, que dos seis minutos acordados, cavalheirescamente, para apresentar as moções, o PSD já só tem vinte e seis segundos. Não sei como é que querem gerir agora o resto do tempo. Já vemos... nestes minutos não há cedência. Há cedência, depois, no outro tempo. Agora, aqui, não há cedência. O segundo tema proposto pelo PSD tem o título «projeto floresta». A Mesa tem algumas dúvidas que esta figura regimental seja admitida, projeto. No entender da Mesa ou há moções, ou há recomendações. Projetos não me parece que seja figura regimental. Não sei quem viria intervir sobre... Lucinda Fernandes. Não sei como é que quer transformar. Recomendação? Tem a palavra, faça favor.” -----

- **Lucinda Fernandes, Deputada (PSD):** “Muito bom dia a todos e em nome do senhor Presidente da Assembleia, desejo a todos um bom dia. «A floresta é fonte de diversas atividades, matérias-primas e serviços. Como resultado, o seu contributo para a economia portuguesa é indiscutível.» Como este documento está na plataforma, eu vou-me abster de ler digamos que toda a introdução a este documento, passando para algo mais importante. «A leitura dos dados todos em conjunto com outros levantamentos levados a cabo por várias Associações da área, levam-nos a questionar de que forma podemos contribuir e apoiar o desenvolvimento e enriquecimento das áreas florestais, que são fundamentais para todos nós. Esta proposta, recomendação, vem no sentido de apoiar as populações essencialmente rurais, envolvendo o poder autárquico e as freguesias na elaboração de um projeto conjunto, a que chamamos “Viveiro Florestal de Espécies Autóctones”. Na atual política florestal regional, o recurso a espécies é decisivo, pela sua melhor adaptação aos locais mais hostis e pelo importante papel que têm a desempenhar nas áreas degradadas, pela qualidade dos

produtos a explorar, e, ainda, pelo contributo para a conservação de um património único. A criação e desenvolvimento destes viveiros é uma ação com o intuito de antecipar a necessidade futura de plantação, reposição e reconversão sustentável. A localização destes viveiros, deverá ser feita nas freguesias que apresentem mais qualificações para o efeito, devendo sobretudo a criação de postos de trabalho e da qualidade das áreas disponíveis. A escolha das espécies a serem plantadas ou semeadas, seria uma decisão tomada em conjunto com as instituições e associações que conhecem as características da nossa região. No entanto, o sucesso do projeto estará intrinsecamente ligado a dois fatores fundamentais: - Melhoramento da qualidade da floresta e Melhoramento das condições socioeconómicas dos agricultores, ou proprietários, ou investidores. Sendo que para isso, a escolha das espécies, deverá ser feita tendo em conta a necessidade de reflorestação de qualidade certificada, assim como um retorno económico atrativo para os agricultores que vão investir nessas espécies. O envolvimento da Câmara Municipal neste projeto, asseguraria o desenvolvimento do mesmo em termos financeiros, podendo recorrer a apoios Comunitários existentes para a floresta. Sendo que em casos de catástrofe, como foi os incêndios deste ano, a Câmara Municipal seria o principal interveniente, podendo ativar planos de reflorestação rápida. Obviamente, que todo este objetivo seria desenvolvido em articulação com o ICNF, com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, uma vez que também ele é responsável por alguns viveiros. No entanto, estes viveiros são insuficientes e já se mostraram insuficientes para dar resposta em casos de catástrofe, incêndios de grandes dimensões como temos sido providos nos últimos anos. Assim, e tendo em conta os fatores referenciados e a conjuntura nacional e europeia, projetar a criação de Viveiros Florestais, seria uma solução com a envolvimento de todos e para todos. Dotando estes viveiros de características multifuncionais, com várias valências, onde se conciliasse a produção de plantas, com ações permanentes de divulgação e sensibilização da comunidade local, para o tema. Equipar estes espaços com as estruturas e automatismos necessários para a produção de plantios de elevada qualidade. A organização funcional destes espaços, deveria ser adaptada para proporcionar visitas guiadas às várias valências do viveiro e ainda a participação nos trabalhos de plantação. A componente de sensibilização ambiental, poderia vir a ser assegurada por visitas de estudo organizadas pelas instituições da região. Possibilitando-

se aos visitantes o acesso a conteúdos de uma forma lúdica, e simultaneamente pedagógica. Recorrendo também a vários suportes de comunicação, dar-se-ia a conhecer as várias espécies florestais naturais e a sua importância ambiental, económica e social. A proximidade gera um apelo efetivo ao uso dos sentidos e ao despertar de sensações, que é algo que iria influenciar positivamente as novas gerações e incentivar quem cria, toma conta e promove uma sociedade mais focada no ambiente. A elaboração de uma plataforma interativa, com base na realidade de cada um desses viveiros, pode transformar toda a experiência num momento único de prazer e divertimento para quem a visita. Não podemos esquecer que, a longo prazo, as perspetivas relativas a alterações climáticas em Portugal apontam para uma subida da temperatura global e a maiores períodos de seca, levando ao aumento de risco de fogos florestais e criando necessidade de uma reflorestação mais rápida. Dada a gravidade do problema das florestas, e percebendo a importância da envolvência de todos os organismos, associações e população em geral, torna-se cada vez mais essencial que, para além das necessárias medidas a desenvolver para a prevenção e minimização dos incêndios florestais, a floresta precisa de um profundo envolvimento de todos nós.»
Obrigada pela vossa atenção. Peço desculpa pelo tempo. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Alguma senhora deputada ou senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre este tema? Que passou, então, a recomendação. Certo? Não haverá ninguém inscrito para falar, passamos a outro tema apresentado pelo PSD «pelo direito a ter habitações aquecidas». Dr. João Correia, quem intervém aqui neste tema?” -----

- **Pedro Nobre, Deputado (PSD):** “Senhor Presidente e restante Mesa, senhor Presidente da Câmara e senhores Vereadores, senhores Deputados e Deputadas, senhores e senhoras Presidentes de Junta, Trabalhadores da Câmara Municipal, Jornalistas, Público, bom dia a todos. «Pelo direito a ter habitações aquecidas Tendo em consideração:
- O aumento, que parece não ter fim à vista, do preço da energia; - A parca ajuda dada pelo Governo aos consumidores particulares na conta da eletricidade que não ultrapassa um euro e dez cêntimos; - O facto de toda a população necessitar de ajuda mais efetiva, de forma ainda mais premente os residentes nos territórios onde as

temperaturas de Inverno se tornam insuportáveis e onde o aquecimento nos lares não é um luxo, mas sim uma necessidade; - A escalada de preços das pellets, que são um tipo de combustível cada vez mais utilizado no aquecimento das habitações, e que tem visto o preço subir de uma forma inusitada para valores que já triplicam os do ano 2021 (em Outono, um saco de 15 Kg custava três euros e meio, neste momento já ultrapassa os dez e com tendência a aumentar); - A escassez de oferta de venda de pellets, relacionada com uma produção de pellets virada para a exportação, condicionando a oferta e o preço a nível nacional. - A escalada de preços do gás que, de igual modo, irá dificultar, em muito, o aquecimento dos lares, mesmo que os consumidores passem para o mercado regulado; A assembleia Municipal da Guarda, reunida a 28 de setembro de 2022, propõe ao Sr. Ministro das Finanças as seguintes alterações: 1) Redução do IVA da fatura do gás de 23 para 6%; 2) Redução do IVA das Pellets de 23 para 6%; 3) Garantia de fornecimento de pellets para o mercado nacional.» Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre esta moção do PSD? Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Bom dia a todos. Antes de mais, eu tenho a certeza absoluta que o senhor Deputado irá fazer chegar essas suas propostas ao novo Deputado do Partido Social Democrata do concelho da Guarda, a quem eu endereço, desde já, as maiores felicidades, e tenho a certeza absoluta de que ele terá possibilidade, na Assembleia da República, que é o lugar correto, de colocar essas questões. Estou certo de que isso irá acontecer. Relativamente à questão do gás, dizer-vos que o governo apresentou uma série de medidas, nomeadamente a possibilidade de passagem para o mercado regulado, onde a poupança nas faturas, na maior parte dos consumidores portugueses, será de cerca de dez por cento. Relativamente à questão de pellets, nós temos uma fábrica de pellets na Guarda e deixava aqui ao executivo da Câmara a possibilidade de tentarem exercer magistério de influência a essa empresa, no sentido de os habitantes da Guarda, os municípios da Guarda, terem possibilidade de adquirir esses pellets a um preço menor. Compreendo esta questão, compreendo que para os habitantes da Guarda, para os habitantes do distrito da Guarda, de Bragança, Viseu,

Castelo Branco, esta zona do interior a questão dos pellets é importante. Deixava aqui o repto ao Município no sentido de tomar todas as diligencias. Temos que, cada vez mais, o nosso Município tem que começar a ser ele a trabalhar e não estar sempre à espera que venham outros acima para fazer qualquer coisa. E, portanto, aqui fica a minha sugestão. Iremos votar contra porque achamos que não é este o local para discutir assuntos dessa natureza. Tenho a certeza absoluta que o vosso Deputado irá colocar isto na Assembleia da República quando tiver oportunidade. Muito obrigado.” –

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Mais alguma senhora ou senhor Deputado deseja intervir? Então, não havendo qualquer outra intervenção, colocaria esta moção à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Pelo direito a ter habitações aquecidas** -----

- **Aprovada, por unanimidade, com sessenta votos a favor, uma abstenção e quinze votos contra.** -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Declaração de voto? Faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “O PS votou contra esta moção, mas está sempre aberto para todas as propostas que tenham como objetivo a discriminação positiva da nossa região e instamos o executivo a colocar às altas entidades estas questões, no sentido de a nossa região ser discriminada positivamente relativamente às outras regiões. Não era isso que estava na moção do PSD.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. O Partido Social Democrata apresentou, aliás, na sequência, presumo eu, do que já havia feito na Assembleia realizada em dezembro do ano findo, uma moção sob o título «Pela transmissão em tempo real com posterior disponibilização permanente da gravação de áudio e vídeo das reuniões de Câmara». A Mesa vai explicar a posição que vai tomar. A nível do concelho, há dois órgãos: a Câmara e a Assembleia Municipal. Se lermos o artigo 25º da lei 75/2013, poderemos resumir que a Assembleia Municipal é o órgão de acompanhamento e fiscalização da Câmara. Acompanhamento e fiscalização da

Câmara. Nunca poderá ser um órgão que determine o modo de funcionamento formal, prático, da Câmara. Seria curioso, na perspetiva desta moção, e permitam-me que o diga com toda a franqueza, que a Assembleia da República aconselhasse ou determinasse ou aprovasse uma moção dizendo como é que ocorriam as reuniões do Conselho de Ministros e nomeadamente que as reuniões privadas do Conselho de Ministros tenham que ser públicas. Ou seja, no entender da Mesa, esta moção estaria a obrigar a Câmara, o Executivo Camarário, a funcionar de uma determinada maneira. Seria a mesma coisa que uma Assembleia de Freguesia dizer que a Junta de Freguesia tem que reunir às sextas-feiras ou aos sábados ou aos domingos, e o mesmo se passa com a Câmara Municipal. Creio que em dezembro, na altura que surgiu uma moção parecida com esta, eu tinha questionado, a minha dúvida sobre a sua legalidade. No entender da Mesa, não temos qualquer dúvida sobre a sua ilegalidade. E, portanto, ao abrigo do atual regimento, a Mesa não aceita esta moção. Não sei se algum senhor Deputado quer pronunciar-se sobre isso? Faça favor. Senhor Deputado, nos termos do atual regimento eu creio que tem dois minutos, se a memória não me traiçoa. Faça favor.” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Muito bom dia a todos, uma vez mais. A moção que nós queríamos aqui apresentar... Senhor Presidente da Assembleia, senhores Deputados. Nós não temos aqui a intenção de mudar o modo de funcionamento do órgão do executivo municipal. Não é isso que está aqui em questão. Reparem, isto já acontece em Baião, em Santarém, em Manteigas, Oliveira de Azeméis, Alpiarça, Coimbra, Pombal, Azambuja, Odivelas, Palmela, Setúbal. Portanto, são vários, incontáveis os municípios em que isto já acontece em Portugal. Eu percebo a sua questão, não quero fugir a ela. Nós não estamos aqui para deliberar sobre como deve funcionar a Câmara Municipal. Estamos apenas a garantir mais transparência, mais aprofundamento democrático do funcionamento desse órgão. Com todo o respeito, não concordo consigo quando faz aqui o paralelismo do Conselho de Ministros e das reuniões do Executivo Municipal. Não acho que seja uma analogia pertinente, porque estamos a falar de uma coisa que já acontece em todo o país. E, portanto, o que nós queremos aqui, e também a nossa moção fala precisamente disso, é criar a oportunidade para que todos os munícipes possam assistir às reuniões de Câmara e para que possam, efetivamente, conhecer as opções tomadas pelo município. A única coisa

que muda é que a reunião, neste caso, entenda-se, a reunião que temos, neste momento, pública, passa a decorrer com uma câmara à frente. Nada muda regimentalmente. Não há nenhum procedimento a mudar. É uma questão de transparência face à opacidade que existe. Consideramos que há opacidade porque acabamos sempre por saber o que se passa na reunião de Câmara por terceiros. O que queremos é assegurar que a transparência prevalece e que podemos ter acesso. Que podemos, todos nós no concelho da Guarda e principalmente as pessoas que estão fora do concelho, aceder e ver, em tempo real, a reunião de Câmara. Mais importante ainda na nossa moção, queríamos que se fizesse e que se tomasse esta nova política pelo Executivo Municipal na reunião que antecede o Dia da Cidade, de forma a poder ser publicitada e de forma a que as pessoas pudessem, pela primeira vez na história da Guarda, assistir àquilo que se passa dentro de uma reunião de Câmara. Sabe que há muitos jovens da minha idade que não sabem o que é uma reunião de Câmara, que nunca assistiram a uma, que não conhecem o modo de funcionamento dos Órgãos do Município e era extremamente importante numa era em que a Comissão Europeia fala de década digital. Estes dez anos são a década digital. Quinze por cento das verbas do Plano de Recuperação e Resiliência são afetadas à transição digital e os municípios não são capazes de se posicionar neste alinhamento e permitir aos seus cidadãos que acedam às reuniões de Câmara. É só isto que nós pedimos. Nós não queremos alterações regimentais e não estamos aqui a tomar e a interferir no funcionamento do Órgão do Município. Nós queremos que se faça na Guarda aquilo que já se faz em incontáveis Municípios por esse país fora. Que as pessoas possam pegar num telemóvel e possam assistir às reuniões de Câmara e àquilo que se passa no Município. E, por isso, nós gostaríamos de manter esta moção, gostaríamos de submete-la à votação porque achamos que isto é do interesse de todos. Todas as pessoas que aqui estão reunidas nesta Assembleia têm interesse em ver as reuniões de Câmara. Portanto, nós entendemos que assim deve ser. Este é o nosso entendimento. Muito obrigado senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado eu. De qualquer modo, respeito a sua opinião, mas esta é a opinião da Mesa. Se o Executivo camarário entender fazer assim, fará. E, já agora, permita-me outra chamada de atenção, é que eu penso

que não haverá verba, no orçamento, prevista para isto. E serão cerca de cem mil euros. Portanto, há que ter em atenção. Tem a palavra o senhor Deputado. Faz favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Senhor Presidente, relativamente aos cem mil euros, qualquer Gipsy Kings pagaria uma coisa desse tipo. Pronto, é só assim. Depois, relativamente a esta questão, peço-lhe desculpa, senhor Presidente, não. Assim não. Quer dizer, nós queremos que haja democracia na Guarda. Os guardenses, quando votaram no PG, votaram no PG porque as pessoas do PG diziam que eram diferentes, que eram democratas, que eram inclusivos, que todos tinham direito, que os guardenses, acima de tudo, tinham direito a saber aquilo que se passava. Então, o senhor Presidente vem, com um qualquer subterfugio legal, fazer com que uma moção destas não seja votada? Senhor Presidente, eu peço-lhe, pelo menos, que ponha a Mesa, que não tome o senhor Presidente e a Mesa da Assembleia a decisão. Então, ponha, pelo menos, ao Órgão, a decisão de votar ou não votar a moção. Era isto que eu esperaria num Órgão democrático, senhor Presidente. Desculpe, senhor Presidente, não esperava isto desta Mesa depois dos trabalhos que ocorreram durante o regimento. Senhor Presidente, a moção não é nossa. Como é obvio, se ela for para ser votada, o Partido Socialista irá votar favoravelmente, por tudo aquilo que o senhor Deputado agora acabou de afirmar. Principalmente pelos jovens desta terra que gostarão de ver as discussões, que são as coisas mais importantes para as pessoas que aqui vivem. E, portanto, senhor Presidente, lamento. Hoje, estou profundamente triste com aquilo que está, neste momento, aqui a acontecer. É aquilo que eu tenho que dizer.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não sei se mais algum senhor Deputado ou senhora Deputada deseja intervir?” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Senhor Presidente, acima de tudo imparcialidade na condução dos trabalhos. Senhor Presidente, pronunciou-se sobre a questão financeira da Câmara Municipal. Isso compete ao Órgão Executivo e, portanto, isso foi um aparte que lhe fica muito mal. Peço desculpa, mas não o devia ter feito. Segunda questão, nós não retiramos a proposta. Eu acho que não devia socorrer-se, como disse a pessoa que me antecedeu, de qualquer subterfugio legal porque nós defendemos a transparência. Estamos na era da transparência. Eu tenho a certeza de

que o Presidente Sérgio Costa e todo o Executivo também compreenderão isso e estarão de acordo. E, portanto, não vejo qualquer constrangimento, até na bancada do Partido pela Guarda, nesse sentido. Não sei porque é que o senhor Presidente não abre aqui a discussão ou não põe, então, à consideração do Órgão exatamente a sua pretensão. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Bom dia a todas e a todos. Vimos também reforçar que para nós não faz qualquer sentido não colocar esta moção para decisão da própria Assembleia e reforçamos que não estamos a falar sobre, ou, pelo menos, o PSD, quando apresenta a moção e é obvio quando se lê, não está a falar sobre um controlo do que se passa na Câmara, sobre as atividades, mas sim de transparência. Reforço, estamos a falar de acrescentar uma câmara. Novamente, não há câmara nenhuma nem transmissão nenhuma que vá ter esse valor, a menos que os orçamentos sejam muito mal feitos. Mas, também, obviamente, vamos confiar que este processo vai ser transparente e vai ser correto. Portanto, não há necessidade de não colocar na mesa. Até se torna um bocadinho mais estranho e mais uma forma de boicotar a democracia. Mas acho que colocar à mesa era importante. Colocando à mesa, não vejo qual a necessidade reprovamos esta moção, tendo em conta que falamos de transparência. As reuniões da Câmara irão, esperemos nós, decorrer de acordo como têm decorrido até agora. O que estão a solicitar, e nós, obviamente, concordamos, é que toda a gente tenha acesso ao que se passa lá. É muito diferente ler documentos do que assistir a uma transmissão. Portanto, solicito, também, à Mesa, repensem a vossa posição. Coloquem a moção à discussão. E, preferencialmente, enquanto Assembleia, vamos aprovar mais uma moção pela democracia na Guarda.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou... Já usou da palavra. Peço imensa desculpa. É o regimento, dois minutos. Faça favor. Peço desculpa, não tinha reparado.” -----

- **Tiago Gomes, Deputado (PG):** “Muito bom dia a todos. Senhor Presidente, na sua pessoa cumprimento todos. Eu começava pelo fim. De uma recomendação apresentada também pelo Partido Social Democrata, em que diz que apresenta precisamente, e já veio aqui expor, que é uma recomendação e não uma moção e o porquê de apresentar uma recomendação e não uma moção. Como se costuma dizer, a César o que é de César, a Deus o que é que Deus. E se nós dizemos que não condicionamos, gostava de perguntar o porquê da alínea c), de impor. Porque não é propor, é impor que seja feita na reunião que antecede o Dia da Cidade. Não vou alimentar mais esta polémica, digamos assim. Só dizer que, em boa hora, se fez e se conseguiu fazer a transmissão desta Assembleia Municipal, e assim aproveito para cumprimentar a todos. Em boa hora esta Mesa também se lembrou de fazer, tanto nesta Assembleia como nas comemorações que têm ocorrido, o apoio da língua gestual. Em boa hora foi criada a Guarda TV. Recursos, sem dúvida nenhuma, essenciais para o Município. Sem dúvida essenciais para a transparência. Mas, mais do que transparência, a finalidade desta Assembleia, tal como o senhor Presidente disse, é acompanhar e fiscalizar. Não tem nexos ligar e desligar, como se fala no ponto b) dessa mesma moção. E não tem nexos nenhuns, e esse é que não tem nexos nenhuns, que passado oito anos, passado oito anos e sobre propostas que me lembro que foram feitas exatamente pela sua antecessora Presidente da Assembleia Municipal, para que também as reuniões de Câmara pudessem ou não ser transmitidas, seguindo o exemplo da Assembleia Municipal. E agora, passado oito anos, vemos aqui uma autopromoção de defensores não só da proximidade, não só de um esforço que nem os próprios cidadãos da Guarda, da proximidade de correr rua a rua, vila a vila, de subir e descer, conseguiram fazer e isso ficou provado fez ontem um ano. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir? Eu gostava de chamar à atenção, se me permite, o senhor Deputado que veio defender. O senhor Deputado já não é desse tempo, mas não pode confundir democracia com ilegalidade. E o que a Mesa entendeu é que esta moção é ilegal porque não tem fundamento. Nos tempos em que o senhor não tinha nascido, mas eu já cá andava, aí não havia democracia e havia ilegalidades. O que a Mesa pretende é dizer que, no entender da

Mesa, esta moção é, como moção, é ilegal. Como moção é ilegal. Seria também conveniente que quando dizem, quando foi aqui afirmado que a Mesa não colocava à votação, é falso porque o senhor Deputado devia ter lido o artigo 49º do regimento atual e diz isto: n.º 1 qualquer deputado municipal pode recorrer para o plenário da decisão do Presidente ou da Mesa. Era isso que o senhor Deputado, com todo o respeito, devia ter feito. Se entende que a decisão da Mesa não é legal, faça favor, socorra-se dessa figura regimental, recorre para o plenário, e obviamente a Mesa colocará com toda a democracia ou democraticidade este ponto à votação da Assembleia. Tao simples quanto isto. Fica a minha pergunta. Deseja utilizar esta figura regimental do recurso para a assembleia? Pronto. Portanto é um recurso sobre a recusa da Mesa em aceitar esta moção. Quem vota contra o recurso, agora. Não é? Há um recurso. Portanto, quem vota contra o recurso, quem vota a favor da decisão da Mesa.” -----

----- **Resultado da votação do Recurso** -----

- **Aprovado, por maioria, com quarenta e quatro votos a favor, três abstenções e vinte e nove votos contra.** -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Dr. João Correia, quem intervém? Faça o favor.” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Senhor Presidente, se me permite, eu há bocado levantei a mão precisamente para tentar saber quando é que eu podia apresentar a moção. Eu não sabia. Foi por isso que levantei. Muito obrigado. A moção é: «Pela transmissão em tempo real com posterior disponibilização permanente da gravação de áudio e vídeo das reuniões de Câmara. Considerando: Que já está instituída a prática neste Órgão, há quase uma década, da transmissão das sessões da Assembleia Municipal da Guarda, com meios assegurados para o efeito contratados pela Câmara Municipal; Que temos, desde 2015, a Guarda TV, que leva até aos Guardenses, estejam eles onde estiverem, as iniciativas do Município através de diferentes plataformas; Que a democracia deve ser defendida, fortalecida e aprofundada por todos os meios possíveis;» principalmente a democracia neste ponto colocada e quando estamos a falar de juventude e de pessoas que nunca assistiram a uma reunião de Câmara «Que a transmissão dessas reuniões de Câmara por esta via já é comum num crescente número

de municípios,» e há cada vez mais «incluindo alguns do distrito da Guarda» com um terço da nossa população. Nós somos capital de distrito e não temos a transmissão das reuniões de Câmara. Manteigas, aqui ao lado, tem essa mesma transmissão. É um dos exemplos, fora aqueles que eu já elenquei anteriormente. E nalguns casos até se concede a possibilidade de os munícipes poderem intervir, não apenas fisicamente, mas por via online na própria reunião de Câmara. «Que está também em causa a transparência das opções da gestão camarária de uma capital de distrito» e aqui é que se coloca a questão que o senhor Deputado Miguel Borges também já veio aqui colocar. Estamos aqui a falar para uma Assembleia que também é constituída, e bem constituída, pelo Movimento pela Guarda e o Movimento pela Guarda andou, na campanha eleitoral e até ao dia de hoje, a pregar a transparência, e pregar a limpidez e agora chega aqui à hora da verdade e é o que se vê. E, depois, temos aqui também, como eu digo também na moção, o próprio Partido Socialista, no sentido em que houve uma recomendação na reunião de Câmara que passou, do Partido Social Democrata, e também o Partido Socialista se mostrou favorável a que pudessem ser gravadas as reuniões de Câmara. Portanto, nós entendemos e é por isso que vimos aqui hoje com esta proposta, porque entendemos que nesta Assembleia estão reunidas as condições para a apresentar. Estão aqui pessoas que provavelmente votariam facilmente nesta moção. Pelos vistos, enganámo-nos. Portanto, queremos, então, «Dar a orientação à Câmara Municipal da Guarda para que, com a maior brevidade possível, as reuniões do executivo passem a ser transmitidas em tempo real, nos canais digitais do Município, com posterior disponibilização permanente da gravação áudio e vídeo; Naturalmente» e isto é muito importante «Naturalmente que tal transmissão e disponibilização sofrerá as interrupções pontuais e necessárias sempre que, na ordem do dia ou antes dela, sejam abordados assuntos em que esteja em causa o direito à privacidade (como por exemplo a deliberação sobre processos disciplinares ou temas de similar natureza reservada, tipificados na lei);» tudo o que tenha e que possa ir contra a privacidade do cidadão individualmente considerado, pode e deve ser protegido pelo Presidente da Câmara que conduz a sessão, no nosso entender. «Apesar da formulação flexível de "com a maior brevidade possível",» senhor Deputado, eu não entendo. Aqui, a maior brevidade possível, é nós pedirmos a reunião que antecede o Dia da Cidade para que se celebre o Dia da Cidade, os 823 anos da cidade da Guarda, para que as pessoas que estão lá em

casa possam assistir à reunião, pela primeira vez na história da Guarda, e possam saber o que é que o município decide diariamente. É isto que está em questão. Eu quero estar em Lisboa, na China ou no Japão, olhar para o telemóvel e saber o que é que se passa na minha cidade. E, se puder ser no Dia da Cidade, tanto melhor. Muito obrigado, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado eu. Mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado? Está inscrito o Deputado Miguel Borges. Faça favor.” --

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Bem, não me querendo repetir, dizer que claramente o senhor Presidente, quando há pouco, do recurso, falou da legalidade ou ilegalidade desta coisa, falou que a Assembleia Municipal tinha por fim fiscalizar o Executivo. Que melhor maneira da Assembleia Municipal poder fiscalizar o Executivo que os membros da Assembleia Municipal poderem assistir às reuniões de Câmara. Já agora, tenho a certeza absoluta que o senhor Presidente de Câmara concordará connosco, uma vez que, também ele, na anterior legislatura, quando sem pelouros, foi ele próprio que propôs ao Executivo de então que isso acontecesse. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, faz favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom dia senhor Presidente, bom dia a todas as pessoas que nos estão a ouvir. É a segunda vez que nesta Assembleia acontece uma coisa semelhante. Os princípios estão certos, os princípios têm unanimidade e, porque a figura regimental, na minha opinião, é errada, passa de recomendação a imposição, com timings, algumas com timings, sem acautelarmos se efetivamente o Executivo tem meios, quanto tempo se demora a fazer um concurso para se transmitir agora no Dia da Cidade. Eu não sei, nunca fiz concursos públicos. E eu não tenho a certeza que se possa fazer um concurso público para fazer a transmissão. E, a ser assim, eu concordo com o princípio. Se fosse recomendação, é obvio que estaria na primeira fila a defendê-lo. Enquanto imposição, enquanto moção que é a figura regimental, não posso votar a favor. Embora concordando com o princípio, como é obvio. Mas toda a gente concorda.

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguém se deseja pronunciar? Faz favor.” -----

- **Lucinda Fernandes, Deputada (PSD):** “É só para lembrar ao senhor Deputado que uma moção não é uma imposição. E isso que fique bem claro aqui dentro porque acho que todos nós sabemos. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados... Faz favor.” -----

- **Tiago Gomes, Deputado (PG):** “Bem, bom dia novamente. Explicando o que é uma moção e o que é uma recomendação, e basta ler o regimento, uma moção é uma deliberação com um mecanismo vinculativo. É vinculativa a moção, enquanto que uma recomendação não é. Agora, eu relembro mais duas coisas muito simples. Primeiro, há atas das reuniões. E nós, não é o PG que está contra. O PG não está contra nada. Nós estamos contra a imposição que querem fazer à governação. Isto é uma imposição à governação. Completa, pura e dura. Eu aqui citei um membro da bancada do Partido Social Democrata que aqui apresentou uma recomendação e ele próprio justificou que apresentava uma recomendação porque se deveria respeitar aquilo que foi o resultado das urnas. E ao governo o que é do governo, à assembleia o que é da assembleia. Portanto, só deixo esta pergunta no ar. Senhor Presidente, faz sentido, então, a Câmara Municipal ter regimento próprio? Ou nós também vamos aprovar o regimento da Câmara Municipal? Este é um tema da Câmara Municipal e não desta Assembleia.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados, peço que deixem falar o orador. Muito obrigado. Deseja falar? Faz favor.” -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** “Senhor Presidente, bom dia, muito obrigado. Bom dia a todos. Na verdade, está-se aqui a estabelecer várias confusões. Em primeiro lugar, ninguém vai impor rigorosamente nada, enquanto não for votada a moção. Em segundo lugar, o PG votou contra o recurso... desculpe, o PG votou contra o recurso para que esta moção fosse votada. O PG ainda não se manifestou, começou agora a manifestar-se em relação à moção. Mas, anteriormente, votou logo contra o requerimento. Nem sequer permitiria que a moção fosse a votação. Por outro lado, tanto quanto eu percebi, o

Deputado Tiago Gomes veio aqui dizer que a antecessora do Dr. Relvas, Presidente desta Assembleia, já tinha feito recomendações, propostas, imposições, não sei, ou... exato... não, digo, a Presidente da Assembleia já tinha feito recomendações, imposições, chamemos-lhe o que quisermos, já tinha feito. Eu não percebo porque é que, então, se a Presidente da Assembleia tem legitimidade para o fazer, porque é que a Assembleia o perde. Isto, na posição desta Mesa atual. E, portanto, há aqui qualquer coisa muito confusa. Por outro lado, tinha sido feita uma recomendação anterior ao Executivo anterior por um Deputado desta Assembleia que, pelos vistos, não surtiu qualquer efeito. Portanto, agora, não há outra alternativa senão a moção. Peço desculpa. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Muito rapidamente, só para dizer o seguinte. Em termos regimentais, aliás, eu, de uma forma indireta, fui visado aqui há pouco pelo facto de eu ter apresentado aqui uma recomendação porque achei que devia ser a forma de recomendação. Podia ter feito uma proposta. Mas fiz como recomendação nesta fase. Mas vou fazer uma proposta, um dia destes, sobre o mesmo assunto. E não quero, de maneira nenhuma, que seja entendido como uma forma vinculativa. Não é vinculativa coisa nenhuma. Aliás, a proposta que vai ser agora aqui votada não é para vincular, não obriga... desculpem, se quiserem ir ao regimento, então eu vou mais longe. O que está no regimento, no artigo 54º, tanto as moções como a recomendação devia ser objeto de votação também. Desculpem, está lá. Deliberação. Deliberação é decidir e está lá no artigo 54º. Ora vejam se lá não está. E, portanto, a figura da recomendação também devia ser votada aqui e eu não fiz força para que isso acontecesse. Ou então estamos a interpretar mal o regimento, estão a ver? Leiam o artigo 54º que está lá. Portanto, ou seja, a recomendação também podia ser votada. Podia, no atual regimento. Eu já sei que na proposta que vem aqui para a alteração de regimento tiraram isso do artigo. No entanto, só quero dizer que não vejo aqui nenhuma forma de vinculação. Poderá haver aqui uma vontade expressa. Isso há, como é evidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais algum senhor Deputado deseja intervir? Faz favor.” -----

- **Tiago Gomes, Deputado (PG):** “Dois pequenos esclarecimentos. Aí é que está a diferença entre recomendação e moção. Uma tem processo vinculativo, a outra não tem processo vinculativo. A moção vincula após aprovação, a ver se nos entendemos. E, Dr. João Correia, desculpe, mas eu fui muito claro naquilo que disse antes. E o PG votou como votou o recurso por ela ser apresentada como moção. Não o conteúdo em si da transparência e da transmissão, mas sim ser apresentado e ser o processo vinculativo. A moção tem um processo vinculativo, enquanto que a recomendação não tem um processo vinculativo. E essas são as duas diferenças. E tem toda a razão, as recomendações podem ser votadas e, segundo o regimento atual, deveriam ser votadas.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Faz favor, para ficar gravado.” -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** “Senhor Deputado Tiago Gomes, pronto, de forma geral estamos todos de acordo. A questão é que o PG votou contra o recurso. Não estávamos a discutir a moção, que se esclareça. Ainda não estávamos. A moção ainda não tinha sido apresentada. Ninguém falou da moção. Só estávamos a discutir, o plenário estava a discutir se a Mesa podia recusar, ou não, a moção. Era só isto. Não, não, agora é que vai votar. Agora é que é de votar. A votação é depois.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados, peço imensa desculpa... se me permitem, dar um pequeno esclarecimento. Eu creio que não ouviram bem o que eu disse. O que eu disse é que este documento está apresentado como moção. A Mesa não fez nenhum comentário político, nem de apreciação de valor da moção, do conteúdo. A Mesa, a única coisa que disse foi isto: como moção, entende que não é legal. Apenas isto que a Mesa disse. Se tem vindo como recomendação, obviamente que a posição da Mesa seria outra. O problema é ser moção. Foi isso que a Mesa disse. Não deturpem, por favor, aquilo que eu disse em nome da Mesa. O que está aqui em causa é isto assumir a figura de moção e não de recomendação. E foi com esse argumento.

Quero-vos dizer que a Mesa aceita democraticamente todas as moções, mas a Mesa terá de agir com aquilo que entende que é a lei. Bem ou mal, entendeu que a lei tinha esta interpretação e foi assim que a Mesa agiu.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Bem, relativamente a este assunto e depois de ter ouvido dizer que a anterior Presidente da Assembleia recomendou ao anterior Executivo que as reuniões fossem online, esta discussão relativamente a ser recomendação ou ser moção... claramente, eu não sei qual é que é o problema, neste momento, do PSD. Quer dizer, porque, neste momento, claramente, para nós, deverá ser vinculativo. Porque quando temos uma Presidente da Assembleia Municipal que recomenda a um senhor Presidente, que inclusive é do mesmo partido da senhora que antes era Presidente da Assembleia e o partido nada faz, em oito anos, com as recomendações. É que eu pergunto ao Executivo, quantas das recomendações que já foram feitas nesta Assembleia Municipal já foram postas em prática? É que nós temos este exemplo. E, portanto, acho muito bem, senhores Deputados, que tenha sido moção e que seja vinculativa. Não há de haver medo nisto, não é?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Mais algum senhor Deputado deseja intervir? Não havendo. O senhor Presidente da Câmara não sei se deseja... não? Muito obrigado. Então, colocaria à votação a moção. “ -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Pela transmissão em tempo real com posterior disponibilização permanente** -----

----- **da gravação de áudio e vídeo das reuniões de Câmara** -----

- **Aprovada, por maioria, com quarenta e um votos a favor, onze abstenções e vinte e sete votos contra.** -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Declaração de voto? Faz favor.” -----

- **Tiago Gomes, Deputado (PG):** “Senhor Presidente, já se falou aqui muito de regimento e ainda vamos falar mais. Com certeza, já durante período da tarde, pelo andamento dos trabalhos. E no artigo 45º do atual regimento e do regimento em vigor, «São considerados requerimentos apenas os pedidos dirigidos à Mesa respeitantes ao

processo de apresentação, discussão e votação de qualquer assunto ou ao funcionamento da reunião.» Que fique muito bem claro que a posição do grupo municipal Pela Guarda foi pela forma como foi apresentada como moção e foi isso que acredito que Mesa colocou à votação. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado muito obrigado. Não sei se mais algum senhor Deputado deseja fazer declaração de voto? Penso que não. Passaríamos ao último ponto. Também é uma moção do PSD, pela realização da Assembleia Municipal Jovem da Guarda. Senhor Deputado, chamo-lhe à atenção, quarenta e um segundos.” -----

- **Rodrigo Besteiro, Deputado (PSD):** “Muito bem. Então, só com os bons dias a todos, já vão os quarenta e um segundos. É assim, creio que já todos leram a moção. Espero bem que sim, mas há algumas alterações a fazer, relativamente ao ponto 5 das considerações que aí foram feitas. De resto, a deliberação será a mesma, tirando uma parte que esta Assembleia Municipal Jovem que estamos aqui a propor não apresentará moções à Assembleia Municipal. Ou seja, o produto dessa Assembleia Municipal jovem servirá como recomendação e como uma intervenção a ser tomada em conta nas nossas Assembleias Municipais. Muito obrigado, está apresentada a proposta.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, peço-lhe imensa desculpa, mas não entendi. Este documento continua moção ou passa a recomendação?” -----

- **Rodrigo Besteiro, Deputado (PSD):** “Moção. A moção continua. Houve uma alteração ao conteúdo.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “É qual é a alteração ao conteúdo, se me permite?” -----

- **Rodrigo Besteiro, Deputado (PSD):** “É a retirada do ponto 5 das considerações...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Retira o ponto 5 na totalidade.” -----

- **Rodrigo Besteiro, Deputado (PSD):** “Sim, sim. Na totalidade.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Pronto. Sobem os outros pontos. Ok, muito obrigado. Muito obrigado pelo esclarecimento.” -----

- **Rodrigo Besteiro, Deputado (PSD):** “Portanto, na deliberação a ser aqui tomada, é para ser retirada a possibilidade de a Assembleia Municipal Jovem apresentar moções à Assembleia Municipal. De resto, continua a ser organizada pela Câmara Municipal da Guarda, continua a proposta de que seja realizada nas comemorações do Dia da Guarda, 27 de novembro. E creio que está o esclarecimento feito, se precisar de mais alguma coisa.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Portanto, da parte final mantém a alínea a), mantém a b), retira a c), mantém a d) e mantém a e). Retira a c) que é que da mesma surjam moções e recomendação...” -----

- **Rodrigo Besteiro, Deputado (PSD):** “Não. Surge a recomendação. A moção não.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Retira a palavra moção. Muito obrigado. Algum senhor Deputado ou senhora deputada deseja pronunciar-se? Tem a palavra senhor Deputado, faz favor.” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Bom dia a todos. Na pessoa do Presidente da Assembleia, cumprimento todos os presentes. Em relação a esta moção, ela parte de uns considerandos generalistas com que toda a gente, na sua globalidade, concordará. Ainda assim, há alguns reparos a fazer. A primeira é que 2022 é o Ano Europeu da Juventude. Nós sabemos e o Conselho Municipal da Juventude tem uma comissão dedicada unicamente a este assunto. Eu sei porque integro a comissão, o João Vaz do PS também integra. E o estranho, é o que me deixa confuso sendo este o primeiro argumento, é que a única bancada desta Assembleia que ainda não disponibilizou tempo e data para reunir com esta comissão foi mesmo a do PSD. Depois, para além disso, a consideração 5, que eu acho que mantém na proposta, não é Rodrigo? Vocês mantêm a consideração 5 ou retiram, da argumentação? Retirada. Ok, então, ficamos contentes por algum consenso que possamos ter chegado, porque o Conselho Municipal da Juventude tem reunido regularmente. Não tem força vinculativa, é consultivo, mas esta

Assembleia Municipal Jovem também não terá qualquer força vinculativa, e, ao contrário dos trabalhos do Conselho Municipal da Juventude, será uma ação avulsa, única e sem um plano amplo e abrangente que o Conselho Municipal da Juventude tem e que esta comissão eventual do Ano Europeu da Juventude também tem. Depois, para além disso, sugerem o dia 27 de novembro para esta data. É um dos dias nobres da cidade, tal como o 25 de Abril. No 25 de Abril passado houve uma Assembleia Municipal Jovem, houve outros anos em que houve outras Assembleias Municipais Jovens. No próximo 25 de Abril, vai ser difícil haver uma Assembleia Municipal Jovem, se quiséssemos, porque uma moção aqui aprovada no passado vinculou a Assembleia Municipal a realizar uma ação nesse mesmo dia. Portanto, isto que agora tão incisivamente defendem no dia 27 de novembro, não será possível, por exemplo, no 25 de Abril ou o tempo será muito mais limitado. Depois, a moção, e bem, refere a atividade cívica exercida pelos jovens e refere também que responsabilidade gera responsabilidade. Por isso, o nosso grupo municipal considera que esta Assembleia Municipal Jovem deve ser organizada pelo próprio Conselho Municipal da Juventude. E, então, a alínea a), que é propor à Câmara Municipal, não. É propor ao Conselho Municipal da Juventude que sejam os jovens a fazer todo o processo. Que definam os moldes, que proponham como é que deve ser feita essa Assembleia Municipal Jovem. Nós conhecemos os problemas, nós conhecemos os temas que mais nos afligem e nós melhor conseguimos organizar, em conjunto, como já demos provas de trabalhar em conjunto, para organizar uma Assembleia Municipal Jovem que seja, de facto, útil e profícua para os nossos problemas. Portanto, concluindo, e agradecendo algum consenso a que chegámos com as propostas que eu apresentei ao Rodrigo, consideramos que a alínea a) é muito importante e que deve ser o Conselho Municipal da Juventude a organizar e a propor esta Assembleia Municipal Jovem. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Faça favor.” -----

- **João Vaz, Deputado (PS):** “Bom dia. Na pessoa do senhor Presidente, cumprimentar todos os presentes. Dizer que o Partido Socialista, no que concerne ao global do que é a nossa perspetiva do que é esta proposta, está de acordo. Ou seja, concorda que seja

dada mais voz aos jovens e a todos os jovens, não só aos jovens dirigentes associativos, ou dirigentes partidários. E, também, nesta sequência, dizer-lhe, senhor Presidente, que sem dúvida agradecemos toda a sua experiência e temos a certeza que é isso que garante que o senhor Presidente desempenhe o seu papel de forma tão boa, mas acho que esteve bastante mal quando se dirigiu ao Deputado Francisco Robalo e o diminuiu por ser um jovem. Depois, dizer-vos que, quanto à proposta em si...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Peço imensa desculpa. Eu peço imensa desculpa, não sei onde é que eu fiz isso. E não aceito, a não ser que me prove as palavras que eu disse, não aceito que me ponha esse epíteto. Agradeço-lhe isso. Que fique muito claro.” -----

- **João Vaz, Deputado (PS):** “Esclarecendo, quando se dirigiu a ele dizendo que provavelmente ele ainda não seria nascido quando aconteceram os eventos que nomeou e que já andava aqui há muito tempo, nessa altura...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “E acha que, peço desculpa... a única coisa que eu quis dizer é que eu vivi antes do 25 de Abril, diabo! Se não entendeu isso, peço imensa desculpa!” -----

- **João Vaz, Deputado (PS):** “Muito bem. Voltando ao ponto, de facto nós concordamos com a perspectiva global da proposta. No entanto, a proposta da Assembleia Municipal Jovem parece-nos um bocado vazia. Não dizem, ao certo, o que é que é suposto fazer. Concordamos com o que o Deputado José Rodrigues já veio aqui dizer, que deve ser entregue ao Conselho Municipal da Juventude para fazer. Aliás, de qualquer forma, se não for alterado este ponto e mesmo assim a moção for aprovada, certamente acredito que o Executivo irá organizar a atividade em conjunto com o Conselho Municipal da Juventude e deve fazê-lo. Mas, no entanto, a Assembleia Municipal Jovem, de facto, a proposta não explica o que é que é suposto acontecer. Se é apenas para ser um plenário aberto a todos os jovens. Se assim for, o Conselho Municipal já permite fazer esse enquadramento. As considerações que colocam e o objetivo geral de pegar nas informações e construir um documento, fazer propostas, já vai de acordo com a comissão eventual que já está em funcionamento, que o José Rodrigues referiu também.

E, portanto, nesse aspeto, parece-nos que é uma duplicação de funções, embora, lá está, o objetivo geral nós compreendamos e estejamos de acordo. Percebemos também este desconhecimento deste trabalho que está a ser realizado, uma vez que nem o Deputado do PSD no Conselho Municipal da Juventude nem o representante da JDS quiseram fazer parte desta comissão. Inclusive, o único grupo aqui presente, e repito, o único com quem ainda não conseguimos reunir, para conseguir os contributos para a comissão eventual, é o grupo municipal do PSD.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Faz favor.”

- **Miguel Bandarra, Deputado (PSD):** “Bom dia a todos. Na pessoa do senhor Presidente da Assembleia, cumprimento todos. Só para dizer que aquilo que aqui foi dito agora, tanto pelo Deputado João Vaz, quer pelo Deputado José, eu contactei o José há uns dias e ficámos de combinar uma data de reunião. Ainda não foi combinado. Portanto, não é vir aqui dizer que não há interesse, porque há interesse. É só isto, obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Obrigado eu, senhor Deputado.” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “É só uma defesa deste aspeto. Porquê? Nós mandámos emails para todos os grupos municipais, em julho. Contactei informalmente o líder da bancada que me deu indicação que seria o Miguel o responsável. Ele contactou-me. A questão é, eu só mencionei isto porque o Ano Europeu da Juventude é o primeiro argumento desta moção. Nós temos uma comissão para falar sobre este assunto em específico e é o único grupo parlamentar com quem ainda não conseguimos reunir. É tão simples quanto isso. É um facto.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Dr. João Correia, deseja intervir? Olhe o tempo.” -----

- **Rodrigo Besteiro, Deputado (PSD):** “É assim, a proposta foi feita. Eu não creio que haja qualquer ataque ao trabalho da Comissão Municipal da Juventude. Acho que o Conselho Municipal da Juventude está a ser feito, está a ser bem feito, estão a fazer um bom trabalho para o ano eventual e isso não invalida nada. Ninguém disse que há um mau trabalho ou que não chega. Só queremos é dar uma ajuda. E há algum mal se for a

Câmara Municipal da Guarda a organizar e a associar-se à juventude num dia solene como o 27 de novembro? Eu creio que não. Não sei porque é que a proposta está a levantar tanta celeuma. A CMJ pode participar nesta Assembleia Municipal. E terá o conteúdo. Terá o conteúdo, enquanto fórum, que os jovens lhe quiserem dar, consoante a inscrição que fazem e aquilo que querem dizer. A proposta tem conteúdo e a Assembleia vai ter conteúdo. É só isto que eu quero dizer.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais algum senhor Deputado? Dr. João Correia, penso que esta, e voltamos outra vez à figura regimental, é uma moção. Se é uma moção para ser cumprida temos que saber exatamente o que é que está cá. Eu ia-lhe propor o seguinte. Eu não consegui interpretar a alínea e) final. Não consegui interpretá-la. Penso que também já haverá aqui algumas alterações. Eu permitia-me uma sugestão. Sentavam-se, redigiam com as alterações para sabermos exatamente o que é que estamos aqui a deliberar. Avançamos e depois pomo-la à votação. Não, pelo amor de Deus, era essa a minha proposta nesse sentido. Então, não votávamos agora, redigia-se. Muito obrigado. Então, passávamos às moções e recomendações, creio eu, apresentadas pelo Partido Socialista. A primeira é a proposta de Voto de Pesar pela morte de Jorge Cláudio. Desejam usar da palavra? Muito obrigado, faça favor.” -----

- **Maria Manuela Fernandes, Deputada (PS):** “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, na sua pessoa cumprimento todos. «Jorge Cláudio Marques da Silva, natural de Lisboa, viveu na Guarda desde a abertura da antiga Fábrica Renault até ao seu falecimento, no passado dia 14 de julho de 2022. O Jorge da Renault, como era conhecido, foi um dos fundadores do Partido Socialista da Guarda, onde a sua inegável militância ao Partido fez dele um ícone de grande entrega às causas socialistas. Ativista de carisma, teve um papel preponderante no PREC, contra as brigadas extremistas. Quem o conheceu, deliciou-se a ouvir as histórias das numerosas visitas de membros do governo ao distrito da Guarda, que ele sempre acompanhou. Foi deputado desta Assembleia Municipal durante duas décadas, cargo que desempenhou sempre com elevado empenho. Assim, pela sua entrega e dedicação à Guarda, o Grupo Parlamentar

do PS propõe que a Assembleia Municipal, delibere: Apresentar à sua família sentidas condolências e respeitar um minuto de silêncio em sua homenagem.» -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Algum senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre este tema? Penso que não haverá aqui, se houver alguma abstenção ou voto contra, façam favor. Se não houver, obviamente que é apresentar à família as condolências e respeitarmos aqui um minuto de silêncio. Respeitávamos um minuto de silêncio. Muito obrigado.” -----

- Muito obrigado. Segundo tema do Partido Socialista, uma moção sobre Provedor do Município. Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **Nuno Laginhas, Deputado (PS):** “Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes Membros da Mesa, senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda e restantes Membros do Executivo, senhores Deputados, Comunicação Social, Público presente, muito bom dia. Bem, o que me traz aqui hoje é uma coisa simples e essencial também para a transparência e para que haja mais celeridade nos processos na Câmara Municipal da Guarda, é o Provedor do Município. «Considerando: Que, hoje em dia se afigura cada vez mais essencial um investimento numa estratégia autárquica de modernização administrativa, que seja baseada na prestação de serviços de qualidade e agilize, desta forma, a interatividade entre os serviços da autarquia e os seus municípios; considerando que, na perspetiva de uma democracia mais participativa, em que o cidadão se sinta cada vez mais um agente de dinamização e colaboração, podendo exercer o seu direito de intervir, sugerir ou reclamar; considerando que, tem-se assistido, cada vez mais frequente, a processos nos serviços administrativos e técnicos do município que ultrapassam, em largo tempo, os prazos necessários, ficando por vezes guardados no silêncio de um qualquer gabinete e que, de forte peso, condicionam o investimento e a vida dos cidadãos; considerando que, nos dias mais recentes o Concelho da Guarda assistiu a relacionamentos laborais, no âmbito do exercício de funções de direção, que condicionaram a motivação dos trabalhadores e, desta forma, a produtividade e o bem-estar dos mesmos, não contribuindo para o ambiente saudável que deve ser apanágio de uma organização, o Partido Socialista apresenta esta moção, instando a Câmara a que crie o Provedor do Município, em que ele terá como funções

ou como função principal, de forma imparcial, a defesa e promoção dos direitos, liberdades, garantias e interesses legítimos dos munícipes, assegurando, através de meios informais, a justiça e a legalidade dos poderes públicos; e que no âmbito das relações laborais no universo do município, pese embora nós termos conhecimento que existem organizações que regulam essas relações, (os sindicatos, comissão de trabalhadores). Portanto, não se pretende aqui que o provedor do munícipe nesta componente, venha substituir essas organizações, mas que exerça um papel ou a função de mediador isento e informativo por forma a prevenir os diferendos.» Muito obrigado.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir sobre este tema? Faça favor.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Muito bem. Dizer só que nós concordamos e acho que toda a gente deve estar de acordo. Estamos a falar de transparência, naturalmente, e também de um meio que, enfim, faz a ligação entre os cidadãos, os órgãos e os serviços municipais. E, portanto, é de louvar e a maior parte das câmaras municipais deste país também já têm o provedor do munícipe. Portanto, é uma matéria que, para nós, é pacífica. No entanto, eu também sugeria aqui ou, enfim... sugeria mesmo a implementação também do canal de denúncia. O canal de denúncia tem por base a Lei 93/2021, de 20 de dezembro, e que estabelece o regime geral de proteção de denunciadores de infrações. Ou seja, é a transposição de uma diretiva comunitária, 2019/1937 do Parlamento Europeu e do Conselho. E, portanto, é um meio que pode ser utilizado para comunicar qualquer infração cometida, que esteja a ser cometida ou cujo cometimento se possa razoavelmente prever no âmbito da Câmara. Pode ainda denunciar qualquer ato de corrupção, infração conexa, etc., etc., e por aí fora. Portanto, ou é conexo com aquilo que foi proposto aqui, com o provedor, ou pelo menos tem que ser implementada também, até porque é de carácter obrigatório. As Câmaras também têm que evoluir para aí, salvo erro, até 2023. Não tenho a certeza. Mas, implementar esta Lei 93/2021, era também importante pensar nisso. Obrigado.” –

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou Deputado deseja pronunciar-se? José António, faça favor.” -----

- **José António Pereira, Deputado (PG):** “Muito bom dia a todos. Bom dia senhor Presidente. Em relação a esta matéria, uma grande parte das funções do provedor do município já todos nós temos essa obrigação, temos essas competências desde que tomámos posse. Aquilo que parece, e mais uma vez, é que nós estamos a votar um documento tal como ele está apresentado, com uma figura tal como está apresentada. Este Órgão devia, eventualmente, recomendar que se diligenciasse a criação do regulamento para permitir a nós, como tantas outras autarquias, termos a constituição da figura do provedor do município. Agora, portanto, não estamos nada contra o conceito e muito bem e alargar todas estas formas de acordo com aquilo que disse agora o senhor Deputado Luciano Calheiros. No entanto, existe um pormenor. Como é que nós podemos votar um documento, não votamos parte, temos que votar todo. Convençam-nos lá que o ponto 2 deste documento que está à votação, não interfere, mais uma vez, com vários organismos do município. Ou seja, temos que votar um documento no todo e o ponto 2 está a interferir com aquilo que não são as nossas competências. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se do Partido Socialista... faz favor senhor Deputado.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Mais uma vez, qual é o problema? Qual é o medo? Estamos a falar da criação do provedor do município. Qual é o problema?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Tiago... espere aí... já lhe dou a palavra, está bem? Só um bocadinho. Se é para defesa da honra, tem...” -----

- **Tiago Gomes, Deputado (PG):** “Senhor Presidente, o grupo municipal do Pela Guarda não tem medo de ninguém, nem de nada. O único medo que nós temos, digamos assim, é de não cumprir com as responsabilidades que assumimos e é de não fazermos essas mesmas responsabilidades. É o único medo que temos. E, portanto, senhor Deputado

Miguel, ninguém aqui tem medo e espero que peça desculpa à bancada do grupo municipal do Pela Guarda porque nenhum de nós, nenhum de nós eleitos como o senhor, tem medo de seja o que for.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Bem, para defesa da honra porque não foi isso que eu disse. Não. Eu perguntei qual é o problema. Não. Qual é o problema. Disse qual é o medo? Pronto! Peço imensa desculpa, queria dizer qual é o problema.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Está esclarecido. Está esclarecido. Senhor Deputado, faz favor, estava inscrito.” -----

- **Nuno Laginhas, Deputado (PS):** “Bem, eu venho aqui fazer uns esclarecimentos. Eu, hoje, que estava até contente com o debate democrático que estava a ocorrer aqui nesta Assembleia, a casa da democracia municipal, começo a ficar preocupado com o comportamento democrático da bancada do PG, porque está a tentar, desde o início, transformar moções em recomendações para levar à inação do Executivo da Câmara Municipal da Guarda. É isto que se está a passar aqui nesta Assembleia. Ora bem, vamos aqui ver uma coisa. A moção é para criar a figura do provedor do munícipe. Nós apresentamos aqui quais seriam as funções dessa figura. O resto do trabalho cabe ao Executivo fazer. Criar a figura, o regulamento, e trazer aqui a esta casa para ser discutido e depois votado. Quanto à função de mediador isento e informativo de forma a prevenir diferendos, é isso mesmo. Não é a pessoa que vai interferir ou resolver esses diferendos. Vai só mediar para evitar que eles aconteçam e que haja mais eficiência nos processos e nos relacionamentos laborais. Concordamos perfeitamente com a sugestão da bancada do PSD no que referiu. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se... faz favor.” -----

- **José António Pereira, Deputado (PG):** “Clarifique-se. Nós não queremos passar esta moção a uma recomendação. Nós não percebemos claramente porque é que, seja com figura de moção ou recomendação, o que se vai pretender é criar um regulamento para criar a figura do provedor do munícipe. Nesse regulamento é que devem estar quais são

as competências. Não é quando nós solicitamos a criação do provedor do município que vamos logo indicar quais são as competências. É essa a parte que está mal. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguém deseja intervir? Não havendo, colocaria a moção à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Provedor do Município** -----

- **Aprovada, por maioria**, com trinta e oito a favor, um voto contra e vinte e nove abstenções. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Faz favor.” -----

- **António Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Rochoso e Monte Margarida (PG):** “Bom dia a todos. Eu só votei contra porque não concordo com o ponto 2 da dita Moção.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, está explicado. Senhor Deputado, peço-lhe imensa desculpa. A alteração, eliminou o ponto 5? É a realização da Assembleia Municipal Jovem. Eliminou o ponto 5? Ou senão leio eu. É igual. «Moção pela realização da Assembleia Municipal Jovem da Guarda. Considerando: 1. Que o presente ano de 2022 foi escolhido pela Comissão Europeia para assinalar o Ano Europeu da Juventude; 2. Que um dos grandes problemas políticos que o nosso país enfrenta é o da Abstenção, particularmente a Abstenção Jovem; 3. Que a democracia deve ser defendida, fortalecida e aprofundada por todos os meios possíveis; 4. Que a atividade cívica exercida por jovens em louváveis iniciativas como o Parlamento dos Jovens, o Conselho Nacional da Juventude, o Conselho Municipal da Juventude, as Associações de Estudantes, as Associações Académicas, as Associações Juvenis e Grupos de Jovens carece de representatividade e apoio dos órgãos políticos; 5. Que, no passado, se realizaram iniciativas de Assembleia Municipal Jovem abertas à participação de qualquer jovem Guardense; 6. Que os desafios colocados aos jovens são cada vez mais complexos e diversificados; 7. Que direitos políticos, emprego, habitação, educação,

cultura, ambiente, saúde, desporto, requerem um debate profícuo e aprofundado, aberto a todos os que quiserem participar; 8. Responsabilidade gera responsabilidade e para caminhar rumo a uma sociedade mais democrática e participativa devemos, sem medos e sem relutância, avançar para o escrutínio e intervenção alargada; A Assembleia Municipal da Guarda, reunida em sessão ordinária a 28 de setembro de 2022, delibera:

a) Dar a orientação à Câmara Municipal da Guarda para que, através do Conselho Municipal de Juventude, realize uma Assembleia Municipal Jovem até ao final do ano;

b) Que a mesma seja transmitida e disponibilizada aos Municípios por canais semelhantes aos da Assembleia Municipal;

c) Que, da mesma, surjam recomendações que venham a ser discutidas em Assembleia Municipal, dando força às vozes dos Jovens Guardenses;

d) Que a mesma esteja aberta à participação mediante inscrição e apresentação de recomendação/intervenção;

e) Que a mesma possa ser realizada aquando das comemorações do Dia da Cidade.»... Isto é que eu não entendo. «Que se celebrem no dia 27 de Novembro 823 anos...» Que se celebrem no dia 27 de Novembro, 823 anos de Juventude. É este o sentido da frase? Muito obrigado. «Guarda, 19.09.22, Grupo Parlamentar do PSD». Discussão. Algum senhor Deputado se deseja pronunciar? Já está discutido. Então, colocava à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----
----- **Pela realização da Assembleia Municipal Jovem da Guarda** -----
- **Aprovada, por unanimidade, com setenta votos a favor.** -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Declaração de voto? Faz favor.” -----

- **Tiago Gomes, Deputado (PG):** “É uma declaração de voto muito sintética de dizer e de agradecer as alterações que foram feitas. Mas, no entanto, continuamos com o mesmo ponto, que o 27, tal como o dia 25 de Abril que já aconteceu e parabéns a este Executivo por ter realizado essa Assembleia e ter convidado jovens das várias áreas da nossa sociedade, para assim intervirem nesta casa e nesta casa da democracia que é de todos, mas nós aprovamos a Assembleia Municipal Jovem em data a ser discutida entre o Conselho Municipal da Juventude, tal como diz a alínea a), e a Câmara Municipal. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Dava a palavra de novo ao Partido Socialista. Recomendação da Assembleia Municipal à Câmara Municipal da Guarda, Pavilhão Multiusos. Senhora Deputada faz favor, tem a palavra.”

- **Paulisa D`Assunção, Deputada (PS):** “Começo por endereçar os meus respeitosos cumprimentos a todos os presentes. Esta Recomendação sobre o pavilhão multiusos, «Com a realização dos dois últimos eventos que a Câmara Municipal da Guarda organizou este Verão no largo do Mercado Municipal, voltou a evidenciar-se a necessidade, já há muito sentida – e que já apontámos – de uma estrutura multiusos, capaz de receber com condições adequadas este tipo de eventos, sem causar o manifesto transtorno que tem trazido o montar e desmontar de tendas para esse efeito, que dura semanas, e implica cortes e/ou reorganização do trânsito e a ocupação de um parque de estacionamento já de si insuficiente para dar resposta às necessidades dos utentes do mercado. Os visitantes destes eventos acabam assim por ter que ocupar os passeios com os seus veículos e muitas vezes nem aí conseguem ter lugar para estacionar, gerando um autêntico caos por todo o centro da cidade, sobretudo para os residentes e trabalhadores daquela zona, que se veem impedidos de estacionar junto às suas casas e aos seus locais de trabalho.» Sucedeu e várias queixas nos chegaram, pessoas que vieram de fora, por exemplo, no domingo à tarde, ver a Feira farta, e que só tiveram lugar para estacionar após o concerto de Luis Filipe Reis, já aquando do fecho dos expositores. Outras pessoas que se queixaram que tiveram que vir, com crianças de colo, a pé, desde o Bairro da Luz. Portanto, são situações, enfim, que eram evitáveis, houvesse esta estrutura. Portanto, a necessidade que a cidade tem de «uma estrutura que ofereça as condições necessárias para comportar a realização de eventos culturais e eventos desportivos, com um parque de estacionamento adequado a receber a quantidade de visitantes que este tipo de eventos traz, tem sido manifesta. A opção pelas tendas é uma solução provisória que, a longo prazo, acarreta mais custos para o erário público, do que a opção pela construção de uma estrutura permanente. Por outro lado, faz falta à cidade um pavilhão multiusos que também ofereça boas condições durante o ano para a prática desportiva, substituindo aqueles velhos pavilhões desportivos, onde chove lá dentro e que se transformam em autênticos ringues de patinagem no gelo nos dias mais frios de Inverno... é um desânimo para os atletas que

ali treinam sem as condições mínimas.» E que também nos têm feito chegar as suas queixas, que não têm condições minimamente dignas para treinar, os atletas federados. Portanto, estamos a falar do pavilhão do estádio municipal, o pavilhão de S. Miguel, onde chove lá dentro. Isto é de lamentar e tem que haver aqui uma reversão desta situação. Portanto, faltam «infra-estruturas a nível desportivo e a cidade deveria estar na linha da frente nesta área que atrai tantos jovens e que poderia ser uma forma de trazer mais qualidade de vida aos habitantes da cidade e tornar a cidade mais atrativa. A Câmara Municipal da Guarda deveria ter mais visão e apostar na criação e melhoramento das infra-estruturas desportivas deste concelho, até explorando o conceito da altitude para treinos de alto rendimento, como teríamos todas as condições para o fazer, houvesse a logística e infra-estruturas necessárias para tanto. Face ao exposto, o Grupo Municipal do PS da Assembleia Municipal da Guarda, reunida em sessão ordinária no dia 28 de Setembro de 2022, faz a recomendação à Câmara Municipal da Guarda para que, em alternativa às tendas montadas sistematicamente para a realização de eventos, avance com a construção de um pavilhão multiusos, com capacidade para acolher grandes eventos e, ao mesmo tempo, que seja apto para a prática desportiva ao longo do ano, onde os atletas possam treinar em condições condignas.» Portanto, é uma necessidade que já há muito se faz sentir e que tem sido cada vez mais evidente. Fica a recomendação e esperamos o Executivo a siga, independentemente do carácter não vinculativo desta recomendação. Muito obrigada.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Não sei se alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre esta recomendação? O senhor Presidente da Câmara não deseja intervir? No fim? Muito obrigado. Passava ao Bloco de Esquerda. Moção pela criação de uma equipa de sapadores. Tem a palavra... tinha! PG está preparado? Avançamos com a recomendação do Hotel Turismo e depois, quando a Deputada Barbara Xavier surgir, dar-lhe-emos a palavra. Faça favor.” -----

- **Daniel Gonçalves, Deputado (PG):** “Bom dia a todos. No dia 6 de julho, o nosso Hotel comemorou o seu ano jubilar. Comemorou 75 anos, mas, no entanto, nesta passada segunda feira este grandioso e emblemático património de todos nós escapou ao

inferno das chamas. O nosso património foi vendido em 2010, pela Câmara Municipal, então liderada pelo Partido Socialista, para ser reabilitado num projeto magnífico que nunca saiu do papel e com o passar dos anos o seu vasto e valioso espólio foi disperso como as palavras levadas pelo vento. Nada fez o Estado em sucessivos governos, mas muito se têm aproveitado como âncora de promessas eleitorais. Passou por programas como o Revive, era dado quase como certo a sua reabilitação ou não houvesse eleições à porta... Mas nada passou de intenções... e Deus me perdoe, mas de boas intenções está o inferno cheio! E à volta dessas intenções vemos novamente alguém querer galopar a onda das boas intenções e trazer a terreiro o tema. Na Assembleia Municipal da Guarda, reunida no passado mês de abril, este plenário aprovou por larga maioria uma moção apresentada pelo Grupo Municipal Pela Guarda, que estabelecia um prazo para serem tomadas medidas concretas, nomeadamente a sua reabilitação por agentes económicos ou a sua devolução à Câmara Municipal, para que esta encontre uma solução mais eficaz e adequada. Em declarações feitas a órgãos de Comunicação Social no decorrer da campanha legislativa, ouvimos mesmo uma das candidatas afirmar que o novo Executivo da Câmara Municipal estava a fazer um bom trabalho nessa área e que o Governo da República iria honrar o compromisso nesta e em outras áreas! Mas, no entanto, resposta à moção aqui apresentada, discutida e votada? Parece que não houve: só se, as declarações da senhora Secretária de Estado do Turismo, em que afirma que nunca será devolvido à Câmara Municipal, forem consideradas resposta. No nosso entender, não. Não são! Não é a via nem institucional, nem recomendada pelo respeito entre órgãos para uma resposta a uma moção. Assim, recomendamos à Mesa da Assembleia que insista sobre o Governo, se teve conhecimento da moção aqui aprovada e se a mesma merece da sua parte resposta formal, oficial e pelos meios institucionais que a honra deste órgão merece como representantes do Concelho da Guarda.»
Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir? Senhor Deputado, faz favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Apenas gostaria de questionar a Mesa se realmente a Moção que foi aqui aprovada foi ou não enviada para quem de direito. Isso é uma questão que também a nós nos preocupa. E depois dizer que continuamos a achar que o Hotel Turismo não pode ser arma de arremesso. Vamos todos dar as mãos no sentido de resolver este assunto. O senhor Presidente da Camara tem procurado fazer isso. Publicamente tem ajudado à solução e penso que assim será a melhor forma de encararmos isto e não ser jogo político e ser trazido aqui em todas as Assembleias. De certeza absoluta que vai ser resolvido com as duas partes a entenderem-se.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se há mais alguma intervenção? Tratando-se de recomendação, passava à recomendação seguinte. Também do PG sobre... não tem título. Eu penso que é habitação. Faça o favor, não sei quem intervém. Muito obrigado.” -----

- **António Oliveira, Deputado (PG):** “Bom dia a todos e a todas. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. José Relva, os meus cumprimentos e cumprimento todos os senhores Deputados, senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores Vereadores, todos os presentes e quem nos segue. «Com esta breve e sintética intervenção em representação do grupo municipal Pela Guarda, dirijo-me a todo o Executivo Municipal, na pessoa do senhor Presidente de Câmara, Eng^o Sérgio Costa, para lhe dar nota de importante recomendação: Antes da mesma, importa contextualizá-la: - foi recentemente boa notícia em diferentes meios de comunicação social o facto da Câmara da Guarda ter conseguido, através de contrato celebrado com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), investir 6,7 milhões de euros em construção e reabilitação de habitação social para cento e nove famílias, beneficiando mais de trezentas e trinta pessoas. Continue assim, batendo a todas as portas para que a transformação social, económica e urbanística da Guarda possa ocorrer. Senhor Presidente, em devido tempo e em boa hora tratou da Estratégia Local de Habitação, tendo feito o correto “...diagnóstico das carências habitacionais do concelho” e por isso o nosso muito obrigado! Desejamos mesmo que sua “revolução no panorama habitacional, na Guarda”, seja uma realidade e depressa saia do papel! Como sabe, a questão é, no entanto, muito mais abrangente e complexa. Todos nós somos poucos

para fazer o que é devido. Ou seja, saibamos nós criar uma boa dinâmica de acolhimento das pessoas que escolhem esta cidade (concelho e região) para viver. Quantos de nós já ouviram, que o que falta neste momento à nossa cidade são dois ou três ou quatro mil jovens casais, com empregos, de preferência com uma ou duas crianças... ou jovens a iniciar a sua vida. E quanto aos novos nómadas digitais? Que venham agora e que sejam bem acolhidos! Que venham todos, não importa de que classe social, de que clube ou religião, de que localidade, se são ou não muito cultos. O importante e o desejável é que sejam pessoas idóneas, trabalhadoras, que sejam cidadãos de pleno direito e que socialmente participem e usufruam da sociedade que os próprios irão ajudar a construir. Uma palavra de agradecimento a tantos que ao longo dos anos se têm fixado no nosso concelho e ajudado a construir esta dinâmica desde o comércio, escolas, cultura, saúde e desporto... Por isso, Exmo. senhor Presidente, no atual contexto de crise económica e social, de forte perda de rendimento das famílias, de brutal crescimento dos preços dos produtos básicos e essenciais à vida das pessoas com taxas de juro a dispararem e com reduzida oferta de habitação, com elevados preços da mesma, incluindo arrendamento, recomendamos-lhe: - especial atenção às pessoas desfavorecidas, aos estudantes que precisam de cá viver para estudar e/ou trabalhar; - recomendamos-lhe que contribua para a criação de um bom contexto de captação e fixação de boas empresas, que criem bons postos de trabalho e que as mesmas proporcionem boas remunerações com trabalho qualificado; - recomendamos-lhe que continue a estar presente e a fazer tudo o que está ao alcance, a lutar todos os dias por bons níveis de serviços de saúde, boas escolas (tratando bem e acolhendo condignamente todos os estudantes, nomeadamente os do Instituto Politécnico da Guarda, pois são em grande medida potenciais profissionais a contribuir para a riqueza e coesão social desta nossa cidade e região). Neste âmbito, que prevaleça o melhor entendimento e cooperação possível entre as diferentes instituições e empresas da região; - obviamente que não nos podemos esquecer, de forma alguma, daqueles que estão fora e que desejam e ambicionam um dia regressar à nossa terra e que de maneira nenhuma seja descurado o nosso compromisso: queremos e desejamos que a Guarda seja, além de cidade socialmente responsável, seja atrativa e fixadora de jovens e de famílias. Que a habitação a custos controlados com tipologias adequadas sejam uma realidade para fazer face à falta da mesma como referido na declaração fundamental de carência

habitacional, de 25 de fevereiro deste ano, apresentada a este plenário; - e, para terminar, senhor Presidente, para os que já cá estão, queira na medida do possível, repito, na medida do possível, adotar as melhores políticas, tendo em vista a sua retenção/maior satisfação: menos IMI, melhores infraestruturas, perpetuar e manter a boa agenda cultural, lutar intransigentemente pelos melhores cuidados de saúde e boas escolas, boas instituições cuidadoras dos nossos idosos... ou seja, queremos e desejamos que continue a ser um bom Presidente.» Para concluir esta minha breve e sintética intervenção, resta-me agradecer e dar os parabéns a todos os que ao longo do ano se fixaram na Guarda, sejam ou não naturais da Guarda. Temos a certeza de que são guardenses de corpo inteiro e que muito contribuíram e irão contribuir para o desenvolvimento económico e social e cultural do nosso concelho. Pela Guarda, muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir?” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Muito obrigado, senhor Presidente. Muito bom dia, novamente, a todos. Eu subscrevo inteiramente aquilo que disse o senhor António Oliveira. Inteiramente. Só queria fazer aqui uma ressalva. Não há aqui revolução nenhuma, senhor Deputado. Estamos a falar de habitação. O Executivo anterior levou à Assembleia Municipal do dia 30 de junho de 2021 a Estratégia Local de Habitação, que foi aprovada com cinquenta e cinco a favor, por maioria. Portanto, tem que haver aqui freios e contrapesos. Nós não podemos vir aqui fazer uma recomendação, a parte inicial... se calhar, disseram-nos que estávamos a confundir figuras regimentais, a parte inicial desta recomendação é um voto de louvor. Mas nós vamos louvar, temos que ter em atenção o que é que vamos louvar. Isto já é trabalho que vem de trás. Este Executivo não inventou a roda. É preciso ter aqui muito cuidado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Oliveira, desculpe lá. Estava inscrito o Deputado Miguel Borges. Já lhe dou a palavra.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Também nós concordamos com aquilo que está dito. Retiraríamos aquela parte: «senhor Presidente, na medida do possível, repito, na

medida do possível...» Não. Senhor Presidente, assumo, faça. Assim, coisas deste género. Mas depois, relativamente à situação que aqui me traz, é assim, também não querendo tirar nem aqui ao PSD nem ao PG, nada disto poderia ter sido feito sem o Governo. Estamos a falar de coisas que dependem do Governo. Estamos a falar de dinheiro que vem do Governo e claro que, também, já agora, para não ficarmos aqui nem de um lado nem do outro, também nós aqui a buscar os nossos louros.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado, faz favor.” -----

- **António Oliveira, Deputado (PG):** “Eu só quero dizer aqui ao senhor Deputado que, de facto, o que vem bem de trás deve continuar. Portanto, a questão que se coloca, neste momento, é passar do formalismo à ação e concretizar. Depois, respondendo ali ao meu amigo Miguel, na medida do possível porque tudo depende do *cash*, certo? Portanto, é só por isso. De resto, venham as obras, façam-se as casas e recupere-se a habitação social que isso é o que importa.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Está encerrado o ponto do PG. Faça favor. Moção pela criação de uma equipa de sapadores.”

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Bom dia a todas e a todos. Antes de apresentar a moção, tenho aqui uma pequena alteração a ela, que foi proposta do Presidente da Junta do Rochoso, da bancada parlamentar do PG. Vou passar a ler resumidamente a moção, irei identificar qual é que foi a alteração que foi feita. «Assistimos impávidos à destruição de património irreparável, sabendo que a possibilidade de não se repetir cai sobre as decisões tomadas no momento presente e que devem obviamente visar a recuperação dos terrenos e da economia da região, assim como a prevenção de novas ocorrências do género! Os incêndios que assistimos em Julho e Agosto deste ano dizimaram, tal como como todos nós e todas nós sabemos, demasiados hectares de floresta e mato que implicam gastos ambientais, sociais e económicos avassaladores. A península ibérica e Portugal em concreto, estão numa zona em que seremos particularmente afetados pelas alterações do clima. Grandes tempestades, grandes ondas de calor, situações de seca, incêndios regulares serão cada vez mais constantes.

E, portanto, cabe também aos municípios obviamente esta responsabilidade sobre o planeamento na adaptação a situações de catástrofe, nomeadamente a que vivemos. Esta responsabilidade é obviamente partilhada a nível distrital e nacional. Sabemos isso. No entanto, não deixa de ser central, desde a prevenção ao combate dos incêndios, a responsabilidade que os municípios têm. O que nós propomos é a criação de uma equipa de sapadores e, resumidamente, têm funções importantíssimas, desde silvicultura preventiva; manutenção e proteção de povoamentos; silvicultura de carácter geral; instalação, manutenção e beneficiação de infraestruturas de defesa da floresta e apoio à gestão rural; sensibilização das populações que é muito descurada e muito importante; vigilância, primeira intervenção, apoio ao combate dos incêndios rurais; ações de estabilização de emergência para recuperação do potencial produtivo; apoio a diversas ocorrências de emergência, não só incêndios, mas, como já disse atrás, inundações, queda de árvores, derrocadas (não estamos à espera que estas situações fiquem melhores. Estamos à espera que fiquem pior. Os relatórios mostram-nos isso. Portanto, não é sequer “esperamos que”, é a ciência que nos mostra que isto vai acontecer. Cabe-nos a nós adaptarmo-nos agora, para não sofrermos consequências tão desastrosas no futuro.) O nosso concelho está assim abrangido pela Brigada de Sapadores da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela. O número de trabalhadores numa brigada são catorze elementos, um deles é um técnico. Nós temos catorze concelhos nesta CIM. Não se esqueçam destes números. Portanto, não é possível cumprir os requisitos para a extensão de território que o nosso concelho acarreta. Obviamente, sim, estas equipas fazem um bom trabalho, mas não podemos pedir aquilo que é impossível a estes recursos humanos. Temos, também, sim, entidades privadas no nosso concelho. Mas, novamente, com esta extensão, não existe sequer a preocupação de sobreposição de funções ou de não existência de funções para qualquer uma destas equipas. Estas equipas são imprescindíveis. Não queremos, de todo, que seja retirado o apoio. Muito pelo contrário. Há que continuar a apoiar estas equipas e complementar o seu trabalho através de uma equipa municipal. Tendo em conta as dificuldades que já disse, as funções das equipas e a existência de apoios do ICNF (existe o fundo florestal, pode ser pago a 50%. Os gastos não são, de todo, astronómicos. Astronómicos são os gastos das consequências de não agirmos agora.), portanto, é urgente a responsabilidade que o município tem em criá-la. O que nós propomos que

seja aprovado nesta moção é: iniciar os procedimentos necessários à implementação de uma equipa de sapadores florestais afetos ao Município. (Novamente reforçamos a existência de um fundo florestal. Não tem que ser pago a 100% por este este município.) A alteração que fazemos a esta moção que foi colocada na plataforma, é o acrescento a que exista também a cedência de equipamentos de combate de incêndios para todas as Juntas, assim como a formação de trabalhadores.» Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre esta matéria? Não havendo, sendo moção, colocava á votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Pela criação de uma Equipa de Sapadores** -----

- **Aprovada, por unanimidade, com setenta e um votos a favor.** -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, tem de novo a palavra. Moção pela atribuição automática da tarifa social da água, saneamento e de resíduos.”

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Como partido que acreditamos, e provamos com comportamentos mesmo, na democracia, também aceitámos aqui a perspectiva que nos deu a bancada do PG, neste caso o Deputado Tiago. O Tiago referiu aqui uma questão na nossa moção que tinha a ver com os valores que a lei prevê para a atribuição automática da tarifa social da água, que seria: tendo em conta que na Guarda foi aprovada que seria possível pedir a tarifa social da água a agregados com rendimento inferior ou igual a 9 mil euros e a lei fala de 5 mil 808, fica impossível aprovar uma moção que vá contra a lei. Portanto, não desistindo da necessidade de cerca de três mil agregados, consideramos também alterar esta moção para que haja um contacto direto com todos os agregados familiares que se encontram em condições de usufruir desta tarifa. No entanto, o que pedimos é que este contacto preveja a resposta. Ou seja, caso seja por carta postal, terá que ser... peço desculpa, com registo. Está-me a faltar a palavra, se me puderem ajudar... com aviso de receção. Peço desculpa. Teria de ser com aviso de receção. É possível fazer exatamente nos emails. Exigem, sim, uma organização e uma base de dados muito bem feita, obviamente. No entanto, nós estamos a falar de

três mil agregados. Este número, nós trazemos em comparação à taxa social da energia em que os pré-requisitos são semelhantes. Portanto, falamos de três mil agregados no concelho da Guarda. Falamos que é um processo altamente burocrático, do qual a maior parte das pessoas desiste ou então nem sequer reconhece como existindo. Enfrentamos uma carência económica muito, muito grande e, ainda por cima, obviamente que toda a gente sabe que estamos num período de inflação. Portanto, não sendo possível na Guarda, porque felizmente foi aprovada uma melhor medida, o que propomos é que este Executivo trate de fazer este contacto direto tendo uma resposta. Ou seja, prevendo sempre uma aceitação ou uma recusa deste aviso de que existe a tarifa social da água, saneamento e resíduos. Espero que tenha sido perceptível, caso não tenha sido eu posso reescrever e voltar a apresentar.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “O problema é este. Isto é uma moção e temos que saber os termos exatos em que as moções são aprovadas. E o que está aqui, o que propõe nesta moção é: delibere que é urgente e necessário que a Câmara Municipal da Guarda desencadeie os procedimentos necessários à implementação da atribuição da tarifa social da água, saneamento e de resíduos automática, através dos mecanismos previstos para o efeito, dispensando a apresentação de requerimento nos termos do Decreto-Lei 147/2017. Esta redação mantém-se?” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Não. Tem que ser alterada. Foi exatamente aquilo que eu estive a dizer até agora. Prefere que redija uma nova moção e apresente outra vez?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Eu agradeço que redija, enquanto nós avançamos para o CDS e depois voltamos à sua moção. Correto? -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Sim. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Depois já discutimos esta moção. Tem a palavra o CDS-PP. Voto de pesar pelas vítimas de violência doméstica. Faça favor, senhora Deputada.” -----

- **Cláudia Ribeiro Reis, Deputada (CDS/PP):** “Bom dia a todos. «Lamentavelmente, continuamos a ter vítimas de violência doméstica. Este é um padrão de comportamento que envolve violência ou outro tipo de abuso por parte de uma pessoa contra outra num contexto doméstico, no caso de um casamento ou união de facto, ou contra crianças ou idosos. A violência doméstica pode assumir diversos tipos, incluindo abusos físicos, verbais, emocionais, económicos, religiosos, reprodutivos e sexuais. Estes abusos podem assumir desde formas subtis e coercivas até violação conjugal e abusos físicos violentos como sufocação ou morte. Todos os dias ouvimos, pela comunicação social e não só, exemplos deste crime. Não podemos ficar indiferentes a esta realidade. (Ainda segunda-feira ouvimos, aqui no nosso concelho, um destes casos) Por exemplo, Sara, 45 anos. Baleada na cabeça, à porta de casa, pelo ex-companheiro. Assunção, 78 anos. Encontrada morta em casa, foi agredida pelo neto de 31 anos, que vivia com ela. Jéssica, 3 anos. Esta criança morreu no hospital, não tendo sobrevivido aos maus tratos que lhe terão sido infligidos. Estava referenciada pela CPCJ. Estes são os nomes de algumas vítimas mortais, que, nos primeiros seis meses deste ano, perderam a vida em contexto de violência doméstica. À data, Portugal regista já quase tantos casos de vítimas mortais como o total verificado no ano de 2021. A Associação de Apoio à Vítima regista em média 54 casos de violência doméstica, por dia. Esta é apenas a face visível (e que chega às notícias) de uma guerra que se eterniza, em que o agressor é quase sempre uma pessoa íntima, e o crime cometido entre quatro paredes. Este continua a ser um flagelo no nosso país, no nosso distrito, no nosso concelho. Continuamos a falhar todos, enquanto comunidade, quando perdemos vítimas para a violência, incluindo a violência contra crianças. Neste sentido, o Grupo Municipal do CDS-PP pede que seja aprovado este voto de pesar e que seja respeitado um minuto de silêncio.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Não sei se alguma senhora Deputada ou senhor Deputado se deseja pronunciar? A Mesa pode considerar aprovada por unanimidade o voto de pesar, ou algum senhor Deputado se abstém ou vota contra? Por unanimidade. Então, guardaríamos, de seguida, um minuto de silêncio, por favor.” -----

- Muito obrigado a todos. Tem a palavra, de novo, a senhora Deputada do CDS-PP. Recomendação. Faça favor.” -----

- **Cláudia Ribeiro Reis, Deputada (CDS/PP):** “Não era necessário termos tido um verão tão difícil e tão fustigado pelos incêndios para que estas medidas já sejam da ordem do dia. «A gestão sustentável da água na cidade e no concelho tem de ser um desígnio coletivo de todos nós. Os cenários climáticos previstos até ao final do presente século revelam alterações particularmente desafiantes para todo o território Português, sendo os seus efeitos cada vez mais visíveis. Os fenómenos meteorológicos extremos têm vindo a ocorrer com maior intensidade e frequência, causando sérios danos e prejuízos para as economias e populações. Os défices hídricos associados à redução da pluviosidade têm fustigado a produção agrícola e a biodiversidade. O aumento da intensidade das ondas de calor tem graves impactes nas comunidades, em particular nas populações mais vulneráveis. Entre outros. Atualmente, as políticas ambientais e de desenvolvimento permitem estabelecer metodologias de adaptação às alterações climáticas. Esta adaptação pode ser vista como o processo pelo qual a comunidade civil e todos os agentes colaboram para garantir a redução de vulnerabilidade e a captação de oportunidades face aos cenários climáticos. É um processo complexo que abrange diversos domínios da sociedade e que, por isso, requer uma abordagem sistémica ou holística por parte dos seus atores. Tal processo passa, claramente, pela valorização do património natural pois, através desta, promove-se simultaneamente a saúde, a economia e o bem-estar. Um só espaço verde pode cumprir diversas funções e, por esse motivo, todas as cidades devem integrar o planeamento e gestão dos espaços verdes como prioridade no seu plano de adaptação às Alterações Climáticas. Assim, a implementação de novos espaços verdes e a requalificação dos existentes deve ter como principal objetivo a recuperação e manutenção do equilíbrio dos ecossistemas. A biodiversidade nas cidades está sujeita a uma série de fatores e impactos que não facilitam a sua conservação. As condições físicas e a qualidade ambiental da cidade nem sempre são adequadas, devido à falta de espaço e de água e à menor qualidade do solo e do ar. No entanto, o património natural existente nas cidades, formado por espaços com vegetação que são o habitat de grande parte da fauna urbana, devem ser objeto de conservação, através de medidas de reabilitação, preservação e uso sustentável. Para isto, é essencial promover junto das populações o conhecimento sobre o património natural, como o apreciar e como cuidar do mesmo. Em síntese, as cidades devem caminhar para uma maior interação com a natureza, aproveitando todas as

oportunidades para inserir a natureza e favorecer o contacto das pessoas com os elementos naturais. Devem integrar uma infraestrutura ecológica de ligação da cidade ao território, que ofereça serviços ambientais e sociais, nomeadamente, resiliência, paisagem, saúde, beleza, cultura e oportunidades de relacionamento para as pessoas. Há alguns princípios que devem pautar a gestão dos espaços verdes. Entre as medidas recomendadas, está a necessidade de reforçar “a curto prazo” os programas de eficiência hídrica, que abrangem, por exemplo, a rega dos espaços verdes e a lavagem. O material vegetal a utilizar nos espaços verdes deve ser adaptado às condições ecológicas, funcionais e estéticas do local e paisagem envolventes, o que corresponde à preferência por espécies autóctones. Utilizar material vegetal com menos necessidades de consumo de água e produtos fitossanitários. O material vegetal a utilizar deve ser constituído por espécies autóctones que normalmente requerem menos cuidados de manutenção do que a maioria das espécies exóticas, pelas seguintes razões: - adaptam-se melhor às condições edafoclimáticas; - são menos exigentes em água; - fomentam a biodiversidade local, entre outras. Promover um consumo de água sustentável, sabendo que este é um recurso essencial e escasso. A gestão da rega deve considerar todas as possibilidades existentes para reduzir o consumo de água. As áreas regadas devem ser reduzidas ao mínimo: - Dividir o sistema de rega em diferentes sectores com dotações de água adequada, de modo a que a rega não seja deficitária nem excessiva. - A operação de rega deve ser otimizada, através da; - Instalação de sistemas de controlo automático nos sistemas de rega, por exemplo. - Programar a rega automática para o período noturno. - Existência de um sensor de precipitação que desliga a rega em caso de ocorrência de precipitação. Utilização da rega localizada (rega gota-a-gota com microaspersores, por exemplo) em árvores e arbustos. Com este tipo de emissores, a água é depositada diretamente na zona radicular da planta. É um sistema que trabalha com caudais muito baixos e pressões reduzidas, evitando o escoamento de água e a rega de zonas indesejáveis, contribuindo para reduzir a quantidade de água necessária e o crescimento de plantas infestantes. Reduzir ao mínimo indispensável as áreas que necessitam de ser regadas por aspersão, como é o caso dos relvados. Podemos ainda recomendar que se passe a efetuar a lavagem de equipamentos e viaturas municipais, com exceção dos transportes públicos, “apenas em caso de extrema necessidade”, em função da evolução da atual seca meteorológica. A gestão sustentável da água na cidade

e no concelho tem de ser um desígnio coletivo, de todos nós. Recomendamos ainda que a câmara defina e concretize, eventualmente em parceria com outras entidades que atuem nesta área, campanhas de sensibilização, dirigidas à população, que apelem ao uso racional e sustentável da água.» Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir sobre este tema?” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Como é óbvio, dizer que estamos totalmente de acordo com a intervenção e que achamos necessário que, todas as coisas que foram aqui ditas, sejam feitas. No entanto, queríamos aproveitar para questionar o senhor Presidente acerca de, neste momento que estamos a entrar no mês de outubro, quais são as perdas reais de água na rede em baixa, senhor Presidente? Quais são as perdas aparentes de água na rede em baixa, senhor Presidente? Qual é o total faturado de água, senhor Presidente? E qual é o total não faturado, senhor Presidente? De certeza absoluta que tem esses números. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado José Rabaça, faça favor.” -----

- **José Rabaça, Presidente da Junta de Freguesia de Casal de Cinza (PSD):** “Bom dia a todos. Senhor Presidente, na sua pessoa, cumprimento o resto das pessoas presentes na sala. Venho dar os parabéns ao senhor Presidente porque eu afixei na junta de freguesia de Casal de Cinza um edital com a normalização de gastos de água. Um edital, lembram-se, senhores Presidentes? Em que nós afixámos, estão lá escritas as normas, os gastos de água a nível do concelho. Foi uma boa medida, senhor Presidente, senhora Câmara, seguirmos esse guia. Temos a normalização de gastos feita e em editais afixados no concelho da Guarda. Muito obrigado, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Presidente de Junta. Mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir? Não havendo, é uma recomendação. Bloco de Esquerda, já tem a redação final?” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Peço desculpa à Assembleia, mas admito que às vezes torna-se um bocadinho complicado estar a escrever enquanto não perco a atenção às propostas que foram feitas. A alteração efetuada na moção, passou apenas a ter dois pontos de justificação, a situação de carência económica, a inflação, e a existência de três mil agregados familiares, tendo em conta a tarifa social da energia. Portanto, assim, Assembleia Municipal, reunida a 28 de setembro de 2022, ao abrigo do decreto y de 12 de setembro, delibera: Que é urgente e necessário que a Câmara Municipal da Guarda desencadeie os procedimentos necessários à comunicação de todas e todos os cidadãos que se encontrem em condição de usufruir da taxa social da água sobre a sua existência e prevendo sempre a necessária resposta destes agregados, seja ela por carta postal ou por e-mail.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Portanto, se eu entendo, o que altera aqui é desencadeie os procedimentos para contactar os eventuais detentores de direito.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Exatamente. Sim. Contactar e prever a resposta...” --

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “E ou eles digam sim ou digam não.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Exatamente. Ou seja, os meios de envio têm que ter obrigatoriamente uma resposta.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Está entendido. Penso que está entendido. Sendo moção colocava à votação com esta redação final agora apresentada pelo Bloco de Esquerda. Não se há alguma intervenção? Penso que não.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Pela comunicação direta a todos os agregados familiares** -----

----- **que se encontrem em condição de usufruir da Taxa Social da Água** -----

- **Aprovada, por unanimidade, com setenta e quatro votos a favor.** -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Estão encerradas as moções e as recomendações. Passávamos ao denominado ponto antes da ordem do dia. Estão inscritos... fala agora ou quer falar no fim? Agora? Ainda não está encerrada a ordem do

dia. Agora ainda há a intervenção política. Quatro pedidos. Tem a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Famalicão.” -----

- António Fontes da Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Famalicão da Serra (Independente): “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Exmo. Senhor Presidente da Câmara, Exmos. Senhores Vereadores e Vereadoras, Exmos. Senhores Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta. Permitam-me que, no começo da sessão da nossa Assembleia, vos dirija algumas palavras sobre a catástrofe que recentemente se abateu sobre a Serra da Estrela, sobre nós, sobre as nossas freguesias. Infelizmente, não foi a primeira vez. Todos nós nos lembramos de outros graves incêndios, designadamente daquele gravíssimo que, na minha freguesia, acabou por vitimar seis pessoas, incluindo um jovem bombeiro de Famalicão da Serra. Neste gigantesco incêndio, não houve, felizmente, vítimas mortais. Sim, não houve. Mas houve muitos prejuízos materiais, ambientais e da paisagem. Refiro-me, como é natural, a todos esses incêndios que, com incompreensíveis reacendimentos, durante dias e dias fizeram um longo e devastador círculo de fogo na Serra e nos contrafortes da Serra. Algo verdadeiramente inimaginável. Algo que nem mais o competente exército de combate parecia ser capaz de debelar. Ainda por cima com as consequências imediatas e dramáticas, as enxurradas, que todos, há dias, vimos acontecer, sobretudo na martirizada freguesia de Sameiro. O que acontecerá ainda de semelhante quando vierem as chuvas? Não sabemos. O que sabemos é que temos de nos preparar para o pior e iniciar, desde já, os trabalhos para evitar as enxurradas. Já não bastava os efeitos da pandemia e desta louca guerra do senhor Putin, que também a natureza, ajudada por mãos criminosas, nos quis fustigar com incêndios e enxurradas. Que tiremos as devidas lições do que nos tem vindo a acontecer e, no mínimo, o que se pode desejar é que os poderes nacionais e municipais também tirem e possam ajudar-nos a minimizar os prejuízos que foram muitos e muito sérios. Sei bem do que falo, porque também a mim me tocou pessoalmente, de perto, a devastação. Mas mais seriam se não fosse a abnegação dos nossos bombeiros, no imediato, no combate aos incêndios, no trabalho de contenção dos avanços das chamas. E, por isso, permitam-me que aqui dê uma palavra de sentido agradecimento aos bombeiros, e, mais diretamente, os que estiveram envolvidos na defesa das terras e das pessoas da minha freguesia e vizinhas,

os Bombeiros Voluntários da Guarda, os Bombeiros Voluntários de Gonçalo, Famalicão, à Afocelca (os sapadores) e à GNR. Não fosse o seu trabalho e a sua dedicação, a devastação teria sido muito maior. Obrigado, pois, a todos eles. Um obrigado que peço à Assembleia Municipal que partilhe, através de mim, com um aplauso a toda esta gente.

- Meus senhores, devemos tirar lições de tudo o que aconteceu. E não só no plano de combate, da organização e do comando ou do descomando, que requer sempre aperfeiçoamentos e que deverá merecer maior atenção por parte dos responsáveis nacionais. Mas há uma lição que, essa sim, devemos, uma vez mais, tirar com todas as consequências. A lição da prevenção que continua a faltar. E não só daquela prevenção mais profunda e tão necessária que é a do ordenamento e da gestão da floresta. Falo também da prevenção anual, ao longo de todo o ano. Prevenção centrada nas autoridades nacionais, mas também centrada nas autoridades municipais. E, aqui, são óbvias as falhas, ou mesmo a inexistência de ações preventivas regulares. Custa-me dizê-lo, mas tenho de o dizer para que males maiores sejam evitados. Ainda me lembro do trabalho desenvolvido por uma comissão nacional de fogos especializados, que tinham um programa que promovia a limpeza das matas; a construção de aceiros; a dotação das freguesias que não tinham bombeiros de cisternas e de kits de primeira intervenção; a construção de pontes de água para os meios aéreos (em Famalicão foram construídos três, na altura); a criação de brigadas motorizadas de vigilância. É preciso retomar estes programas, designadamente dotando as freguesias de equipamentos de primeira intervenção no combate aos incêndios, sabendo nós que as freguesias foram extremamente importantes na proteção de pessoas e bens durante estes incêndios. Mas, senhor Presidente, reconhecendo o seu trabalho incessante durante os recentes incêndios, também tenho que lhe dizer que, no plano municipal, pouco tem sido feito nesta frente de combate preventivo. Não basta o Plano de Emergência Municipal requerido por lei. É preciso sim, um plano de ação cumprido ao longo de todo o ano. Os próprios bombeiros podem e devem ser agentes de prevenção ativa no período mais propício a incêndios. Não fiquem encerrados nos quartéis, mas movimentem-se no terreno com meios de observação e de primeiro combate. Algumas iniciativas, nós, Bombeiros de Famalicão, temos vindo a fazer neste sentido. Pelo menos um trabalho de vigilância permanente em pontos de observação estratégicos. Mas creio que havia de ser superiormente definido para os bombeiros, um programa de intervenção direta no

plano da prevenção, com as respetivas dotações financeiras. E, depois, foi falado no ordenamento florestal, creio que o Município se devia interessar mais pela floresta durante todo o ano, sobretudo agora que ninguém ocupa ou trata dela. Uma intervenção genérica que fosse, diagnosticando os problemas que afetam os futuros desenvolvimentos em matérias de incêndio. Senhor Presidente da Assembleia, senhor Presidente da Câmara, senhores Deputados, senhores Presidentes de Junta, o que me parece verdadeiramente relevante é chamar à atenção para a necessidade de olhar para o que se passa com a nossa floresta. Ter em consideração que o despovoamento é também um fator estrutural que prejudica a floresta e a expõe aos graves riscos. E isto para não falar das dificuldades que os fundamentalistas (senhor Presidente, e aqui estou a falar na questão do Parque Natural da Serra da Estrela) criam, impedindo tudo o que possa ser feito na floresta. Julgando protegê-la, o que faz é deixá-la mais ao abandono. Tudo o que mexe na floresta só é alvo de atenção para multar, nada mais. Isto tem de acabar, senhor Presidente. Multas, recebemos duas há dias. Duas de doze mil euros por, simplesmente, movimentação de terras. Mas há também um aspeto que os poderes central e municipal deviam ter em atenção: a promoção de condições de atratividade para a fixação de pessoas nas aldeias, e, por isso, a necessidade de desenvolverem estruturas e programas que possam atrair pessoas e fixá-las. A dotação da freguesia com fibra ótica, para que possa ser desenvolvido o teletrabalho, acabando também com esse arraial minhoto que é a paisagem de fios nas ruas e praças das nossas aldeias, muitas vezes também eles causadores de incêndios. Um arraial minhoto que ainda continua a ser enriquecido por antenas de televisão que hoje, com a TDT, já não servem para nada. Há de tudo. Fios e mais fios a enfeitarem as ruas das nossas aldeias. E as antenas para que servem? A Câmara, senhor Presidente, bem poderia já ter acionado um plano de limpeza de toda esta poluição visual. Complementar algum trabalho já feito por iniciativa própria, mas também em conjunto com as entidades responsáveis. Eu não sei para que servirão estas dotações milionárias para a transição digital, se não servirem também para limpar o ambiente e colocar em segurança os sistemas de comunicações. Não sei mesmo. Deixo-lhe aqui este repto. Tome em atenção os problemas do PRR para este fim. São milhões e milhões, senhor Presidente. Que mais fazer? Pois bem, programas para parques habitacionais muito mais baratos do que os da cidade, havendo imensas habitações disponíveis, quer para arrendar, quer para vender; alargamento do

perímetro urbano para a construção de habitações; fibra ótica; equipamentos sociais; paisagem visual despoluída, e tanto mais. O princípio é simples e todos o conhecem: território ocupado é território guardado e protegido. Precisamos, pois, de trabalho concreto que valorize mais as nossas zonas rurais. Elas tem um valor natural que não é inferior aos perímetros urbanos. Talvez seja até estrategicamente superior. E não basta protegê-la somente com ações de combate, é necessário protegê-las, desenvolvendo-as, promovendo-as, cuidando delas. Os recursos estão lá. O que é preciso é valorizar estes recursos, tê-los em atenção, valorizá-los e torná-los mais atrativos. Mas, para isso, não basta apontar o dedo somente ao poder central. Há muito que apontar, é preciso reconhecer que se torna imperativo mudar de rumo. Focar mais as atenções nas potencialidades dos territórios rurais, na beleza, nas condições de uma vida mais saudável, na proximidade com a natureza. Tudo isto, com a disponibilidade das novas tecnologias, pode ser muito valorizado, pois através delas podem ser ultrapassadas as condicionantes que antes existiam. O digital veio revolucionar as nossas vidas, assim saibamos usá-lo. Volto, a este propósito, a referir o teletrabalho. Uma revolução com futuro, mas que só é possível se existirem condições digitais suficientes, o que nem sequer é difícil com os milhões hoje disponíveis para a transição digital do PRR. Só que, nada disto acontecerá, se não lutarmos por estas aplicações. E, nesta frente de combate, o posto dianteiro deve ser ocupado pela própria autarquia e pelas forças políticas que lutam pelo desenvolvimento do território que representam. Neste combate, senhor Presidente, pode contar connosco. Neste combate talvez consigamos estar juntos. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Tem a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gonçalo Bocas.” -----

- **Manuel Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Gonçalo Bocas (PSD):** “Bom dia a todos. Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia e, em nome dele, cumprimento todos os presentes. Eu venho aqui a pedido da população que interveio e que esteve no incêndio que decorreu ou que deflagrou em 2 de julho em Gonçalo Bocas, na freguesia de Gonçalo Bocas. Penso que tenha sido o primeiro incêndio com grandes dimensões, cerca de oitocentos hectares. E, a pedido deles, venho agradecer ao senhor

Presidente da Câmara, Eng.º Sérgio Costa, ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Arrifana, Eng.º António, ao senhor Presidente da Junta de S. Pedro do Jarmelo e ao senhor Presidente da Junta de S. Miguel do Jarmelo. Porquê? O incêndio teve início pelas 14h00, foi considerado controlado pelas 03h00 da manhã e só a essa hora é que todos eles tiveram direito, ou pelo menos quiseram tomar a refeição do jantar. Andaram desde as 14h00 até às 03h00 da manhã sem qualquer refeição. Apenas com alguma água que lhes foi dada. Depois, referir o quê? A disponibilidade deles, a vontade deles. Inclusive, a equipa do Eng.º António, andava ele mais a equipa dele com a carrinha de sapadores. Teve uma intervenção que foi logo de início. Havia um lavrador que tinha os animais em risco de serem apanhados pelo incendio. Ninguém os socorreu. Fez vários pedidos, ninguém o socorreu. Ligou-me a mim e disse-me: se ninguém vier aqui, os meus animais são apanhados pelo incêndio. Eu liguei ao Eng.º António e ele, que estava a cerca de 5 quilómetros, estava na localidade dos Montes do Jarmelo, veio com a equipa dele, juntamente com a equipa do Presidente da Junta de S. Pedro do Jarmelo, vieram, e com os kits que eles tinham, conseguiram dominar o incendio e os animais foram salvos. Ele ficou extremamente agradecido a eles e extremamente zangado com a gente que andava lá e que nem sequer o socorreu, apesar de ele ter pedido várias vezes para o ajudarem. Não vou aqui dizer nem criticar ninguém, mas ele fez referência para agradecer à equipa do Eng.º António, à equipa do Presidente da Junta de S. Pedro do Jarmelo e de S. Miguel do Jarmelo. Se não fosse a intervenção deles, os animais tinham sido apanhados pelo incêndio. Obrigado a todos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Presidente de Junta, faz favor.” -----

- **António Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Videmonte (PSD):** “Bom dia a todos. Considerem-se cumprimentados na pessoa do senhor Presidente da Assembleia. Enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Videmonte, venho assim manifestar o meu desagrado pelo incêndio que deflagrou na nossa freguesia que, só pelo motivo de não ter ardido 50% da área, não entrou em plano de calamidade. Eu gostaria que aqui alguém me esclarecesse, se alguém souber mais, se os apoios estarão a ser destinados aos agricultores, portanto, danos materiais, se serão distribuídos da mesma forma onde

não foi contemplada a calamidade pública. Quero agradecer aqui também aos Bombeiros, Sapadores, GIPS, Proteção Civil, a todos os que nos ajudaram no combate ao incêndio que deflagrou de 10 a 16 de agosto. Muito obrigado a todos e o meu manifesto desagrado. Queria dizer também qualquer coisa mais. Os dias em que presenciei, dia 10, 11, 12, até ao dia 15, 16, eu vi muito carro de bombeiro sim, mas vi também, se calhar, o mesmo número de comandos, chefias, comandos, que por vezes devem ter falhado um bocadinho no comando e na gestão de determinados incêndios. Portanto, quero aqui só deixar esta palavrinha. Muito obrigado a todos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Faça favor.” -----

- **Hélder Saraiva, Presidente da Junta de Freguesia de Valhelhas (PSD):** Muito bom dia a todos. Cumprimentar o senhor Presidente da Mesa da Assembleia e, na sua pessoa, cumprimentar todos os presentes. Como Presidente de Junta de Freguesia de Valhelhas, obviamente revejo-me nas palavras que foram aqui ditas pelos meus colegas, essencialmente pelo Presidente de Junta de Famalicão da Serra. Valhelhas perdeu 90% do seu território em termos de mancha verde. Fomos completamente dizimados. Fomos prejudicados em termos económicos, sociais, e, como vocês sabem, em termos turísticos temos a nossa praia fluvial, o nosso parque de campismo. Houve consequências muito grandes em termos da nossa agricultura, dos nossos campos. O que eu aqui vinha reforçar essencialmente, para além daquela catástrofe que nos assolou no dia 15 de agosto, (que por mero acaso não houve perda de vidas humanas, essencialmente através de uma ajuda muito grande de todos os que estavam presentes e das equipas de sapadores) eu vinha pedir que houvesse uma ajuda mais incisiva e mais rápida na resolução de certos problemas. Entre os quais, agora com a intempérie que houve e com estas chuvas fortes, tudo o que seja pontos de água, linhas de água, nós fomos novamente dizimados por esse tipo de situação. Ou seja, vinha pedir uma atitude mais incisiva, mais rápida, perante as autoridades, poder central, poder camarário, e toda a gente que esteja envolvido para que nos ajudem. É importante ajudar porque nestas aldeias só quem viveu e quem está lá pode realmente presenciar toda a catástrofe que nos assolou. É neste modo que eu quero aqui, na pessoa do Presidente

de Junta de Freguesia de Valhelhas, dar esta palavra ao senhor Presidente de Câmara, e sei que ele é suscetível a este tipo de situações, que nos ajude e que faça força dentro do poder central porque nós precisamos incessantemente de ajuda para que a nossa zona seja novamente toda reflorestada e todas as partes, linhas de água, sejam novamente colocadas no devido lugar para que as pessoas que vivem essencialmente na minha freguesia de Valhelhas, possam desfrutar do que tinham anteriormente e possam viver condignamente perante esta catástrofe com que nós fomos assolados. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente da Junta, muito obrigado. Tínhamos aqui, pedia a especial atenção ao Dr. João Correia, tínhamos aqui uma lista de inscrições que eu penso que seria para agora. Cinco nomes. V. Exas já ultrapassaram o tempo em sete minutos e cinquenta e quatro segundos. Não sei como é que vamos gerir isto. Mas como compreenderá, não posso dar a palavra a cinco membros do PSD. Então, enquanto gere, eu dou a palavra ao senhor Deputado José Manuel Valbom.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Senhor Presidente, na sua pessoa cumprimentar todos os elementos e, de certa maneira, ocupar um bocadinho do vosso tempo num breve balanço porque passou um ano. O povo decidiu. Se decidiu, está decidido por quatro anos. A democracia tem regras. Um ano é muito tempo? Depende. Se nós estivermos parados é uma eternidade. Se estivermos sempre a trabalhar, é muito pouco tempo. Mas vamos aos factos. É apenas um quarto de um trajeto para uma meta a verdadeira prestação de contas. O povo vai-nos julgar. Um trajeto gratificante porque acompanhado pela equipa, pela população, juntamente com as Juntas de Freguesia, a Assembleia Municipal e todo o Executivo, tendo em vista o bem do concelho e das suas gentes, a única coisa que verdadeiramente interessa, penso eu, a todos. A nós de certeza. Coube-nos o mais difícil: governar o concelho. Somos democratas. Acatámos a decisão e vamos cumprir, não vamos fugir. O povo decidiu que temos que governar em minoria, por isso, auscultando as restantes forças, decidindo em colaboração. A democracia representativa é isto. Assim, temos feito. Assim temos que continuar. A tarefa não era fácil. A tarefa não é fácil, começámos pelo princípio. Analisámos e propusemos a reorganização dos serviços camarários. Processo complexo, só quem não

sabe o que é gerir os recursos humanos, mas em fase de conclusão. Uma nova forma de relacionamento com as juntas de freguesia. Oito meses. Processo transparente, participado, de passagem de responsabilidades e com o conseqüente envelope financeiro. Equidade a cada junta, segundo o seu esforço. Equidade e transparência também no apoio de cerca de quinhentos mil euros, mais ou menos, à economia social para elaborar os projetos de candidatura ao PRR. Nós fizemos a nossa parte. Cumpre ao poder central fazer o resto e disponibilizar os meios do PRR. Acarinhamos e apoiamos todos os setores de criação de emprego. Parece que cerca de duzentos no setor da cerveja, no setor tecnológico, superfícies comerciais. Precisamos mais, é óbvio. Apoiámos e colaborámos com o ensino. A título de exemplo, há um protocolo de cerca de cem camas para o politécnico. O caminho faz-se caminhando, mas frisando que as camas para estudantes universitários é uma tarefa essencialmente do governo central. Apoiámos, como é óbvio, as associações do setor comercial, industrial e agrícola. Da habitação não vou falar porque o protocolo de sete milhões com o governo central, penso que vai acabar a chaga social do Bairro da Fraternidade. É pouco, tem que se fazer mais. Mas é um bom princípio. Desporto e cultura, não houve abrandamento das atividades, mas novos impulsos devem ser dados nesta área. Obras, toda a gente está à espera que eu fale de obras. Estão parados os passadiços e a Pedovia. É verdade. Mas saber parar e corrigir também é saber. Parámos porque as contingências do clima... mas não é o mais importante. Acontece, e isto é um facto, que nas duas obras há zonas de implantação em terrenos que não estão na posse da Câmara. Avançar seria uma violação da legislação. Os passadiços não tinham acessos e casas de banho. Penso que não queremos isso. As correções estão a andar. O turismo, enquanto paisagem, gente, natureza e gastronomia, precisa deles. A Pedovia tinha ainda um grave problema de segurança, a separação Pedovia/Viceg era um arbusto. Nunca abriremos uma estrutura que ponha em risco a segurança dos utilizadores. É uma questão de princípio. A âncora do desenvolvimento da próxima década é, penso que estamos todos de acordo, o Porto Seco. Está a andar, neste momento na APDL. O que podemos dizer que queremos é mais velocidade e garantir solenemente que apoiamos e não vão faltar terrenos. Se querem terrenos, não vão faltar terrenos. Somos também parte da solução no Hotel Turismo, no Centro de Envelhecimento e em todos os projetos com interesse para o concelho. Vem do verão, já foi dito aqui de uma forma sentida pelos Presidentes de Junta, o drama dos

fogos florestais. Para nós, com tristeza o dizemos, ardeu demais e a nossa Serra e toda a paisagem está mais feia. Não foi pior, com humildade o dizemos, porque houve uma aliança entre a nossa gente, os nossos bombeiros, as nossas Juntas de Freguesia e o nosso Executivo, com voz firme e atempada se impuseram no meio da descoordenação. Fica demonstrado que juntos somos mais fortes. Que fique o exemplo para o que for necessário, maternidade ou outro interesse estratégico qualquer para o concelho. O tempo corre, tenho que acabar. Vou concluir porque eu verdadeiramente tenho é saudades do futuro. Um futuro com a pluralidade de todos, de qualquer área geográfica... dos que aqui estão, mas de qualquer outra área geográfica, que se articulem pelo futuro da Guarda e de todo o interior, em respeito mútuo de interajuda por um futuro melhor, pela cultura, pelo desenvolvimento socioeconómico, por um ambiente sustentável. Enfim, pelo bem de todos nós, pelo bem dos nossos filhos. Barrar o caminho aos populismos também passa por nós. Também passa por esta união sobre o que é nuclear e o que é fundamental. E só uma nota muito sintética, e aparte, só mesmo para terminar, porque acredito que isso possa interessar a poucos, mas a alguns desta sala. Quero informar que nasci no Lamegal, concelho de Pinhel, mas considero-me da Guarda. Sou guardense.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Pedia um esclarecimento à senhora Deputada do CDS. Cedeu tempo ao senhor Deputado José Manuel Valbom. Muito obrigado. Portanto, os seus quatro minutos cedeu-os. Muito obrigado. Do PSD, com este tempo, tenho inscrição para Alina Louro e Francisco Robalo. Peço, enfim...” -----

- **Alina Louro, Deputada (PSD):** “Bom dia a todos. A minha intervenção vai ser breve. Chegou há dias, às nossas caixas do correio, o Boletim Municipal da Guarda n.º 1 de 2022. E o título, sob a forma de destaque, é: Guarda quer ser hub do Interior. Eu quero só fazer uma pergunta, senhor Presidente. A maioria dos leitores do concelho da Guarda saberá o que é uma hub? O corpo da publicação não explica nunca, pelo que considero o destaque um falso destaque. Não será melhor explicar aquilo que o boletim não faz? Mesmo que se trate de uma promessa ou de um sonho, penso que deveria ser apresentado de forma credível e convincente. Muito obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhora Deputada. Tem a palavra o senhor Deputado Francisco Robalo, por favor.” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Muito obrigado, senhor Presidente. Mais uma vez, bom dia a todos. Vinha aqui fazer três breves questões. A primeira questão é relacionada com os Passadiços. A questão aqui, e aproveito já para responder em tom de resposta ao senhor Deputado José Valbom. A questão é que foram criadas expectativas, senhor Deputado. Em setembro, este movimento Pela Guarda afirmava que era a única força política capaz de executar. Depois, em maio, há poucos meses, disseram que iam ser inaugurados no verão. A questão é que não foram. E eu quero aqui perguntar ao senhor Presidente quando é que vão ser inaugurados os Passadiços do Mondego? Estamos à espera. Os senhores não podem criar e encher o balão, criar expectativas e depois não corresponder. Segunda questão, o antigo matadouro, em relação à última reunião de Câmara. Discordamos da opção do senhor Presidente da Câmara, mas respeitamos. Foi para isso que foi eleito, para tomar opções políticas. Estamos cá para discordar, mas para respeitar. Mas mais importante era perguntar ao senhor Presidente o que é que tem para o antigo matadouro, o que é que quer lá fazer? Porque a Guarda tem que saber isto. Não chega destruir um projeto, dizer que é mau, que é ilegal, que é ruinoso, mas depois não apresentar nenhum. Então, nós queremos saber o que é que tem reservado, o que é que tem na gaveta para o antigo matadouro, se já tem alguma coisa. Porque ruinoso é aquilo como está. Ruinoso é o que lá está e mais ruinoso ainda vai ser se chegarmos a 2025 e não houver lá nada. E depois queria acabar a minha intervenção para lhe perguntar, senhor Presidente, o que é que foi feito no dia da mobilidade, no dia 22 de setembro de 2022, pelo Município da Guarda? Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cortês do Mondego, faça favor.” -----

- **Lúcio Valente, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cortês do Mondego (Independente):** “Bom dia a todos, exmo. senhor Presidente da Mesa, senhores Secretários, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhores Deputados, caros colegas e amigos, Comunicação Social e Funcionários da Câmara Municipal, ou Técnicos da Câmara Municipal. A minha intervenção não vai ser muito longa, é única e

exclusivamente sobre os incêndios da Serra, que lavraram e que destruíram a Serra da Estrela, o nosso Parque Natural da Serra da Estrela. Revejo-me em todas as palavras que foram já aqui ditas pelo Presidente da Junta de Famalicão, pelo Presidente da Junta de Valhelhas. De facto, é muito difícil. São horas de muita tristeza, são horas de aflição, são horas muito complicadas quando nós nos vemos muitas vezes na frente das chamas e queremos defender aquilo que é nosso e aquilo que é dos outros, é muito complicado. E não conseguimos. Eu, no dia da Feira farta, no sábado, não é mal nenhum dizer isto, vi um casal da minha terra a chorar em volta do Presidente da Junta de Arrifana, o senhor António que está ali presente, que é um dos Secretários da Assembleia, e que lhe estavam a agradecer. Ele, com a equipa dele, com a carrinha e com o kit deles e com dois ou três homens da Arrifana, que lhes salvaram dezenas de colmeias de abelhas. Portanto, isto é muito triste. Ver as pessoas a chorar de volta dele, uma pessoa da Arrifana. A Junta de Freguesia da Arrifana que esteve lá, no local, que se sacrificou. Parece-me a mim que correu alguns riscos para salvar as abelhas dessas pessoas. Eu vi-as de volta dele a chorar no dia da Feira Farta. Por isso, quero-vos dizer uma coisa, é muito triste quem passa por estes dias, por estes momentos. O resto, claro que estas trovoadas que vieram ultimamente ou estas cheias, o Rio Mondego, a nós principalmente, destruiu-nos completamente a praia fluvial. Se calhar, em Aldeia Viçosa também. Mas a nossa foi completamente destruída. Tínhamo-la montada ainda, não a tínhamos tirado. Ninguém adivinhava uma coisa daquelas e foi tudo por água abaixo. A parte dos taipais, o que faz o tapume da praia, 80% da madeira foi toda por água abaixo. Além de ter rebentado cabos, entortou estruturas de ferro. Infelizmente, desapareceu. Agora tenho que agradecer e muito a quem nos ajudou. A todos. A toda a gente que nos ajudou. É isso que me traz aqui. Depois da aflição e sufoco que passámos no final de tarde e noite do dia 13 de agosto de 2022, por causa do incêndio que atingiu a minha aldeia, só me resta aqui agradecer, e tenho que agradecer ao senhor Presidente da Câmara que esteve desde a primeira hora connosco, Eng.º Sérgio Costa, à população de Vila Cortês, populações vizinhas, aos Bombeiros, à GNR, à Proteção Civil, às equipas de sapadores do concelho e outros, que foram incansáveis e não deixaram que este fogo destruísse as nossas habitações principais ou secundárias. Porque estiveram em risco algumas habitações, edifícios públicos da aldeia, entre eles o Lar de Idosos que sempre me preocupou muito. O campo de futebol, que devido à camada de borracha que tem,

o risco de arder era enorme. Mas fizemos diversas regas e os bombeiros que estiveram sempre de perto, ficou tudo bem. O que me fez fazer esta intervenção é que, desde o mais novo ao mais velho, estiveram presentes no aparato que passámos e testemunhámos. O que eu vi foi um concelho com união e espírito de corpo e sacrifício. É isto que me faz ter tanto orgulho da minha terra e do meu concelho. Mais uma vez, um obrigado será sempre pouco para agradecer a todos os presentes nesse dia. Bem hajam.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Presidente da Junta. Tem a palavra o senhor Deputado Miguel Borges. E é a última inscrição que temos.” ----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Senhor Presidente, procurando ser breve. Só para informar toda a Assembleia, e principalmente os senhores Presidentes de Junta, que foi hoje publicada a Resolução de Conselho de Ministros que aprova medidas em consequência dos danos causados pelos incêndios florestais no Parque Natural da Serra da Estrela. Depois, também informar o senhor Presidente da Junta de Videmonte que, pela informação que nós temos, todas as freguesias do concelho da Guarda e dos concelhos afetados, nomeadamente Gouveia, Manteigas, Guarda, estarão também elas abrangidas por todas estas medidas. Depois, relativamente aos Passadiços, dizer que sim, o senhor Presidente da Câmara criou expectativas. O senhor Presidente da Câmara andou a passear-se pelos Passadiços, conjuntamente com os senhores Jornalistas, dizendo que no verão os Passadiços seriam abertos. É verdade que, também, passados dois, três dias dessa visita, ia à reunião de Câmara uma situação para prorrogar prazos relativamente aos Passadiços. Ainda não tinha havido incêndios. E, já agora, pergunto: neste momento, qual é o prazo de atraso relativamente àquilo que tinha sido previsto para os Passadiços? E que medidas já foram implementadas no sentido das empresas que falharam prazos, estejam, neste momento, a ser... como devem calcular, eu penso que, se calhar, provavelmente, a culpa não será toda da Câmara, mas que as empresas possam, de alguma forma, pagar por esse atraso. E pelas últimas contas que eu fiz, qualquer coisa como isto, mas o senhor Presidente terá melhor esses números, o prazo de execução da obra seria à volta dos duzentos dias (isto aqui também era para acabar na altura do PSD ainda) e, neste momento, o atraso será na ordem dos quatrocentos. É

só o dobro do prazo da obra. Quer dizer, o que estamos a falar é uma coisa impressionante. Depois, agradecer ao Executivo ter mandado uma revista para casa, relativamente a janeiro, fevereiro, março deste ano. É bom olhar para todos nós de máscara, a reviver tempos passados. Agora, pergunto, senhor Presidente. Para quê? Qual o interesse? Março já passou. Ok. Se em abril nos tivesse chegado aquela revista a casa, tudo bem. As pessoas saberiam o que o município fez, outras atividades. Fala-se lá do Porto Seco. Perfeito. Nesta altura? Foi gasto dinheiro há quanto tempo? Porquê? Não percebo. Quando é que vai chegar a revista de agora, desta Assembleia? Provavelmente, daqui a dois anos, a nossa casa. É uma situação que terá que ser resolvida. Lá está. São os atrasos dos Passadiços. Depois é o atraso, de chegada à nossa casa, das revistas. E pronto! E, depois, já agora, o senhor Deputado Valbom falava, há bocado, da criação dos postos de trabalho no setor da cerveja. Alguém aqui na Guarda trabalha no setor da cerveja? Estou a questionar. Alguém? Já existe... já existe... não vamos por aí. Não vamos por aí. Senhor Deputado Valbom, sabe quando é que vão ser criadas as fábricas? Quando é que elas vão ser instaladas, senhor Deputado? Senhor Presidente, quando é que vão ser instaladas as fábricas? Porque, de comunicações, estamos nós fartos. Quer dizer! Poderão até dizer comunicações da parte do governo, não é? E, portanto, eu só questiono o Dr. Valbom, relativamente aos empregos que as fábricas de cerveja já montadas na Guarda estão, neste momento, a proporcionar a todas as pessoas do concelho. Muito obrigado. Só uma coisa, porque são mesmo perguntas. Como é que está a decorrer a questão do concurso para os Chefes de Divisão que nós aprovámos aqui. E, depois, também fomos surpreendidos com a notícia que o Mercado Municipal irá ser reabilitado. Esperemos que realmente seja reabilitado e esperamos não estar aqui daqui a dois anos a perguntar quantos dias de atraso, quantas situações. Esperamos sinceramente que seja reabilitado. Já agora, questiono uma nova vez, porque este Executivo tem problemas com prazos, (por isso é que tem problemas com as moções que impõem prazos) e a questão que se coloca é assim: quando vão ser abertos os Passadiços do Mondego, senhor Presidente?" -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** "Senhor Deputado, muito obrigado. O senhor Secretário da Mesa foi aqui invocado. Pediu para fazer uma pequena intervenção." -----

- António Fernandes, Presidente da Junta de Freguesia de Arrifana (Independente):

“Muito rápido. Bom dia a todos. Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal e, na sua pessoa, cumprimento a todos. Não poderia deixar de referir os meus colegas que estiveram comigo no combate a este flagelo que nos atingiu a todos. A primeira freguesia com um grande incêndio foi a Arrifana e também senti a colaboração de todos, quer do Presidente da Junta de Gonçalo Bocas, quer o Presidente da Junta da Pera do Moço, do Jarmelo S. Miguel, do Jarmelo S. Pedro. E, depois, nos restantes incêndios nos quais nós participámos, eu não ficava bem comigo mesmo se não agradecesse aos voluntários da Arrifana que me acompanharam e que nos acompanharam de uma forma voluntária, desinteressada e refiro-me, em especial, ao incêndio na Aldeia Viçosa e Vila Cortês, no qual nós tínhamos a festa principal da aldeia. E, depois, em Gonçalo. E eles prescindiram de estar na festa para, de uma forma voluntária, ajudarem as freguesias vizinhas, os nossos colegas, porque também sentimos que, quando nós tivemos essa necessidade, também nos ajudaram a nós. Mas uma palavra para o senhor Presidente da Câmara, e refiro-me em concreto ao incêndio na Arrifana, que desde a primeira hora esteve presente no local. Mas não foi só o facto de ter estado presente. O senhor Presidente disponibilizou todos os meios municipais que tinha ao seu alcance, inclusivamente a empresas externas permitindo que, com um conjunto de máquinas, nós conseguíssemos evitar que o incêndio tomasse ainda maiores proporções. Quer aí quer nos outros incêndios onde eu participei que o fui encontrando sempre, esteve sempre presente nesse local. Portanto, não podemos deixar de agradecer esse facto. E agradecer às populações. Agradecer às populações que trabalharam incessantemente para defender os seus bens. Muitas vezes não o conseguimos, mas foi fruto de uma violência tal que eu nunca me recordo, e já participei em vários incêndios, de ver tamanha violência nestes últimos incêndios. Claro que sim, um agradecimento aos bombeiros, a todas as forças de proteção civil que estiveram no terreno, que fizeram o seu melhor e connosco tentámos por tudo que não tivessem tomado outras proporções. Infelizmente, houve muitos casos em que não conseguimos. Mas o meu bem-haja e aqui uma palavra de agradecimento, mais uma vez, para todos aqueles rapazes, se assim lhes posso chamar, da Arrifana, que acompanharam, e deixo-lhes este agradecimento público, que me acompanharam, de forma desinteressada, neste apoio ao combate a estes incêndios. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não havendo mais inscrições, dou a palavra ao senhor Presidente da Câmara para, querendo, poder intervir.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado. Senhor Presidente, restante Mesa, ao Executivo aqui presente também, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, senhoras e senhores Deputados, aos Técnicos do Município aqui presentes, Comunicação Social e a quem nos assiste online. Tentarei ser breve, telegráfico, mas repassando aqui grande parte dos assuntos que aqui foram falados e discutidos. No que diz respeito, e começando por aqui, àquilo que há pouco foi falado sobre as transmissões online das reuniões de Câmara. É bom recordar, é sempre bom dizer que: mudam-se os tempos e mudam-se as vontades. É sempre bom fazermos a correção da trajetória daquilo que nós dizemos hoje e que amanhã dizemos diferente. É sempre bom fazer isso. A democracia agradece. Todos nós devemos fazer isso. Mas há coisas que eu não posso aceitar, que este Executivo seja acusado de falta de transparência. Então o que é que lá estão a fazer os Vereadores? Os Vereadores do Executivo e os da Oposição, seja do PSD, seja do PS? Estão lá a pugnar para que seja feita a transparência, para que passem os assuntos aos seus grupos parlamentares. É para isso que serve. É para isso que existem os registos áudio das reuniões de Câmara. É para isso que existem as atas das reuniões de Câmara. Sob esse ponto de vista acho que estamos todos certos. Não há falta de transparência, senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, nas reuniões de Câmara. Nem nas reuniões de Câmara, nem nas reuniões da Assembleia Municipal. Para que conste e para que não haja dúvidas sobre este ponto de vista. Sobre a GuardaTV, é uma boa criação que foi feita há alguns anos. Mas a GuardaTV não tem meios. O streaming e outros termos assim técnicos que se usam, bem aplicados. Quem está a fazer o streaming desta sessão é uma empresa privada, para que se saiba. É uma empresa privada porque a Câmara Municipal da Guarda não tem meios. E, das duas, uma. Ou adquire os meios necessários e caminhamos para os ditos cem mil euros... e não é só, senhoras e senhores Deputados, senhores Presidentes de Junta, não é só uma simples câmara. Há muitos outros equipamentos associados ao streaming, como as mesas de mistura e tantas outras coisas, que é aquilo que os técnicos nos transmitem. Eu, disso, só sei ver mesmo as gravações. Agora, é preciso o caminho para se chegar lá. Seja por

aí, ou seja para um concurso para que isto possa perdurar durante o mandato. E foi citado aqui também que é falta de democracia. Então, não houve democracia desde 2013? Saiu o PS em 2013, entrou o PSD. E eu, orgulhosamente, tenho sempre orgulho no meu passado e naquilo que fiz. Para que conste também, para que não hajam dúvidas. E, eis senão quando, em 2021, está o Movimento pela Guarda. Não houve sempre democracia nesta matéria? Refiro-me particularmente desde 2013 porque o grupo parlamentar do PSD referiu esse termo. Então não houve sempre democracia sem gravações? Para que conste, que não há falta nem de democracia, nem de transparência. Mas parece que um ano depois continua a doer. Um ano depois continua a doer aquilo que os guardenses, as cidadãs e os cidadãos guardenses decidiram. Decidiram legitimamente, com democracia, com transparência. Foi isso que foi decidido pela Guarda, foi votar no Movimento pela Guarda que eu honrosamente presidi, enquanto Presidente da Câmara, enquanto líder da lista, eu e o Dr. José Relva. E com muito orgulho aqui estamos e continuaremos até ao final do nosso mandato. Mas eu devo aqui dizer também a este propósito, para encerrar este ponto e passar ao seguinte, eu não sei se transmitiram aos grupos parlamentares aquilo que eu disse numa reunião de Câmara há cerca de meio ano atrás. Alguém vos transmitiu? Acho que não. Mas olhem, está gravado em áudio e está nas atas. É que o Presidente da Câmara o que disse foi que naturalmente estaria disponível para fazer o caminho das gravações áudio das reuniões públicas, desde que sejam cumpridos os requisitos da Lei. É preciso fazer o caminho financeiro e outros. Foi isso que eu disse. Parece que ninguém vos transmitiu. É bom que vos tramitam as coisas todas que se passam nas reuniões de Câmara. -----
Sobre o provedor do município. Naturalmente, é da mais elementar justiça até que exista um provedor do município. Porque, em questões laborais, há os fóruns e os organismos públicos certos e adequados para tudo isso. Para que não se confundam as coisas. Mas, senhor Deputado, aquilo que eu peço, é que o senhor citou aqui uma coisa grave em relação aos técnicos desta casa: processos guardados em silêncio?! Senhor Presidente da Assembleia Municipal, eu exijo, eu exijo... desculpe, não me interrompa por favor. Eu exijo que seja apresentado ao Executivo Municipal quais é que são os processos que estão guardados em silêncio e quem é que são os técnicos que o estão a fazer. Exijo que isso seja feito. Não se pode passar em claro esta afirmação do senhor Deputado, em abono da verdade e da tal transparência e da democracia desta casa. O senhor sabe,

faça o favor de denunciar para que o tal provedor do município, quando existir, também possa olhar para aquilo que o senhor diz. E o tal código de conduta, há um código de conduta nesta casa. 2020, salvo erro, que foi aprovado. Vai ter que ser revisitado para que o código de conduta seja para todos, nomeadamente também para a Assembleia Municipal. É importante, senhor Presidente da Assembleia Municipal, que esse código de conduta exista e seja bem revisitado. Porque isso que o senhor referiu deve ser denunciado. Não sabemos se outros o fizeram no passado ou não. Nós, não fazemos nada. Passamos o dia a despachar documentos porque não gostamos nada de guardar nem em silêncio nem na gaveta. O despacho de gaveta, não sei se foi usado noutros tempos ou não, mas conosco isso não funciona. E por isso é que nós estamos a fazer o caminho da limpeza dos milhares de processos. Foi a auditoria da Deloitte que o disse aqui há uns meses atrás. Estamos a fazer o caminho da limpeza. Nós, conjuntamente com os senhores Chefes de Divisão. Para lhe dizer, senhor Deputado, que o concurso ainda decorre dos Chefes de Divisão. E é esse caminho que estamos a fazer, conjuntamente com os técnicos do município, para fazermos essa limpeza dos ficheiros e caminharmos para que todos os assuntos sejam respondidos a tempo e horas. -----

Sobre o pavilhão multiusos, senhora Deputada, o Partido Socialista esteve na governação desta casa durante trinta e sete anos. Quase quarenta anos. O PSD esteve durante oito anos. Desculpe, não me interrompa, senhora Deputada. Por favor. Eu respeitei a sua intervenção, faça o favor de respeitar a minha. O PSD esteve oito anos. O PG está há um ano. Aliás, vai fazer um ano em funções. Estamos todos certos da necessidade do pavilhão multiusos. Estamos todos certos. E é bom que conste que, daqui a algum tempo, até pode ser, até pode calhar que nós estejamos aqui nesta Assembleia Municipal a votar um qualquer investimento de milhões e milhões de euros para um pavilhão multiusos, para um salão de feiras e exposições, o que for. É bom que fiquemos com este registo bem definido. Porque não custa tostões, custa milhões e milhões. Ainda para mais aos preços de hoje que, infelizmente, como bem sabemos, ou como a maior parte saberá, os custos das matérias primas, em muitos casos, duplicaram, infelizmente, no último ano, por força das circunstâncias do mercado. Mas, é razão para dizer, também, porque é que não foi feito até agora? Porque é que não foi feito até agora? Foi por falta de vontade? Por falta de vontade não foi de certeza. Onde é que está o dinheiro para fazer isto? Onde é que estão os tais milhões? Porque os fundos

comunitários não dão apoios a construções de raiz. Nem o PRR. Estupidamente, permitam-me a expressão mais brejeira, senhor Presidente da Assembleia, mas nem o PRR permite nada disso. Tem que ser tido reabilitação, reabilitação, reabilitação. É aquilo que dizem os fundos comunitários e é isso que tem que ser feito. Não foi por falta de vontade, certamente. Mas agora não podemos, de repente, já este Executivo tem que ter outra visão. Ao fim de um ano a nossa visão, senhora Deputada, olhe para o nosso programa eleitoral, faça o favor de olhar para ele e vai ver o que é que lá está tudo bem escrito sobre esse ponto de vista. E sobre a questão desportiva... senhor Presidente da Assembleia, eu peço que não seja interrompido constantemente. Com o respeito que eu tenho por todos os senhores Deputados, eu peço que também haja respeito para com o Presidente da Câmara quando está a falar.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Permito-me, senhor Presidente, permito-me chamar à atenção, creio que tem razão porque durante a intervenção dos senhores Deputados eu não ouvi o senhor Presidente da Câmara, em circunstância alguma, e em segundo algum, interromper. Portanto, agradeço também que o deixem falar. Muito obrigado.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Mas voltando ao pavilhão multiusos e à parte desportiva, eu já aqui falei, acho que foi na última Assembleia Municipal, da necessidade do investimento na reabilitação das nossas instalações desportivas. Chove no pavilhão de S. Miguel. Pois chove. Por isso é que as obras já começaram. É verdade, senhora Vereadora! Aquela parede já foi pintada. Dentro de poucas semanas vai ter que ser encerrado para tratar o piso e para tratar precisamente da cobertura. Mas isto são tratamentos fundamentais que já necessitavam de ser feitos há muitos anos, porque não é de agora que chove na cobertura, lá nos parafusos que ficou a obra mal feita à época. É há muitos anos que chove. Mas, agora, ao fim de um ano, nós já vamos resolver. E para requalificar a totalidade do pavilhão de S. Miguel, tal como eu disse na última Assembleia Municipal, das Piscinas, no Estádio e as melhorias que já têm que ser feitas no Zambito, nós estamos a falar em cinco milhões de euros. Cinco milhões de euros. Mais uma vez, os ditos fundos comunitários também não apoiam, infelizmente, a requalificação de equipamentos

desportivos. Estupidamente, mas é verdade. E isto aqui, a culpa nem é do Governo Português, nem do de agora nem do anterior. Não. É mesmo de Bruxelas que não permite que isso seja feito. E por isso é que todas estas intervenções têm que sair do orçamento do município. E é esse caminho que nós estamos a trilhar e vamos continuar a trilhar para os próximos anos. Porque são cinco milhões de euros só para reabilitar as infraestruturas existentes, entre a necessidade de podermos ou de termos que continuar a fazer outras infraestruturas conforme já falámos aqui e está plasmado no nosso programa eleitoral. É esse o caminho que nós queremos continuar e vamos continuar a fazer. Então e esta Câmara não tem visão? Se esta Câmara não tem visão, senhora Deputada, então nenhuma Câmara, desde o 25 de Abril, teve visão porque o pavilhão multiusos nunca foi feito. Mas estamos certos que... pode ser que calhe que daqui a algum tempo nós estejamos aqui a aprovar um qualquer investimento, muito elevado, para um qualquer pavilhão. Mas deixem-me dizer uma coisa. Um pavilhão multiusos como nós conhecemos, não resolve o problema das feiras. Um pavilhão multiusos terá, na sua área útil, no máximo, quatro mil metros quadrados. A sua área útil, o ringue polivalente com aquelas áreas todas adjacentes. Só a Feira Ibérica de Turismo necessita de doze mil metros quadrados. Um pavilhão multiusos não resolve o problema das feiras. Sob o ponto de vista de alguns espetáculos, sob o ponto de vista de pequenas realizações, claro que sim que poderá ser resolvido com as adaptações necessárias, com um projeto bem feito. Mas para esses grandes eventos não servirá e por isso é que o caminho tem que ser muito mais amplo, muito mais bem definido do que aquilo que foi referido. -----

Senhora Deputada do Bloco de Esquerda, sobre a questão dos sapadores florestais, plenamente de acordo. Tantos anos, já são alguns, tantos anos que eu lutei para que o município pudesse ter sapadores florestais. Mas nem o fundo florestal permanente, que é gerido, como sabe, pelo ICNF, até hoje abriu, nos últimos dez anos, qualquer aviso para que qualquer município se pudesse candidatar. Portanto, aquela moção que aqui foi aprovada, e bem, senhor Presidente da Assembleia, eu aconselhava que fosse enviada para o ICNF porque é a entidade que tutela, precisamente, os avisos, tal como fez Fernão Joanes há uns anos atrás e fez Valhelhas anos atrás, como fez a Acriguarda há alguns anos atrás e tantas outras Juntas de Freguesia e associações de freguesias e outros que o fizeram há alguns anos atrás. E, portanto, é esse o caminho que deve ser

feito. Estamos plenamente de acordo. Mas, em primeiro lugar, tem que o ICNF abrir os avisos necessários para que os municípios se possam candidatar a uma coisa que nos últimos dez anos não existiu. Mas é naturalmente... senhora Deputada, tenho cem por cento de certeza do que lhe estou a dizer porque vários municípios tentaram candidatar-se e os avisos nunca permitiram que um qualquer município, não é a Guarda, todo e qualquer município do país, nos últimos dez anos, se pudesse candidatar. Já houve no passado. Houve no passado, mas nos últimos dez anos não houve qualquer possibilidade de um município se candidatar a equipas de sapadores florestais. -----

No que diz respeito à questão do hotel turismo, estamos bem certos do caminho que todos juntos temos que fazer, de braço dado. Infelizmente aconteceu aquilo que aconteceu esta semana. As autoridades de investigação, esperemos que cheguem a boas conclusões. Temos que ter essa confiança no bom trabalho que sempre fazem. Mas o que nós não queremos é que, naturalmente, aconteça aquilo que aconteceu noutros tempos. E nós já percebemos que o Programa Revive não resultou. Mas isso já toda gente assumiu, para que conste. O Programa Revive não resultou aqui. Resultou noutros locais do país, aqui não resultou. E esse caminho está a ser feito. Tenho tido várias reuniões com a tutela respetiva. Mas é bom recordar aquilo que foi aprovado aqui nesta Assembleia Municipal. E esperemos que, neste tempo que medeia, que isso seja resolvido. Seja resolvido a bem da Guarda. Para que não aconteça aquilo que aconteceu há uns anos atrás, que se entregou o hotel a uma empresa que depois abriu falência, ou quase falência. E depois houve uma tentativa encapotada de fazer uma cessação da posição contratual a uma empresa de fundos que alguém trouxe por via de outras pessoas e que ninguém conhecia. E eis senão quando o processo cai todo. E é esse o caminho que nós estamos a fazer para que isso não aconteça mais. E por isso é que eu falei, e antes de ter falado falei com quem de direito, para que o hotel turismo possa ser incluído também no plano de revitalização da Serra da Estrela. Não tem a ver, este plano de revitalização, com o ser esta a solução. Não. O plano de revitalização tem a ver com a necessidade de financiamento à sua reabilitação. É que, para reabilitar o hotel turismo, são necessários doze milhões de euros e os fundos comunitários são muito poucos nessa matéria. E por isso é que este plano de revitalização é muito importante também nesta área de ser criado, ser discutido, ser criado e ser aprovado para que aí também possa ser uma grande ancora para que isto possa ser levado a bom porto. Mas sempre dizendo

que a Câmara Municipal da Guarda está sempre disponível, tal como foi aprovado aqui nesta Assembleia Municipal, para receber, nos seus ativos, o hotel turismo, se necessário for. Sabemos bem que a burocracia do estado central nada tem a ver com a burocracia de uma câmara municipal. Aqui estamos todos de acordo. Não há ninguém que, nesta sala, diga o contrário. A burocracia do estado central, não é do governo a, b ou do c. Não. É do estado central, com os despachos todos que têm que existir. A Câmara da Guarda estará sempre disponível para receber, a custo zero, o hotel turismo, nos seus ativos, para ajudar a resolver o problema. -----

No que diz respeito às questões aqui frisadas sobre a habitação social, senhor Deputado António Oliveira, muito obrigado por aquilo que referiu, e esta necessidade de resolvermos os problemas com trinta anos. Olhe, eu vim para a Guarda, eu não nasci na Guarda como o meu amigo também não, o senhor Presidente da Assembleia também não e tantos de nós que não nasceram na Guarda, mas escolhemos a Guarda como a nossa terra. E não somos da terra onde nós estamos. E já vai fazer vinte e oito anos que cá estou. E desde os vinte e oito anos que cá estou, eu sempre me interessei pelas questões da política, como bem sabem, desde esses vinte e oito anos, 1994, já se falava no problema no Bairro da Fraternidade e do Bairro do Fomento, que são paredes meias. E, eis senão quando, vinte e oito anos depois, vinte e oito, trinta, cá estamos nós a trilhar este caminho. Foi feita a aprovação da Estratégia Local de Habitação. Sim senhor. Eu também votei a favor, à época, no ano passado. É verdade. Quando nós temos a certeza do que é verdade, nós devemos dizê-la. Mas faltava aquela declaração de carência habitacional que nós trouxemos aqui em fevereiro deste ano, porque, sem isso, não havia fundos comunitários. E havia a necessidade de negociar os fundos comunitários... senhor Deputado Miguel Borges, o PRR não é do Governo. É dos portugueses. Não confundamos o Governo com os partidos. Atenção, porque isto deve estar sempre presente, todos os dias, na nossa governação. O PRR foi um instrumento dado pela União Europeia para que o Estado português o gerisse. E olhe, é bom que nós possamos dar as mãos, todos. Todos. Sob pena de não se conseguir executar. Ontem mesmo, tivemos aqui o senhor Secretário de Estado do Planeamento reunido com os autarcas da região. Uma conversa muito franca e aberta, onde repassámos todos os eixos de atuação do PRR e, em breve, vão ter que existir, para que saibam, algumas ligeiras revisões, estudadas entre todos, para ajudar à execução orçamental e financeira do PRR,

sob pena de chegarmos a 2026 e devolvermos dinheiro. E, portanto, é bom que nós saibamos que o PRR, os 16,6 ou 16,4 mil milhões de euros, mais 10% que, entretanto, foram dados, é de todos nós. Tem que ser gerido pelo estado central e tem que ser executado por todos nós. Portanto, é bom que não confundamos as coisas. Porque, senão, daqui a pouco vamos dizer que o Portugal 2020 ou o Portugal 2030 também é de alguém. Não. É de todos nós. É bom que saibamos. Mas foi necessário fazer as negociações. Em primeiro lugar, com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana para chegarmos aos tais 6,7 milhões. E agradeço muito à senhora Secretária de Estado que, a meu convite, aqui esteve a assinar, a homologar o documento. Porque o trabalho prévio foi muito bem feito, a começar pelos técnicos desta casa, a quem agradeço muito o trabalho que fizeram. E, no que diz respeito a essa Estratégia Local de Habitação, é possível que, nos tempos próximos, nós venhamos aqui fazer uma revisão dessa estratégia. Porque ela, por ter sido feita à pressa, por não ter sido bem feito o trabalho da empresa que foi contratada, por uma razão ou por outra, ficaram algumas coisas de fora. E, naturalmente, em breve, pode acontecer que nós venhamos aqui para propor a alteração dessa Estratégia Local de Habitação. Bem como a Carta Municipal da Habitação, que nós estamos a trabalhar sob esse ponto de vista também. Porque é importante também, é um excelente instrumento em termos de Plano Diretor Municipal. -----

Senhora Deputada Cláudia Guedes, no que diz respeito à questão da poupança de água. Aliás, nós, o município emitiu aquelas medidas de mitigação. Não que nos apetecesse. Não. Mas tivemos que o fazer e cortámos. Nós anunciámos que eram cerca de 30% de área dos jardins que não tinham rega. Chegou aos 50%. Se os jardins tiverem que secar, terão que secar. Felizmente, a chuva veio ajudar um pouco. Mas não está a ser feita nenhuma reposição de água que não seja necessária, de acordo com aquilo que foi bem prescrito naquelas decisões que nós tomámos. E, portanto, é esse caminho que nós continuamos a querer fazer. O caminho da reconversão, também, de alguns espaços verdes, para a redução das regas por expressão. É todo esse caminho que nós queremos continuar a fazer. Estamos bem certos de tudo isto que foi dito por nós e, naturalmente, pela senhora Deputada. -----

Depois, dizer aqui mais duas ou três notas, tendo em conta aquilo que aqui foi falado. Deputado Miguel Borges, sobre as perdas. Bom, foi falado, em reunião de Câmara, há

uns meses atrás, a evolução das perdas de 28% para 41%, de 2017 para 2021, as perdas de água. No final deste ano teremos os novos números das perdas. No final do ano... isto são dados balizados pela ERSAR. Tudo o que não é balizado pela ERSAR não conta. Isto são dados balizados pela ERSAR nas entidades em baixa. E, portanto, em 2017, havia 28% de perdas de água. Em 2021, havia 41%. São dados balizados pela ERSAR. Quando forem submetidos todos os dados, os indicadores das entidades em baixa, depois sairá. Naturalmente que se me pergunta: já houve redução? Já houve redução. Mas ainda não foi muito substancial, porque ainda há um longo caminho que o senhor chefe de divisão (que não está aqui porque está de férias, também tem direito a elas) está a fazer, conducente a um investimento que é necessário, seja em contadores, seja em redutores de expressão, seja na pequena telegestão da cidade, principalmente a começar pela cidade que é aí que está a maior parte das perdas. Fazer esse caminho para que, num futuro próximo, nós possamos ter, de uma forma arrojada, aqui uma redução drástica das perdas. Mas, no que diz respeito aos números de 2022, quando a ERSAR os balizar, certamente que na reunião de Câmara serão apresentados. Até porque, por força da aprovação dos tarifários para o próximo ano, tem que estar lá precisamente plasmado todos esses dados. -----

Depois, mais algumas notas perante aquilo que aqui foi referido. Sobre a questão dos incêndios, é claro que é um momento difícil e só quem está no terreno é que consegue perceber o drama das populações, das juntas de freguesia, dos bombeiros, dos sapadores, da GNR. Enfim, de toda aquela gente que tenta salvar os bens e as vidas. E só Deus sabe como é que não morreu ninguém nestes incêndios. Houve coisas que correram mal. Houve tantas coisas que correram mal, não é verdade senhor Presidente da Junta de Freguesia de Videmonte? Que bem assistíamos, de dia e de noite, ao que se lá passava. Mas, sobre esse ponto de vista, o que nós pedimos é que sejam investigadas todas essas causas. Do porquê de terem acontecido as coisas bem ou mal. E que não sejamos ludibriados por uma qualquer comissão de académicos e que depois, no final, a montanha, permitam-me a expressão, venha a parir um rato. Nós sabemos bem aquilo que foi acontecendo de mal. E fomos ouvindo relatos da Covilhã e de Manteigas... meu caro Presidente da Junta de Freguesia de Valhelhas, aquilo que aconteceu naquele reacendimento. E esperemos que essa comissão independente, e que os municípios sejam ouvidos e as juntas de freguesia, é isso que nós esperamos, para se perceber

aquilo que não correu bem, ou que correu bem, em todos estes incêndios. Porque, de facto, os bens que se perderam, a floresta que se perdeu, os milhões e milhões e milhões de euros incalculáveis. A começar, porque... não é só vender a madeira. Já agora, a madeira, no mercado atual, está a oitenta euros a tonelada. Mesmo a madeira ardida, o pinho. É o escalar dos preços perante aquilo que não existe no mercado. Mas há um valor que ninguém consegue calcular, é a pegada do carbono. Se transformarmos isto em carbono, aquilo que se perdeu nestes vinte e oito mil hectares de área ardida na Serra da Estrela, quanto é que isso vale? Há alguns especialistas, alguns economistas que já fazem esses cálculos e bem. É um valor astronómico e que demorará décadas e décadas a conseguir alcançar de novo. E, naturalmente, por isso nós pedimos, para que... falei com os meus colegas e honra seja feita, pela primeira vez, pela primeira vez, que eu me lembre, os autarcas do Parque Natural da Serra da Estrela, estão em uníssono, absolutamente interligados, irmanados, de braço dado para lutar pelo seu Parque Natural da Serra da Estrela. Os seis. E vejam só, são forças políticas completamente distintas. Mas, quando nós reunimos, não há forças políticas. Há um interesse maior que é o interesse do Parque Natural da Serra da Estrela, é o interesse da nossa terra. E por isso nós pedimos o Estado de Calamidade que foi declarado. E nós pedimos as medidas para os incêndios. Ainda ontem mesmo, em Manteigas, estivemos uma tarde inteira numa visita e depois em reunião com o senhor Ministro do Ambiente, com a APA, com o ICNF, a discutir os timings e as execuções que devem ser feitas. Nós queríamos ouvir os especialistas, que já deviam ter começado a trabalhar. Não é para acontecer como ontem que foi assim um floreado, havia lá uma série de carrinhas amarelas espalhadas pela Serra. Se lá formos hoje ou amanhã elas já não estão lá. Não é assim que se trabalha, só para inglês ver. Não. É com o trabalho técnico do ICNF, da APA, com os técnicos dos municípios, do GTF e aqueles que tratam dos rios também, os guardiões dos rios, chamemos-lhe assim, que possam dizer aquilo que deve ser feito no curto prazo e no médio prazo. E é isso que nós pedimos ontem para que fosse estabilizado rapidamente, para que nas próximas semanas e nos próximos dias possam ser assinados os contratos programa para iniciar as contratações públicas para as intervenções. Foi isso que foi ontem decidido na reunião com a tutela governamental porque é este o caminho que os autarcas têm vindo a fazer ao longo destas últimas semanas no pós-incêndios. E este plano de revitalização que nós ambicionamos, que nós exigimos, e já está plasmado nas

decisões governamentais, o que agradecemos porque é simplesmente vir ao encontro do que os autarcas pediram, este plano de revitalização é precisamente para fazermos das nossas fraquezas as nossas forças. Em todo o sentido. A começar pela revitalização da floresta, da agricultura, da pecuária. Quantas e quantas pessoas estão de braços caídos na Serra neste momento? Permitam-me citar aqui o senhor Zé Lopes de Videmonte, que há dois anos atrás teve uma fatalidade na sua vida e, todos os dias, a sua terapêutica era ir para a sua floresta em Videmonte. Esse senhor perdeu tudo. Ardeu tudo. Estes danos são irreparáveis, sob o ponto de vista psicológico, naturalmente. Mas este homem merece ser ajudado. A sua floresta merece ser revitalizada. E por isso é que nós defendemos muito esta revitalização, para que haja ocupação no território. Porque, verdadeiramente, aquilo que aconteceu, os dogmas, os tabus do Parque natural da Serra da Estrela arderam todos. Queimou tudo. E por isso é que nós defendemos, os autarcas da região, que exista um novo modelo de gestão do Parque Natural da Serra da Estrela. Este modelo esgotou. Faliu. Foi um modelo feito à moda dos grandes centros urbanos, como a Arrábida, por exemplo. Já todas as entidades chegaram a essa conclusão. E neste plano de revitalização, tudo isso vai ter que ser discutido. Vai ter que ser analisado um novo modelo de gestão, onde a comissão de cogestão, onde os autarcas têm o seu assento, do Parque Natural da Serra da Estrela, tenham uma palavra a dizer para evitar as tais multas como há pouco foram aqui bem referidas. E que hajam outros mecanismos financeiros para reabilitar as zonas da nossa Serra e as nossas linhas de água e a nossa rede viária e o impacto do nosso turismo. É tão importante nós termos o turismo na nossa terra. Quantos investimentos estão parados por falta de financiamento? Eu podia dizer aqui três ou quatro já, no nosso concelho, naquela zona. Por isso é que nós precisamos, nós ambicionamos, nós exigimos que este plano de revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela entre em funcionamento no mais curto espaço de tempo. Porque só dessa forma é possível fazer face a muitas e muitas necessidades que o nosso território precisa. É claro que há muito caminho par fazer em prevenção. Os municípios, em matéria de combate, não têm qualquer responsabilidade. É bom que se diga. Tem, sim, na logística. E por isso é que nós, senhora Vereadora, foram vinte mil ou trinta mil refeições que o município forneceu, ou por meios próprios, ou comprados fora. As horas/máquina, as retroescavadoras, as giratórias, poucas empresas do concelho não trabalharam para o município. Quem estava disponível, avançavam as

máquinas para o terreno. Só para terem ideia, os números já vão bem acima de cem mil euros do que o município gastou. E parece que não se viu. É verdade. Mas já foi bem acima de cem mil euros aquilo que o município gastou no combate aos incêndios. É claro que há um grande trabalho a fazer, em matéria de prevenção. E por isso é que o município delegou também nas juntas de freguesia as competências da limpeza da rede secundária. Mas há muito trabalho a fazer também. E nas conversas que temos tido com as tutelas governamentais respetivas, a necessidade, não é só os grandes carros de combate aos incêndios. Não. Às vezes há coisas bem mais pequenas. Pelo preço de um grande carro que custa centenas e centenas de milhares de euros, podemos apetrechar as juntas de freguesia com pequenos equipamentos que tanta falta fazem. E só quem lá anda no terreno é que percebe a necessidade. Não é para combater fogos. Não. É para evitar os reacendimentos, ou para fazer algumas intervenções, pontuais que sejam, mas tão importantes para não deixarem que os fogos se possam propagar. E que o digam os senhores presidentes de junta de freguesia que aqui já falaram e que, de facto, assistiram bem a isso no local. -----

No que diz respeito às outras intervenções políticas aqui feitas já no final, senhora Deputada Alina Louro, sobre o hub. Eu convido-a a ler a página dois e a página seis e, portanto, aí perceberá o que é que é o hub do interior...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, permita-me só...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Termino em um minuto.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Sintético.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado. Muito obrigado por recordarem.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente peço-lhe desculpa. Mas as forças partidárias ultrapassaram em trinta e dois minutos. Portanto. A soma, a soma.” -

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Presidente da Assembleia, se questionaram tantas coisas, se falaram de tantas coisas e se eu não tiver tempo para falar, então, é melhor calar-me. Senhor Deputado, eu não vou responder àquilo que o

senhor acabou de dizer.... Senhor Presidente da Assembleia, exijo algum respeito no trato. É bom que haja algum respeito no trato... Senhor Presidente da Assembleia, não sei se ainda há tempo disponível de alguém presente na sala que me possa dar este tempo? Já que estamos nessa maré!” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Agradeço que responda.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Obrigado. Serei rápido. No que diz respeito à questão dos Passadiços do Mondego, a nossa perspetiva era, efetivamente, abri-los até ao final do verão. Mas eu devo aqui repassar, e preciso de tempo para isto, duas ou três notas muito importantes. 29 de agosto de 2017, foi solicitado o licenciamento dos Passadiços, a obra, às entidades responsáveis. 15 de agosto de 2017. 7 de março de 2018 é emitida a decisão de aprovação da obra dos Passadiços. 7 de março de 2018. Volto a frisar, 7 de março de 2018. Quatro anos depois, 19 de janeiro de 2022, quase quatro anos, foi solicitado, já por este Executivo, o licenciamento de toda a parte restante, que nós dissemos que nunca abriríamos os Passadiços sem isso. Sem os caminhos de acesso devidamente arrançados, para não termos lá aqueles buracos e aquelas regueiras de água que, de facto, ninguém iria lá passar, com as casas de banho necessárias e as comunicações e tudo isso. 19 de janeiro de 2022, foi quando foi feito esse pedido de licenciamento. Passaram quatro anos desde o anterior. 8 de abril de 2022: foi dado o licenciamento dos caminhos de acesso. O que é que fizemos a seguir? Reunião de Câmara, abrir o procedimento concursal, adjudicar o concurso público. A obra está em curso. Está na parte final porque os caminhos, a parte principal está praticamente concluída. 18 de maio de 2022: é colocado novo pedido de licenciamento para os módulos, para as casas de banho. Fazer o projeto, falar com as entidades previamente. E este licenciamento dos módulos das casas de banho ainda não veio em definitivo. Mas nós já assumimos, já temos os contentores provisórios das casas de banho para lá colocar. São contentores que são amovíveis e, portanto, sob esse ponto de vista ninguém irá colocar em causa. Enquanto isso, corre o outro processo de licenciamento para a obra final. E sob esse ponto de vista fica resolvido exatamente da mesma forma. E este foi o caminho que nós fizemos em matéria de licenciamento. Para que conste e para que não haja dúvidas. E só depois dos licenciamentos é que as obras podem

avançar. Não sem antes dizer também que um terço dos Passadiços, da obra dos Passadiços, mas se somarmos a isto os caminhos de acesso já vamos em 50% da obra que já foi feita no nosso tempo. E estamos aqui há menos de um ano. Mas sempre com a perspectiva de que nós poderíamos abri-los até ao final do verão, eis senão quando vem este estado de alerta. E estivemos dois meses sem poder trabalhar nos Passadiços. Poderíamos ter dito ás empresas: vão lá trabalhando a ver se corre bem. Não. Conosco não. Porque o risco de incendio era tal, como nós vimos infelizmente o que aconteceu em vários pontos do concelho, que nós demos ordem de paragem, por razoes legais. E por isso é que houve as tais prorrogações de prazo. E foi isso que aconteceu. Este foi o caminho trilhado dos Passadiços do Mondego ao longo deste tempo. Essa grande obra, muito necessária, que eu sempre concordei deste a primeira hora e que continuo a concordar. E, para breve, nós iremos anunciar a data da sua abertura com as condições necessárias, com as condições de segurança, com as condições de higiene devidas para que as pessoas... e faremos, certamente, uma grande festa onde estão todos convidados. Estão todos convidados para a grande festa de inauguração dos Passadiços do Mondego. Vai custar dinheiro. Mas os Passadiços do Mondego não é para o Presidente da Câmara, não é para se exhibir como alguns dizem, nem para as senhoras Vereadoras. Não. É para afirmar a Guarda no contexto nacional e ibérico. É para isso que servirão os Passadiços do Mondego, para atrair os nossos turistas, as pessoas que trazem dinheiro ao nosso território para que possam almoçar ou jantar, ou pernoitar aqui no nosso concelho e nas nossas aldeias. É para isso que eles irão servir. E é para isso que nós estamos a trabalhar e em breve nós anunciaremos a data da sua abertura. No que diz respeito, senhor Presidente, e a terminar, as questões do antigo matadouro. Senhoras Deputadas, senhores Deputados, nós estamos bem certos daquilo que fizemos. Sobre a solução a dar àquele espaço que são cerca de seis mil metros quadrados. Senhora Deputada, não dá para fazer ali um multiusos. Nós já pensámos nisso, mas não dá área para isso. Ou melhor, daria área, mas não daria o estacionamento. E, portanto, já foi equacionado, mas a seu tempo falaremos da solução a dar àquele espaço que está limpo e está vedado, neste momento. Foi a grande nossa preocupação, sob o ponto de vista da segurança também. Mas aquilo a que nós quisemos pôr fim, foi a um negócio ruinoso que foi proposto na reunião de Câmara, onde a Assembleia Municipal não se pode pronunciar, com um suposto hospital. Ou

melhor, um lar de idosos. Nada contra os lares de idosos. Antes pelo contrário, por isso é que nós demos aquele quase meio milhão de euros, como disse o senhor Deputado Valbom e muito bem, que foi para agradecer o repassar daquilo que foi feito durante este ano, e foi um ano árduo, intenso de muito trabalho. Um lar de idosos disfarçado de hospital e clínica de exames de diagnóstico. Nós quisemos pôr termo a isso. Com ajuste direto a uma entidade não conhecida na Guarda e que nenhuma entidade, nenhuma empresa, nenhuma IPSS, nenhum cidadão deste concelho teve oportunidade de poder ir a esse concurso. Ora, se tivesse havido um concurso público, com caderno de encargos bem estruturado, bem adequado, todos lá iríamos. Todos, quem tivesse interesse. Mas não. Foi por ajuste direto. Mas devo dizer outra coisa também. É bom recordar estas coisas. Naquele Plano de Urbanização do Cabroeiro, que é aquele que é necessário para executar a variante dos F's, da "Ti Joaquina", (processo que está em marcha e falaremos sobre isso daqui a algum tempo, esperamos nós, sobre o Plano de Urbanização do Cabroeiro) sabem o que é que estava lá? Por isso é que a Assembleia depois, se pronunciou como se pronunciou, em setembro do ano passado. Naquela área toda do matadouro, estava lá: área de predominância de habitação coletiva. Então, afinal, o que é que se queria ali? Era um hospital, era um lar de idosos, eram prédios? Eram casas? Afinal, estamos a falar do quê? Porque, a certa altura, nos contratos com essas empresas, sabem o que é que lá estava plasmado? É que a empresa concessionária, de uma forma unilateral, podia alterar o tipo de investimento que queria executar. Era isso que lá estava escrito. E, contra esta opacidade, nós lutaremos sempre, a bem do erário público municipal. Senhor Presidente da Assembleia, muito obrigado, e peço desculpa pelo tempo que demorei." -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** "Muito obrigado. Senhor Deputado João Correia, em representação do PSD fez essa intervenção. Eu gostaria de dizer que esta Mesa pode ser acusada de tudo, mas ainda deu provas de uma abertura excepcional quando o Partido Socialista, invocando razões que nós entendemos que eram aceitáveis, pediu prazo. E a Mesa teve o cuidado de voltar a abrir a plataforma até à meia noite, creio eu, de quarta-feira, para todas as forças políticas, incluindo o PSD que aproveitou essa janela e, obviamente, no seu direito, apresentou outros documentos. Portanto, agora, compreenderão que tem que haver aqui alguma flexibilidade. Porque, senão, se

levamos a rigor, então... Eu só quero é que a Assembleia diga: “são seis minutos em rigor, acabou. Nem que esteja no meio da palavra «imper» e já não é o «meável»”. Pronto, é hora para almoço. A que horas é que entendem que podemos recomeçar sem atrasos, para estarmos cá todos? Três horas? Fica marcado. Três horas. Muito obrigado.”

Período da Ordem do Dia

Ponto 2.1 - Assuntos de interesse geral municipal. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Neste momento, estão presentes na sala sessenta e três senhores Deputados. Portanto, temos quorum. Vamos dar início ao período 2.1 da ordem do dia. O primeiro documento a entrar é do Bloco de Esquerda, sobre «recursos naturais». Senhora Deputada, faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Boa tarde a todas e a todos. O concelho da Guarda enfrentou, em julho e agosto, uma ameaça que não deixou ninguém alheio. Já foi muito falada até esta manhã. Estes incêndios trouxeram à superfície a importância do espaço rural e florestal. Colocaram no centro a interdependência que nós temos da terra, seja para a agricultura, para a pecuária, para o turismo ou para a básica da habitação. Lembra-nos que nós somos parte da natureza de que abusamos diariamente. O nosso bem-estar estará sempre sujeito à forma como nos relacionamos com o nosso redor, com os recursos naturais de que dispomos e como os utilizamos. Mas sabemos isto ou fomos acordados agora para a importância que os ecossistemas têm na nossa região; é importante que sejam tomadas ações no sentido de minimizar os danos, de evitar novas ocorrências e revitalizar a região. É preciso repensar como vivemos a ligação ao espaço natural e como usamos os nossos recursos. Situações como as que vivemos, serão muito mais constantes, como já disse de manhã. Mesmo contando com situações de fogo posto, é importante lembrarmos que as consequências que os relatórios nos mostram, são incêndios, são grandes períodos de seca. Já abordámos este tema. Eu abordei, pelo menos, na moção, esta manhã. As consequências destas ocorrências, principalmente quando não existe uma intervenção posterior que seja concreta, são

bastante visíveis. Vimo-lo, por exemplo, nas derrocadas no Sameiro. Vimo-lo no estado das linhas de água do concelho. E vimo-lo, por exemplo, esta manhã, como também falaram os Presidentes, inclusivamente de Valhelhas, do estado da linha de água. Em relação ao espaço rural e florestal, propusemos já a equipa de sapadores florestais afeto ao concelho. Mas não podemos deixar de sublinhar que é extremamente importante a monitorização e intervenção para a preservação das espécies de fauna e flora endémicas e de se aplicarem, obviamente, estratégias económicas que dão prioridade ao desenvolvimento de atividades tradicionais que sustentam a vida e originalidade da nossa região a entidades dedicadas à defesa do meio ambiente, cultural e social, à valorização turística que se desenvolva obviamente em respeito pelo espaço e os habitantes. Foram aqui faladas, de manhã, de forma geral, algumas medidas para minimizar os riscos associados aos incêndios. Esperemos que sim, elas sejam realmente praticadas e em tempo útil porque não é uma situação que podemos aguardar para ver o que acontece. E questionamos, também, que medidas serão tomadas para que, no próximo ano, obviamente teremos incêndios, não podemos cair nessa utopia, temos é mesmo que reduzir as consequências daquilo que vamos ter. Quanto à água, esse bem tão precioso, são muitas as problemáticas com que nos debatemos. Sem esquecer no ponto anterior, a nossa flora e a manutenção dos solos é essencial para a qualidade da água, queremos também lembrar que a despoluição do Rio Noeme e do Rio Diz não é uma situação nova e que continua ignorada pelos sucessivos Executivos. Já levou, e já o abordámos mais do que uma vez, ao progressivo abandono das atividades primárias desta zona, que são, obviamente, dependentes do bom estado da conservação da água. Desde primárias e também lazer. Estas zonas estão despovoadas, obviamente. Não havendo água que as mantenha, havendo lá atividades que depende dela, será impossível pedirmos que estes habitantes se mantenham lá. Em relação às perdas de água do município, ouvimos falar de manhã. Esperemos que sim, que no final do ano, realmente, as percentagens sejam mesmo muito menores, porque 40% é assustador. Se juntarmos água e as zonas verdes da cidade, podemos considerar que a medida de redução de área de rega é boa, claro. Mas queremos ver mais. Não pararemos de exigir soluções contínuas, ao invés de soluções de emergência. É possível estudar e aplicar sistemas de rega fora de rede. É possível que as plantas usadas dos nossos jardins e quintais sejam autóctones e, portanto, sejam adaptadas às condições climáticas, não

necessitando, primeiro, de ser substituídas com tanta regularidade nem de tratamentos nocivos para os nossos solos. Hoje de manhã também foram faladas algumas soluções, esperemos que, obviamente, sejam concretizadas. É urgente também que a nossa população se identifique com os jardins, com as matas, com a floresta do concelho, que queira usufruir deles e cuidar deles. Mas, para tal, também é preciso que haja ações nesse sentido. É preciso revitalizar os jardins e parques da cidade e estimular o seu uso correto. Precisamos de o fazer entretanto...” -----

- **José relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, peço-lhe desculpa. Já ultrapassou o seu tempo em três minutos e vinte e quatro.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Ok. Um minutinho e terminarei. Os exemplos que temos no concelho são bastantes, mas posso-vos falar do jardim junto à Rua Monsenhor Mendes do Carmo, que está num estado lastimoso há demasiados anos. O Polis será sempre uma ideia muito boa e muito abandonada e, provavelmente, há de ser dos poucos parques públicos onde corre um rio totalmente poluído. A Quinta da Maunça, supostamente vai ter intervenções e tem tido, esperemos que resulte, mas tem-se mantido desprezada apesar da sua beleza e da sua importância. Novamente, esperemos que sim, que seja agora que ela é revitalizada. Para falar de estímulo do uso correto dos espaços públicos, podemos, infelizmente, dar como exemplo, uma situação que nos chegou por queixa de uma habitante da Rua Virgílio Ferreira que costumava passear o seu cão no local onde foi construído um jardim e que agora se vê impedida de o fazer por uma sinalética. Ora, nós deixamos umas ideias que pretendem não dissuadir as pessoas de usufruir desses espaços e podem ajudar a promover uma melhor relação entre os vizinhos, as vizinhas, a generalidade dos habitantes: disponibilização de sacos para recolha de dejetos animais; aumento dos depósitos de lixo urbano na via pública; promoção de espaços diversificados e distribuídos, obviamente, no território, onde seja possível passear livremente os animais de companhia. Resumindo, preservemos os nossos recursos naturais, utilizemos a nossa flora, tratemos dos nossos espaços verdes. Na Guarda nós estamos muito bem servidos de natureza, precisamos é de os utilizar de forma a que eles continuem a existir no tempo. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Tem a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia Viçosa, Luís Prata.” -----

- **Luís Prata, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia Viçosa (Independente):** “Boa tarde a todos. Senhor Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os que nos ouvem e nos veem. Eu trago aqui um tema que já foi abordado aqui hoje de manhã, mas penso que é pertinente, já tinha a intervenção preparada e trago aqui mais algumas ideias importantes, que são os incêndios. No dia 13 de agosto, viveu-se um inferno em Aldeia Viçosa, assim como em tantas outras freguesias do concelho. O incêndio destruiu toda a nossa Serra, desde Vila Cortês até à Mizarela, num curto espaço de tempo. O fogo começou nas eólicas da Rapa e desceu a Serra como bolas de fogo. Imparável! A nossa principal batalha foi defender as habitações em toda a linha limite da freguesia, o que conseguimos graças à determinação do povo, dos Bombeiros, dos GIPS, da GNR, Proteção Civil e de tantos outros que estiveram lá a ajudar-nos. Nem tudo correu bem no início. Recordo que, nos primeiros momentos, estivemos uma hora apenas eu e o senhor Presidente, simbolicamente falando, com a enxada na mão a combater o fogo com os populares. Quando chegaram os bombeiros, bem mais tarde, então as coisas compuseram-se e tiveram um trabalho fundamental e fenomenal. Portanto, aproveito aqui para agradecer ao Executivo o trabalho que foi feito no terreno, mas também no backup, em que dezenas de trabalhadores estiveram a fazer aquele trabalho invisível, mas tão importante para que tudo corresse bem na linha de batalha. Eu estive cá também a presenciar e vi muita gente da Câmara a trabalhar, noite e dia, para nos apoiar na logística. Queria também destacar o trabalho que as Juntas de Freguesia tiveram, assim como a solidariedade que houve umas com as outras. E, aqui, nunca é demais referir o papel da Junta de Freguesia da Arrifana que foi em nosso socorro, foram importantes, e que depois encontrámos em Gonçalo quando nós também fomos ajudar a dar comida aos nossos colegas. É sempre bom quando as Juntas também se juntam em torno de um objetivo comum. Vencido o incêndio, foi importante o trabalho pós incêndio que ainda estamos a fazer. A Câmara, logo no dia seguinte, contactou as Juntas de freguesia para o levantamento de prejuízos, porque é fundamental repor as explorações ardidas. Assim, a Câmara e as Juntas fizeram o seu levantamento de prejuízos. A DRAP Centro criou depois a plataforma para podermos introduzir os

prejuízos, a CCDR veio também, mais tarde, a pedir casas ardidas, entre outros levantamentos, e estamos na expectativa de que tudo possa vir a correr bem. Muitos pequenos agricultores, de entre os quais idosos e reformados, perderam os seus olivais de onde conseguiam ter algum rendimento extra com a venda do nosso azeite, das cerejas, entre outros. Eu vi, como dizia o Lúcio de manhã, vi também idosos a chorar por ver os seus pequenos olivais completamente ardidos. Todos eles, estes idosos e estes reformados, depositam, assim como nós, obviamente, uma grande esperança que o Governo os ajude a repor os cultivos e o seu rendimento. Ficámos satisfeitos, hoje, por ouvir o Deputado Miguel Borges dizer que já saiu uma portaria. Confesso que ainda não tive tempo de analisar com calma. Todos nós temos a esperança que não haja aqui truques e que todos estes idosos possam vir a ser ajudados na reposição das suas oliveiras. Finalmente, e junto-me aqui ao senhor Presidente da Câmara, penso que devemos repensar o papel do Parque Natural da Serra da Estrela, que é um tema que há muito tempo vem sendo falado, sempre tão pronto a obstaculizar os investimentos e sempre tão distante para nos ajudar, por exemplo, a abrir caminhos ou a fazer queimadas controladas no inverno. Termino, concordando também com o Presidente, que é importante apetrechar as Juntas de Freguesia com os equipamentos para combate de primeira intervenção aos incêndios como tinha a Junta de Freguesia de Arrifana e que tanto jeito nos deram por lá. Finalmente, em relação aos sapadores florestais. Penso que o Vale do Mondego devia ter sapadores florestais, lá, no terreno. Eu, ainda hoje, não consigo explicar aos meus munícipes que o Vale do Mondego já tem uma equipa de sapadores. Não consigo perceber. Fica a deixa para repensarmos este tema com o senhor Presidente ou com o Parque porque, de facto, precisamos lá de uma equipa que nos ajude no terreno e na prevenção principalmente. Tenho dito.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Tem a palavra o grupo municipal Pela Guarda, sobre o tema «habitação social».” -----

- **Rute Prata, Deputada (PG):** “Boa tarde a todos. Permitam-me que a todos cumprimente na pessoa do senhor Presidente da Assembleia. Para 95% das pessoas, a casa é o seu local favorito e é onde 76% passam a maior parte do tempo. Como pensar em acesso à educação ou à saúde quando não há onde morar com dignidade?

Atualmente, a habitação é a maior despesa no rendimento de muitas famílias que sentem grande dificuldade em obter e manter as suas casas. Se pensarmos que os rendimentos no nosso país são baixos e escassos, a habitação e os seus custos promovem situações de pobreza e exclusão social. A preocupação que se tem para com aqueles mais necessitados e a procura pelo direito à moradia digna, são ações que remetem muito o assistencialismo, tanto do governo como da comunidade. Diante do atual cenário, é evidente a necessidade em suprir o défice habitacional na Guarda, caracterizado por ocupações irregulares, em áreas ambientalmente sensíveis, precárias, improvisadas e com excessivo adensamento. A criação de habitações de caráter social, possibilitará a melhoria na integração da comunidade com a cidade formal, diminuindo a segregação e proporcionando uma qualificação habitacional e social para a comunidade como um todo. Citando o senhor Presidente, Sérgio Costa, este acordo que aqui vamos assinar de mais de 6,7 milhões de euros, investido em habitação social a construir e em habitação social a reabilitar, será a verdadeira revolução no panorama habitacional da Guarda. Esta será, por ventura, uma das maiores obras para as famílias da Guarda de um qualquer executivo municipal. Desta feita, o grupo parlamentar Pela Guarda parabeniza o Executivo pela construção de quarenta e oito novas habitações e a reabilitação de sessenta e sete, destacando-se a construção de oito prédios habitacionais nos Bairros do Fomento e da Fraternidade. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Tem a palavra, ainda, o grupo municipal Pela Guarda sobre o tema «educação».” -----

- **José Almeida Gonçalves, Deputado (PG):** “Boa tarde a todos e a todos cumprimento na pessoa do senhor Presidente. Começo por endereçar saudações e felicitações à Guarda, às Instituições envolvidas e respetivas lideranças do Município e do Instituto Politécnico da Guarda, cujos interesses comuns, num ato de complementaridade e sinergia, permitiram a disponibilização de um total de cem camas no Centro Apostólico D. João de Oliveira Martins e na Residência de Estudantes Calouste Gulbenkian, para os alunos do ensino superior matriculados no IPG. Sabemos o quão difícil está encontrar ou conseguir alojamento estudantil. Ouvimos ou assistimos pessoalmente ou na comunicação social ao drama dos estudantes e familiares. Se à diminuição de oferta de

alojamento juntarmos a subida das rendas, e já nem falamos das restantes despesas cujos aumentos sistemáticos asfixiam os orçamentos familiares, percebemos como é delicado sustentar um aluno no ensino superior, fora da sua residência habitual. Daí a importância deste protocolo assinado entre o Município e o IPG e o agradecimento a todos aqueles que contribuíram para a sua concretização. Mas a Guarda não vive só com os alunos do ensino superior. A educação, na Guarda, numa visão inclusiva e uma escola de todos e para todos, é aposta forte deste Município. A contribuição para atenuar o peso da despesa escolar no orçamento das famílias do concelho, para a aquisição de cadernos de fichas e outros materiais necessários, com uma verba de 125 mil euros, o triplo de anos anteriores, mostra um Executivo atento, preocupado e solidário com todos os guardenses, revelam-nos um Município que não se abstém das suas responsabilidades, indo até mais além, contribuindo decisivamente para o sucesso escolar e para um futuro mais próspero para todos. Ao Executivo do Município da Guarda, por esta ação económica e também social, o nosso agradecimento. Obrigado.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Passo aos documentos do Partido Socialista. E o primeiro tema que entrou é sobre «atualidade política concelhia». Faça favor.” -----

- **Liliana Almeida, Deputada (PS):** “Boa tarde a todos. No senhor Presidente cumprimento toda a Assembleia. Este verão ficará como uma das páginas mais tristes na nossa história. Os nefastos incêndios que assolaram o nosso território, não deixam ninguém indiferente. A tragédia deixou marcas profundas nos ecossistemas, na nossa agricultura, na nossa economia, nas nossas aldeias e nas nossas gentes, como já hoje referido por vários Presidentes de Junta. Dos acontecimentos devemos retirar lições importantes sobre como prevenir para que, no futuro, tragédias idênticas não se repitam. Mas a urgência impõe que, além de análise, também seja feita uma ação rápida e assertiva. É em nome dessa assertividade, senhor Presidente da Câmara, que depois de mais de um mês e meio após os incêndios terem sido dados como extintos, e em nome do Partido Socialista, queria fazer-lhe perguntas concretas. Já tem o levantamento dos prejuízos e o seu respetivo valor? Não queremos estimativas, não queremos valores aproximados, não queremos respostas redondas que nada dizem e, quando analisadas,

são vazias de conteúdo. Repito, senhor Presidente, que fique bem claro que o valor apurado pela Câmara Municipal da Guarda dos prejuízos provocados no nosso território pelos incêndios da Serra da Estrela, seria uma enorme manifestação de incompetência, de falta de liderança política se, numa altura em que o governo central se predispõe a ajudar os territórios afetados, nós não tivéssemos o trabalho de casa feito. Outra pergunta que se impõe: estão identificados todos os proprietários e inventariados os respetivos prejuízos materiais? Esperemos que sim. Seria incompreensível que passado todo este tempo, e face à necessidade de se agir com rapidez, se este trabalho ainda não estivesse feito, porque ele é essencial para fazer chegar a ajuda do governo a quem realmente necessita e deve ser compensado pelos prejuízos que teve. Outra pergunta que gostaríamos de fazer: qual o valor do apoio financeiro que o Executivo camarário pensa disponibilizar para ajudar as populações afetadas? Não basta pedir ajudas do governo. É fundamental que o Executivo camarário, mais próximo, mais ágil, seja o primeiro a definir um pacote de ajuda aos afetados. Senhor Presidente, as consequências destes incêndios têm sido evidentes nas freguesias do Sameiro e Vale de Amoreira, no concelho de Manteigas. Já hoje também referido pelo Presidente da Junta de Valhelhas. O que tem sido feito pela Câmara da Guarda para evitar que tragédias idênticas ocorram nas outras freguesias afetadas? Senhor Presidente, são reconhecidos por todos os seus dotes retóricos, mas estas são perguntas simples e concretas com um assunto que trouxe muitos prejuízos e sofrimentos aos cidadãos deste concelho. Num assunto desta gravidade, pedimos que nos responda com clareza e assertividade, e deixando a habitual retórica vazia de conteúdo. Para terminar, gostaria de lhe colocar a questão se já teve em consideração a indicação feita pelo grupo do Partido Socialista na última Assembleia sobre a criação do cartão municipal do Bombeiro. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Continua o Partido Socialista sobre o tema «O tempo».” -----

- **João Vaz, Deputado (PS):** “Novamente, boa tarde a todos. Sam The Kid, um dos maiores rappers portugueses, tem uma música chamada Tempo. E, na música, ele diz o seguinte: até para rimar neste som tenho que estar dentro do tempo. Eu adaptaria: até para governar este Município é preciso estar dentro do tempo. E fui reler o plano

eleitoral do Movimento Pela Guarda, ou a revista de propaganda, como preferiram chamar, e questiono: o que é que está a ser feito em relação ao Centro de Apoio ao Migrante? Todos fomos sabendo através das notícias, por parte do Executivo pouca informação saiu, do quão bem, entre aspas, claro, foram recebidos os refugiados Ucrânianos na Guarda. Mas o que é que tem sido feito, desde então, para melhorar? Os Ucrânianos não são os únicos migrantes na Guarda. Anualmente, temos um grande fluxo de migrantes para a Guarda, o que tem ajudado a manter o nível populacional do concelho, onde, segundo a PORDATA, morrem, num ano, o dobro das pessoas do que aquelas que nascem. O que é que tem sido feito para ajudar estas pessoas? Na Guarda, até para ser bem recebido é preciso estar dentro do tempo. E em relação à nossa floresta? Vivemos recentemente a maior tragédia local de que eu tenho memória. Prontamente, vimos o senhor Presidente a deslocar-se a todos os locais. Umas vezes no papel de bombeiro, outras vezes no papel de incendiário da opinião pública, disparando, sem filtros, em todas as direções. Mas o que é que estava a ser feito? O que é que estava a ser feito em relação a...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado. Eu creio que a palavra incendiário, eu peço imensa desculpa, mas é preciso termos um bocadinho de bom-senso. Direi para todos. Direi para todos. Já há bocadinho também respondi.” -----

- **João Vaz, Deputado (PS):** “Muito bem. Continuando, e deixando-me, se calhar, de mais metáforas, então. O que é que estava a ser feito em relação à organização da nossa floresta, à proteção, à gestão, à reflorestação? Parece que agora terão mesmo que plantar o milhão de árvores que prometeram. Senhor Presidente, na Guarda, até para ter uma paisagem verde é preciso estar dentro do tempo. E em relação à educação, ao investimento na educação? Em relação à cantina da escola Secundária Afonso de Albuquerque? Sabemos que, atualmente, estão a servir cerca do dobro das refeições do ano letivo anterior. Sabemos que há crianças à espera em filas intermináveis e que acabam por desistir e ir comer no café do outro lado da rua. Sabemos que há crianças que chegam para comer a sua refeição, com a senha comprada, e que não têm sopa ou que já não têm fruta. Sabemos que há crianças que chegam e já não têm comida e por isso são, na hora, descongelados hamburgers para poder fazer para que as crianças

possam comer. Açam que é normal numa escola, numa cantina que serve quinhentas refeições, não haver um cozinheiro? Açam que é normal o Diretor do maior agrupamento de escolas do concelho ter que, diariamente, ir para a cantina servir refeições porque não há funcionários para o efeito? Senhor Presidente, na Guarda, até para uma criança poder comer na escola é preciso estar dentro do tempo. Em abril, nesta Assembleia, neste púlpito, apresentei uma recomendação para a criação de um gabinete que sinalizasse as zonas com falta de acessibilidades ou com obstáculos para pessoas com deficiência. O senhor Presidente respondeu-me que estas situações já estavam todas sinalizadas e que iriam sendo resolvidas aos poucos. Pergunto-lhe: tem o concelho todo mapeado, mas esqueceu-se da sua casa? Da nossa casa? Da casa de todos? Aparentemente não é de todos. Na última Assembleia, cheguei junto da sua Vereadora Diana Monteiro, um dos seus braços direitos, acredito eu, e disse-lhe que era inaceitável que, nesta Câmara Municipal, houvesse uma casa de banho com acesso a deficientes, mas onde a sanita não tem um assento. Senhor Presidente, senhoras Vereadoras, convivem com alguma pessoa com deficiência? Eu convivo e sei o quão difícil é para uma pessoa nestas condições, utilizar de forma segura e confortável uma casa de banho como aquela que continua a pôr à disposição dos guardenses nesta Câmara Municipal. Se até podemos engolir que dois, quatro, seis, oito, dez, agora onze meses, são pouco tempo para finalmente fazer alguma coisa pela Guarda, três meses são assim tão pouco tempo para arranjar uma sanita? Se até para governar é preciso estar dentro do tempo, senhor Presidente, já vai sendo tempo de estar dentro do tempo.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Tem ainda a palavra o Partido Socialista sobre o tema «as marcas da Guarda».” -----

- **Rui Ribeiro, Deputado (PS):** “Boa tarde a todos. Senhor Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes e quem nos acompanha e, por economia de tempo, passo, então, à minha intervenção. No nosso país, a demografia castigou, nos últimos anos, de forma severa, as cidades das regiões mais afastadas do litoral, localizadas naqueles que designamos hoje por territórios de baixa densidade. E, por este motivo, estas cidades competem hoje, entre si, pela captação de novos residentes, quer seja para poderem crescer em área de influência, quer, nos casos mais dramáticos, para

estancar o despovoamento a que têm estado sujeitas. Neste contexto competitivo, as cidades procuram as marcas que mais se lhes adequam, face às suas características distintas ou face ao público alvo que pretendem atingir. Quer sejam cidade jardim, cidade neve, capital do queijo ou outra qualquer marca, importa projetar uma determinada imagem para captar empresas, moradores, novos serviços, turistas ou outro qualquer desiderato. Quando o exercício é bem feito, há numa primeira fase um diagnóstico e um plano de ação bem feitos e com os quais os poderes se comprometem, ou há pelo menos a capacidade de identificar uma falha de mercado cuja correção nos possa permitir alcançar, ainda que parcialmente, o nosso objetivo. Havendo a sorte de detetar, antes dos demais, essa falha, essa deteção precoce vai permitir-nos diferenciarmo-nos, num primeiro momento, das demais cidades e com isto aproveitar de forma pioneira um fator competitivo. Mas a sorte dá trabalho e quanto mais depressa o enfrentarmos, melhor. Serve esta introdução para sugerir ao prezado Executivo Municipal que caracterize e construa um plano de ação o mais brevemente possível para um problema que não é da Guarda, não é do interior ou sequer da região. É do país. Falo-vos da falta de alojamentos para estudantes deslocados das suas residências habituais. Este é um problema que tem vindo a ganhar expressão desde alguns anos e cuja importância vai continuar a crescer. Um problema sobre o qual o Governo, este e futuros, vão ter de se debruçar seriamente e fazer um esforço para corrigir, sob pena de ficar em causa um sistema de ensino superior que efetivamente seja justo e acessível aos cidadãos do nosso país. Porém, é de esperar que uma absolutamente e necessária intervenção nesta matéria tenha um caráter nacional e demore ainda alguns anos a dar os seus frutos, razão pela qual cremos que aqueles que primeiro se posicionarem na solução deste constrangimento, poderão vir a retirar importantes dividendos. A Guarda tem uma instituição de ensino superior que tem passado, nos últimos anos, por algumas dificuldades, nomeadamente ao nível da captação de alunos., mas que tem sabido contornar algumas dessas dificuldades e manter-se viva e vibrante, dando vida à região. Isso mesmo foi confirmado quando ficámos a saber, há cerca de duas semanas, que o número de alunos lá colocados aumentou ligeiramente e que o padrão de proveniência desses alunos também se tem vindo a alterar. Mas, na questão do alojamento para estudantes deslocados, a Guarda não é diferente das demais cidades portuguesas que albergam instituições do ensino superior. Há falta de casas, de quartos e de estruturas

residenciais. É necessário investimento em alojamento para estudantes na Guarda, sendo certo que esse cabe, em grande medida, ao governo central. Porém, o Município pode, e deve, de alguma forma, adiantar-se e suprir, ainda que parcial e temporariamente essa falha de mercado, lançando mão dos recursos de que dispõe, podendo projetar uma marca de cidade dos estudantes onde há garantidamente alojamento para todos os que quiserem vir. Com uma intervenção neste problema, ganharia o IPG, ganharia a cidade e ganhariam os estudantes que ponderam vir estudar para a Guarda. Mas, se para o presente ano letivo de 2022/2023 já é tarde para intervir, é urgente começar a preparar o ano letivo 2023/2024 para que, ainda que não seja possível garantir alojamento para todos, possamos esperar que no próximo ano letivo as necessidades em matéria de alojamento para alunos deslocados, sejam minimizadas face ao ano já em curso. Para que se possa elaborar um plano de divulgação que possa projetar a imagem de cidade dos estudantes, que atrás mencionei e, dessa forma, reforçar a captação de novos alunos. Sabemos e reconhecemos o esforço que foi feito no início do atual ano letivo para disponibilizar algumas camas, mas trata-se de um apoio de emergência e serão necessárias medidas com um efeito mais prolongado no tempo. Não temos a pretensão de achar que o problema tem solução fácil. Mas temos a plena convicção de que o assunto deve merecer o esforço do município na procura de uma solução de curto prazo, ao mesmo tempo que desenvolve esforços, junto do Governo, na busca de uma solução de longo prazo, no que contará com a inelutável colaboração da bancada do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal. Fica o desafio que a todos compromete, na certeza de que a Guarda merece e precisa deste importante fator de atratividade. Uma nota final para referir o que aqui foi mencionado sobre o investimento do município em habitação social de 6,7 milhões de euros, em que cabe, em nome do rigor, referir que esse investimento foi financiado pela Secretaria de Estado da Habitação, cuja Secretária de Estado esteve, no final de junho, na Guarda, para assinar o protocolo da homologação do investimento. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Tem agora a palavra o Partido Social Democrata sobre o tema «conjuntura económica».” -----

- **José Carlos Alexandre, Deputado (PSD):** “Muito boa tarde a todos. Na pessoa do senhor Presidente da Assembleia, quero cumprimentar todos os presentes. “O que vem aí, é mau”, disse, há dias, o Presidente da República. Marcelo Rebelo de Sousa não especificou e pediu ao Governo que divulgasse o cenário macroeconómico para 2023, para os portugueses saberem com o que podem contar. O Primeiro-Ministro, entretanto, fez saber que o Governo só divulgará essas previsões a 10 de outubro, quando for entregue o Orçamento de Estado. De qualquer maneira, nos últimos dias, têm aparecido várias previsões de entidades credíveis e respeitadas, como o Conselho das Finanças Públicas, o Banco Central Europeu ou o Banco de Portugal. E todos parecem confirmar as palavras do senhor Presidente da República, “o que vem aí, é mau”. Para este ano, todos preveem uma inflação a rondar os 8%. Para o ano, os preços continuarão a subir, não há dúvidas. Talvez a inflação ande na casa dos 5%. Não se sabe, como é evidente, são previsões. Depois de uma queda, em 2020, do PIB, em 8,4%; de um aumento de 4,9% em 2021 e de um aumento previsto (Conselho de Finanças Públicas) de 6,7% para este ano, para 2023 o crescimento não deverá ir além de 1,2% (foram as estimativas que saíram esta semana do Conselho de Finanças Públicas) e que não excluem uma recessão. Aliás, muitos especialistas temem uma recessão global, severa, longa e feia. Como os aumentos dos salários nominais estão inferiores à inflação, isto significa que os portugueses estão a perder poder de compra. Dito de outro modo, os portugueses estão a ficar mais pobres. E é bom que o Governo não jogue, acho mal que jogue com a iliteracia financeira dos portugueses e misture aumentos nominais com reais, enfim. Por exemplo, os funcionários públicos, que tiveram, em 2022, um aumento de 0,9%. Nem 1% é. Se a inflação ficar nos 8%, isso significa que os salários reais caem mais de 7%. Ou seja, é o mesmo que cortar um dos catorze salários mensais que recebemos num ano. É um corte brutal como já não víamos há muito tempo. Em outubro, o preço do gás natural vai disparar. Por exemplo, sei, por experiência própria, que no caso da EDP, o preço do kilowatt/hora vai passar de 5 para 21 cêntimos. Ou seja, quatro vezes mais. Um aumento de 300%. A fim de controlar a inflação, a taxa de juro de referência do Banco Central Europeu vai inevitavelmente continuar a subir, já o disseram. Como é evidente, isto aumenta os riscos de recessão porque, nomeadamente, afeta negativamente o investimento e afeta negativamente o consumo. Não é preciso ter nenhum curso de economia para perceber estes conceitos básicos. Dito isto, o mais

provável é que a Euribor, que é a taxa de referência para a maior parte dos empréstimos bancários para a habitação, sobretudo a taxa de seis meses, continue a subir. Por exemplo, um empréstimo tipo de 150 mil euros a 30 anos, com o spread de 1%, a prestação pode passar, mais ou menos, dos 450 euros mensais, em 1 de janeiro de 2022, para mais de 600 euros, em 1 de janeiro de 2023. E para mais de 700 euros em junho de 2023. Estamos a falar de um aumento superior a 250 euros por mês, ou seja, um aumento de cerca de 60% da prestação mensal para pagar a casa. Estes são apenas alguns indicadores e sinais inquietantes da crise que já está aí. O pacote “Famílias Primeiro”, apresentado pelo Governo há duas semanas, deixa muito a desejar. De qualquer maneira, como é evidente, não vou comentar agora este pacote. Até porque já foi muito comentado sobretudo por causa da questão dos pensionistas, que o Governo apresentou, como sabem, tentou apresentar como ajuda àquilo que é um corte de mil milhões nas pensões dos pensionistas. E o pacote de apoio às empresas também é claramente insuficiente. Apresentado pelo Governo a semana passada, salvo erro, basicamente trata-se de linhas de crédito a empresas que já estão, muitas delas, extremamente endividadas. A minha questão é: neste cenário, neste contexto de crise severa, que medidas extraordinárias a Câmara municipal da Guarda tem pensadas ou planeadas para ajudar as famílias e as empresas? Há municípios que já estão a tomar medidas, fiscais nomeadamente. Eu pergunto: a Câmara Municipal da Guarda pretende manter, aumentar ou reduzir a carga fiscal sobre os municípios? Os municípios têm um conjunto variado de receitas fiscais. Mas, como é sabido, há sobretudo duas receitas sobre as quais têm autonomia para determinar a carga ou o alívio fiscal dos municípios. O imposto sobre os rendimentos de pessoas singulares, o IRS, e o imposto municipal sobre imóveis, o IMI. Em dezembro do ano passado, nesta mesma Assembleia, em, salvo erro, 20 de dezembro, a Assembleia, porque é obrigatório por lei, aprovou as propostas do Executivo relativas ao IRS e ao IMI. Em relação às receitas do IRS, foi aprovado que o município ficasse com uma participação de 4,5%, os quais deixam, portanto, de poder ser deduzidos à coleta dos municípios. É verdade que a Câmara Municipal da Guarda não ficou com a totalidade dos 5% que a Lei das Finanças Locais, a Lei n.º 73/2013, de 3 de fevereiro (é setembro!!!), permite. Mas também é verdade que está nas mãos da Câmara Municipal da Guarda aliviar fiscalmente as famílias por esta via. O mesmo se passa em relação ao IMI. Nessa mesma reunião de 20 de dezembro de 2021, foi aqui

aprovado, como manda a lei, por proposta do Executivo, da senhora Vereadora Diana, manter a taxa de 0,375% e as minorações em função do número de habitantes para o IMI. A taxa de IMI para os prédios urbanos como é sabido, varia entre os 0,3% e os 0,45%, apesar de poder ir até aos 0,5% em alguns casos. A minha pergunta é: a taxa de IMI no concelho da Guarda é para manter, baixar ou aumentar para 2023? Já pensaram sobre isso? Ainda em termos fiscais, que apoios e estímulos estão pensados para as empresas? Estão a pensar atuar ao nível da Derrama e do IRC, o imposto sobre os rendimentos das pessoas coletivas? Pretendem discriminar positivamente as pequenas empresas? Voltando às famílias, além da parte fiscal, que outras medidas extraordinárias estão a ser planeadas e preparadas neste momento? Já se falou aqui na tarifa da água, pode-se falar nos transportes, enfim... o que é que a Câmara está, neste momento, a preparar, a pensar, a planear no sentido de ajudar as famílias e as empresas perante esta crise brutal que já estamos, neste momento, a atravessar? Muito obrigado. São estas as minhas perguntas.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Continuava o Partido Social Democrata com o tema «cidade e ambiente».” -----

- **Helena Saraiva, Deputada (PSD):** “Muito boa tarde. Na pessoa do senhor Presidente da Mesa da Assembleia, cumprimento todos os presentes e os que assistem online. A minha intervenção de hoje vai versar sobre o ambiente na cidade, mais concretamente a falta de ambiente na cidade. Eu trago uma pequena apresentação. Eu depois vou pedir-lhe que vá passando os PowerPoint. Se é, de facto, um dado universal que uma qualquer cidade, principalmente uma cidade pequena do interior e mesmo por não ter uma atividade industrial muito forte, também disso há algumas consequências positivas. Uma delas é que também não há grande poluição. E, portanto, é natural que estas cidades se queiram dar a conhecer na sua melhor versão, na sua forma mais ordenada, na sua forma mais limpa, na sua forma mais cuidada. É verdade que, com certeza, todos ambicionaremos isso, quer para podermos receber condignamente quem aqui se desloca, quer para promover atividades turísticas na cidade, quer para promover eventos comerciais e eventos industriais ou de promoção turística, quer ainda para aqueles que, como nós, optaram por viver cá e que também têm direito a usufruir de

espaços ordenados, limpos, agradáveis e que promovam a qualidade de vida. Não é, no entanto, esta a realidade atual na Guarda. E eu digo isto com alguma pena e com o intuito de chamar à atenção para a situação. De há muitos anos para cá, mesmo muitos anos, hoje já se falou aqui várias vezes em vários tempos, e, portanto, há muito tempo que não se encontrava uma cidade tão descuidada em diversos aspetos, quer em termos de limpeza urbana, quer em termos de cuidados gerais com os espaços públicos, quer mesmo em termos da existência de diversos casos de cidadãos que têm a infelicidade de se encontrar a ter de viver, de uma forma desamparada, em espaços públicos. E, portanto, este também é um papel da autarquia. Esta última situação, sem dúvidas, é de todas a mais lamentável e exige uma resposta atempada e fluente por parte de todos os serviços de apoio. É também, com certeza, fruto dos tempos instáveis que vivemos, mas isso exige, obviamente, uma resposta e uma resposta atempada e fluente. A degradação dos espaços públicos, por várias das circunstâncias anteriormente mencionadas, não parece, no entanto, coadunar-se com aquilo que vinha a acontecer nos últimos anos ou com a prática destes últimos anos, que, de facto, havia uma atividade exemplar na questão da limpeza, na questão da manutenção e a questão da exposição dos espaços públicos. Eu trago aqui alguns escassos exemplos daquilo que acabei de dizer. E melhor do que eu estar a falar, será olharmos para alguns desses exemplos. Por favor, se puder agora colocar. Portanto, aqui temos alguns exemplos no centro da cidade. É uma situação recorrente. Encontramos lixo por todo o lado, vidros por todo o lado. Aquelas duas garrafas que ali estão, naquela fotografia, estiveram uma semana colocadas em cima daquele muro. A maior parte destas fotografias foram tiradas ontem, mas algumas têm mais tempo. Aqui, na Rua do Carvalho e na avenida do Vivaci, ou como é que agora aquilo se chama, depósitos de lixo à vista de todos. Eu não entendo como é que os serviços não veem isto. Não veem, pura e simplesmente. Depois, aqui, também ainda na avenida do Vivaci. Alguns espaços verdes, por exemplo nalguns espaços verdes de locais emblemáticos da cidade, encontramos em todos os arbustos rasteiros há lixo lá emaranhado pelo meio. Esta situação aqui, foi uma palete que esteve na via pública três meses. Uma palete de madeira. Três meses. Umás vezes estava deitada, outras vezes estava encostada, outras vezes estava levantada. Quando foram retirar a palete deixaram aqueles pedaços de madeira e de lixo que lá continuaram no sítio onde estava a palete. Depois, aqui temos vários passeios completamente

degradados, sujos, maltratados. Por exemplo, nos caminhos dos espaços verdes, aquelas guias de pedra que existem nos caminhos, pura e simplesmente já nem se notam. Não existem. Estão todas cobertas ou por terra, ou por ervas, etc., etc., etc. Pronto, mais recordações da Guarda junto aos pontos verdes, junto aos pontos de recolha de lixo. Há, todos os dias, depósitos de lixo por toda, toda a cidade. E, aqui, neste último PowerPoint, eu queria separar esta última fotografia das anteriores. Porque isto, obviamente, a manutenção deste edifício não é da responsabilidade da Câmara Municipal da Guarda. Mas pode, de facto, ser uma oportunidade para reclamar, a Câmara Municipal da Guarda, pelo menos a manutenção do espaço, do edifício, porque provavelmente o Hotel Turismo também está cheio de lixo. Não sei. Mas é provável que esteja. Muito obrigada a todos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Tem ainda a palavra e é o último tema do Partido Social Democrata, «estratégia competitiva para a Guarda». Senhor Presidente da Câmara, não há mais tema para abordar dado que este último tema foi retirado. Se desejar pronunciar-se, tem a palavra. Quer falar? Então, faça o favor. Ainda têm tempo. Tem tempo para responder, pode responder... Responder. Desculpe, não percebi. Peço-lhe desculpa. Para ficar gravado. Muito obrigado.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Senhor Presidente, se eu compreendo bem o Regimento, relativamente a este ponto, os senhores Deputados dever-se-iam ter inscrito até três dias, quatro ou cinco dias úteis. Cinco dias. Dia 20 às 23h59. Tanto que eu solicitei ao senhor Presidente, e agradeço desde já tanto ao senhor Presidente como a todos os membros da Assembleia que tiveram isso em conta, no sentido de os membros do Partido Socialista poderem disponibilizar documentos depois desse dia. Agora, aquilo que eu não compreendo é que se possa estar, neste momento, a abrir uma exceção àquilo que é o ponto, estando pessoas a falar quando não se inscreveram para tal. Estas pessoas não se inscreveram para tal, senhor Presidente. Agora, se por acaso está a abrir uma exceção, eu solicito que seja aberta também uma exceção, eu também gostaria de falar e não me inscrevi porque achei que não teria tempo. E gostaria que fosse aberta uma exceção no sentido, também, de eu me poder pronunciar, uma vez

que hoje de manhã, e estava-lhe a dizer, e bem, hoje de manhã, para que o senhor Presidente da Câmara pudesse expor todo o seu discurso, nós estivemos aqui perfeitamente à vontade e não tive problema nenhum de estar. Era só isto, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Penso que os senhores Deputados, em relação a tempo, a moratórias, desta Mesa não têm a mínima razão de queixa. Porque se tivéssemos sido intransigentes, no dia 20, às 23h59, encerrou, fechou. E não foi isso que nós fizemos. Pronto. Eu sei que já disse isso, etc... Senhor Presidente da Câmara, faça favor, se desejar.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Boa tarde, uma vez mais. Senhor Presidente da Mesa, em si, cumprimento todos os presentes. Espero que o almoço tenha sido bom, embora rápido. Sobre os temas que aqui foram falados. Senhora Deputada do Bloco de Esquerda, Polis abandonado e com o rio poluído. O Polis não está abandonado. Se o Polis estivesse abandonado, olhe que certamente deveriam chover reclamações diárias nesta casa, e bem. Nesta casa, aos técnicos do município, aos chefes de divisão, para tratarem do Parque Polis. E, portanto, ele não está abandonado. Nem está agora, nem nunca esteve abandonado. Diga-se de passagem, desde a sua execução, desde a sua construção até agora, houve alturas que sofreu momentos menos bons ou que teve momentos menos bons, o Parque Polis, há uns anos atrás. É verdade. Mas tudo isso passou e, portanto, ele está bem tratado. E quando diz o rio poluído, o rio não está poluído naquela zona. Ele, infelizmente, está poluído, fortemente, mais abaixo. Não é naquela zona. A não ser quando existe, às vezes, algum entupimento na rede de saneamento da cidade, que rapidamente os serviços, quando isso é detetado, acorrem ao local para fazerem as limpezas necessárias. Para que conste. Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia Viçosa, muito obrigado pela sua intervenção. Cada um é como cada qual. E quando vemos as pessoas a necessitar da nossa ajuda, nós, sempre que podemos, às vezes nem sempre podemos, mas sempre que podemos, no que está ao nosso alcance, nós devemos estar de braços abertos para ajudar as pessoas. Mas citou aí dois exemplos muito importantes. Em primeiro lugar, e eu não o fiz de manhã e aqui me penitencio, faço-o agora, agradeço a todos os funcionários da autarquia que,

de dia e de noite, lutaram contra as chamas, no bom sentido, em termos logísticos, com as carrinhas que estiveram disponibilizadas na vila de Gonçalo e no Porto da Carne, na aldeia do Porto da Carne, disponíveis para evacuar pessoas à primeira hora. Essas, as pessoas que durante semanas a fio estiveram aqui a produzir refeições, quase vinte e quatro horas por dia. O mesmo agradecendo também à Proteção Civil e a todos os outros serviços do município que ajudaram. E, naturalmente, às juntas de freguesia de freguesia, ao espírito de entreatajuda das juntas de freguesia. E poucas vezes isto aconteceu e vai, certamente, acontecer cada vez mais. E às associações que muito ajudaram a fazer as refeições também, seja em Famalicão da Serra, em Gonçalo, em Fernão Joanes, em Videmonte. Peço desculpa se me esqueci de algum. E, portanto, devo agradecer aqui publicamente a todos estes homens e a todas estas mulheres que durante aquelas semanas a fio ajudaram a minimizar, digamos assim, o impacto dos incêndios neste nosso concelho. Depois... não, não. Eu não estou aqui para me exhibir. Só estou aqui para falar a verdade. Senhora Deputada Rute Prata, obrigado pelas suas palavras também. De facto, estamos a fazer o caminho de resolver uma grande parte, não ficarão todos resolvidos, mas uma grande parte dos problemas de habitação social na nossa cidade. O mesmo é dizer no nosso concelho. E este, e aproveitando a deixa, senhor Deputado Rui Ribeiro, isto não é financiado pela Secretaria de Estado da Habitação. Não confundam o Estado com o Partido, ou com o Governo, perdão. Isto é financiado pelo PRR e estas verbas vão ao PRR e vão a Bruxelas para serem aprovadas e a Secretária de Estado da Habitação a única coisa que faz é homologar nos termos da lei. Tal como os seus colegas, os colegas dela, sejam Secretários de Estado ou sejam Ministros, em razão da matéria, têm que homologar os acordos que estão a ser feitos pelo país todo. É assim que as coisas funcionam. É Bruxelas que está a dar este dinheiro. Infelizmente, tem umas regras, aqui entre nós, não no caso da habitação, mas noutras áreas, tem umas regras tão apertadas que, depois, no final ou um bocado antes, vai haver a necessidade da tal revisão, como já falei aqui hoje de manhã, que ontem discutíamos com o senhor Secretário de Estado do Planeamento. E, portanto, a bem da verdade, diga-se que estes dinheiros vêm do PRR, para serem executados numa estreita relação entre as autarquias, entre as Câmaras Municipais, entre as associações que lá podem ir aos financiamentos, e entre o Estado central, entre o Governo. E só todos dando os braços é que, de facto, as verbas podem ser executadas sob pena de serem

devolvidas. Senhor Deputado José Gonçalves, é verdade. Nós resolvemos parte do problema, apenas. Apenas parte do problema. Cerca de cem camas que nós estamos agora a protocolar com o Instituto Politécnico. É apenas parte do problema. E é bom dizer que o dito PRR, vejam só, o PRR chumbou uma residência na Guarda. Chumbou. O Instituto Politécnico fez uma candidatura ao PRR. Chumbou. Não foi o Governo que chumbou, temos que ser justos. Foi o PRR, lá a estrutura de missão, aquela coisa que vai a Bruxelas. Chumbou. Temos que falar igual o que é igual e diferente o que é diferente, para ver se nos entendemos todos. Mas chumbou uma residência de estudantes nova na cidade da Guarda e na cidade de Castelo Branco. Naturalmente que o caminho está a ser feito para que possam abrir novos avisos dedicados aos territórios não abrangidos. É esse trabalho incessante e continuo que estou a fazer também com o senhor Presidente do Instituto Politécnico da Guarda para que, num futuro próximo, tão breve quanto possível, possam abrir novos avisos para se fazer uma nova residência, seja de raiz ou seja... senhor Deputado, deixe-me terminar! Eu estou a dizer precisamente isso. Está a ver? Eu até estou a defender o vosso Governo. Mas, quando se trata de falar a verdade... não me interrompa, se faz favor, senhor Deputado. Eu não interrompi o senhor, não me interrompa a mim, por favor. Portanto, senhoras Deputadas e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, é este caminho que está a ser feito para que possam ser abertos esses novos avisos, seja para uma construção nova de raiz ou seja para a reabilitação de um qualquer espaço na cidade, indo de encontro àquilo que possa estar plasmado, precisamente, nesse aviso. No que diz respeito aos incêndios rurais. Eu fico estupefacto perante as perguntas aqui... mas eu vou responder às perguntas que aqui me foram feitas. Estão a confrontar o Presidente da Câmara... incendiário! Eu desafio quem bateu palmas e quem disse esses temas, quando as pessoas estiverem à berma de uma estrada, a terem que ser guardadas pelo Presidente da Câmara e por quem o acompanhava, porque o fogo estava a chegar. E só Deus sabe (porque a GNR chegou a seguir para salvar as pessoas) porque não morreram queimadas. O senhor devia engolir as palavras que disse, em respeito aos homens e às mulheres deste concelho que padeceram muito perante os incêndios. Essas palavras... eu acredito que o senhor tenha aí umas frases feitas e que alguém lhas tenha feito. Mas, de facto, o senhor gozou com todas e todos os Presidentes de Junta de Freguesia, com todas e com todos os bombeiros que estiveram no local. Incendiário?

Bom, se o senhor for da investigação criminal faça lá o favor, vá lá verificar quem é que foram os verdadeiros incendiários. Mas, no que diz respeito aos prejuízos e às estimativas, bom, podem perguntar, já agora, às tutelas governamentais, do Governo que é suportado pelo vosso Partido. Sabem porque é que eles não vos disseram até agora? Porque tem havido muita cautela ao falar dos milhões e dos números. Muita cautela entre todos os autarcas e entre todos os governantes. E nessa relação de estreita parceria entre o governo e autarquias que tem existido, infelizmente parece que os senhores não percebem o que é que isso quer dizer, mas depois da reunião de ontem onde foram colocados pratos em cima da mesa, à porta fechada, entre os presidentes de câmara da região do Parque Natural da Serra da Estrela e entre os governantes que lá estavam e os presidentes dos institutos públicos que estavam lá todos, à porta fechada, em Manteigas. E discutimos tudo para que ninguém ande a atirar culpas a ninguém. Foi isso que foi discutido ontem, uma das coisas. As culpas são de todos e não é de ninguém. E o que importa agora é arregaçar as mangas. Mas vamos lá à questão dos prejuízos. Olhem, infraestruturas municipais. Infraestruturas municipais, oito milhões de euros. Sabem quanto é que nós vamos receber do FEM para isso? Seiscentos mil. Estão a ver a balança, não estão? Estão a ver a balança, não estão? Os senhores queriam números? Então, aqui têm números agora. Vamos ver como é que vão dar para o resto do dinheiro. Estamos a falar, olhe, a estrada entre Gonçalo e Valhelhas. Os senhores já lá passaram ultimamente? O estado em que ela está? Ela vai partir toda. A estrada entre Valhelhas e Gonçalo, um inverno, dois invernos, vai partir toda. Porque as temperaturas foram tais naquela estrada que ela vai partir toda com a ação gelo/degelo. Mas podemos ir a outras estradas. O caminho do Castelão, entre Gonçalo e Famalicão. E tantas outras estradas. Para a Quinta da Taberna, em Videmonte. É isto que vai acontecer. Vamos ver o caminho que vai ser trilhado para que se encontrem as oportunidades certas e adequadas, no tempo certo, para que façamos face a essas necessidades. O mesmo é dizer em relação às populações cuja qualidade da água, neste momento, está em causa. E andamos a lutar muito. Os serviços andam a lutar muito com os camiões cisterna. Muito para além da questão da seca, há locais, agora, neste momento, por causa dos incêndios, em que o abastecimento de água pode ficar em causa. E estamos a acompanhar. Estamos a monitorizar diariamente, os técnicos do município estão a monitorizar diariamente. Mas para tudo isto foram oito milhões de

euros que nós apresentámos. Virão seiscentos mil. Vamos ver o caminho que vai ser feito. E isto do Fundo de Emergência Municipal, do FEM. Vamos às infraestruturas das freguesias. São cerca de cinquenta mil euros das infraestruturas das freguesias. O município, aquilo que anda a negociar com as entidades, (já agora, podiam perguntar) com o INCF, com a APA, com a CCDR, com a DRAPC. No que diz respeito à DRAPC está tudo centralizado, e bem, no Ministério da Agricultura, nos tais portais. E o levantamento dos prejuízos dos proprietários, dos danos, senhores Presidentes de Junta de Freguesia, todos receberam a comunicação do município a pedir a colaboração, a identificação de todos os proprietários. E sempre que existe algum proprietário que, por uma razão ou por outra, não tenha ainda sido identificado, de imediato é feita uma comunicação para que introduzam os prejuízos nos portais. Quem não sabe é como quem não vê. No que diz respeito à CCDR, habitações. Arderam, no concelho da Guarda, vinte e sete habitações. Cinco delas primeiras habitações. Estamos a falar num montante nunca inferior a um milhão e meio de euros. Aguardamos que por via da CCDR ou por via do IHRU possam sair os avisos necessários para que esta gente possa ali ir buscar as verbas necessárias para as primeiras habitações. As cinco, se não me falha a memória. As restantes, vão ter zero de apoio. Zero. Foi isso que nos foi comunicado. Vamos continuar a batalhar. Vamos continuar a lutar, seja por via do plano de revitalização ou por outro plano qualquer para que as segundas habitações possam também ser apoiadas. É da mais elementar justiça. As pessoas, então, por não morarem ali, por a residência oficial não ser ali, têm a culpa daquilo ter ardido? Ninguém tem culpa de ter ardido. Mas o Estado central, o dinheiro de todos nós, é para isso que serve também. Mas continuamos a fazer o caminho. Mas vamos aos prejuízos das empresas. Os prejuízos das empresas estamos a falar de cerca de meio milhão de euros. Infraestruturas da parte turística, essencialmente. Estamos à espera que a CCDR emita alguma diretriz, em razão da matéria, para ver que tipo de apoio é que vai existir para estas empresas do setor turístico que foram prejudicadas. Uma delas até estava para abrir portas em breve. Ardeu tudo. E só indo ao local é que se vê a desgraça que foi. E só Deus sabe como é que não morreu ninguém. Graças a Deus, não morreu ninguém. Sobre as verbas a disponibilizar pelo município aos afetados, vamos ver os montantes que são sinalizados nos contratos programa. Sim, porque nós não tocamos numa linha de água, nem numa encosta, sem que haja um parecer das entidades, ICNF ou APA, que

são os organismos do Estado central, e digamos que o Estado somos todos nós, para eles balizarem o que é que tem que ser feito. Sim, porque não são os políticos que vão dizer que agora vamos fazer uma paliçada ou vamos encanar uma ribeira qualquer. Não. São os técnicos que devem dizer. Devem dar o parecer positivo em função das verbas necessárias que devem alocar para tudo isso. E por isso é que o nosso gabinete técnico florestal e a nossa técnica ambiental também, estão as duas, com o senhor chefe de divisão do ambiente, estão a acompanhar essa necessidade, especialmente com a APA e com o ICNF. É este o caminho que está a ser feito e que ontem, está quase no bom porto, digamos assim. E estamos a falar apenas e tão só nas medidas de curto prazo. As tais de emergência, que têm várias exceções na lei, que ainda ontem foram faladas, que não importa agora aqui referir. Mas depois haverá as medidas de médio prazo. De médio e de longo prazo, onde cairá, naturalmente, a tal revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela que os municípios exigem e que todos esperamos que possa ser discutido rapidamente e que possa ser aprovado. O que é que a Câmara fez para evitar as intempéries? Acode às populações. A Câmara da Guarda não pode tocar num metro linear de linha de água sem que a APA dê o seu parecer. Quem não sabe é como quem não vê. Sabem, eu já ando aqui há uns aninhos também. Eu e outros que estão nesta sala. Sei bem o que aconteceu em 2017 e correu tudo bem. A única questão é que em 2017 só choveu em fevereiro de 2018. Está nos mapas do IPMA. Agora, as chuvas vieram logo a seguir. E por isso é que nós andamos em reuniões atrás de reuniões para que sejam estabilizados os contratos de programa e todas as tarefas técnicas que têm que ser feitas. É esse caminho que está a ser feito. É esse o trabalho que o tal incendiário, como alguém diz, anda a fazer. E não divulgo isto publicamente. Mas dá muito trabalho. A mim e aos meus colegas Presidentes de Câmara. E aos senhores Presidentes de Junta de Freguesia. Que o diga o senhor Presidente de Junta de Freguesia de Aldeia Viçosa, perante aquela intempérie que lhe aconteceu na semana passada, aquilo que ele teve que fazer. Sabem porquê? Devido a obras mal executadas no passado que agora vão ter que ser corrigidas. Ainda ontem isso foi discutido na reunião. Essa e outras. Vão ter que haver fundos necessários para tudo isso. E por isso é que esperamos que nas próximas semanas se possam iniciar os primeiros trabalhos. No que diz respeito à questão da organização da floresta, que aqui foi falada também. É verdade. Já falei hoje de manhã. Os tais mosaicos florestais. Sabe, o que são mosaicos florestais? Muitos, alguns saberão.

Não pode haver continuidade da floresta, muito menos da mesma espécie de árvore, ou do mesmo tipo de cultura. Chamam-se mosaicos florestais. Mas não é a Câmara Municipal da Guarda que define os mosaicos florestais. Há uma entidade que se chama ICNF. Sabiam que a maior parte da floresta, no Parque Natural da Serra da Estrela, é baldio, é do Estado? Sabiam? Se calhar não sabem. Está em cogestão. Mas, de repente, este ano, apanhámos todos uma bela congestão com aquilo que aconteceu. E por isso é que nós pomos em causa, o Parque Natural da Serra da Estrela, a forma como está a ser gerido. E tudo isso vai ter que ser revisitado no futuro. Vai ter que ser tudo revisitado no futuro, a forma de gestão do Parque Natural da Serra da Estrela. E ainda ontem, na reunião, estávamos todos de acordo em relação a essa matéria. E é esse caminho, no plano de revitalização, que também lá vai ter que ser incluído, como é que o Parque Natural da Serra da Estrela vai ter que ser gerido. Se há um qualquer proprietário, que por deitar abaixo um carvalho, para ter lenha em casa, é multado com quatrocentos ou quinhentos euros! Mas depois, passa o fogo, queima-os todos e eis se não quando a forma de gestão não se coaduna com a realidade. Eu devo recordar, quando este Parque Natural (e havemos de discutir se é Parque Natural ou já devia ser Parque Nacional. Isso é outra questão que haveremos de discutir no tal plano), mas quando ele foi criado confundia-se a Arrábida com a Serra da Estrela, em termos de pressão urbanística. Já agora, para saberem. E passados estes anos todos, não tem nada a ver uma coisa com a outra. O Parque, há época, era tudo boas intenções. Mas passados estes anos, o que se verificou foi que mais de um quarto da sua área ardeu. E por isso está tudo em causa e há que visitar todos esses planos. Sobre a questão da cantina, a senhora Vice-Presidente está com o assunto em mãos para resolver no mais curto espaço de tempo. Ainda bem que assim é. Ainda bem que duplicaram as refeições nos refeitórios. É bom sinal. É bom sinal. É sinal que há a qualidade desejada e naturalmente há a procura desejada. Ainda bem que assim é. E cá estamos nós para ajudar a resolver esses problemas, esses assuntos que a senhora Vice-Presidente está com esse assunto em mãos. E o mesmo é dizer em relação ao wc sem assento, ou à sanita sem assento, perdoem-me. O senhor Eng.º Horácio não está aqui, mas eu peço-lhe para ele ver se, de facto, está a ser cumprida a normativa legal ou não. Aquilo que me disseram há bocadinho é que estava a ser cumprida a normativa legal. Bom, mas, peço agora ao senhor Chefe de Gabinete e ao Eng.º Horácio para verificarem se, de facto, aquilo está

com as condições, mais do que legais, as condições mínimas adequadas, muito acima da lei ou não, e que isso seja corrigido. Naturalmente que sim. Como compreenderão, o Presidente da Câmara não anda todos os dias a correr as casas de banho do edifício da Câmara. No que diz respeito, senhor Deputado Rui Ribeiro, em relação à questão do alojamento estudantil. Já aqui falei sobre tudo isso e acompanho-o em algumas das preocupações que refere e naturalmente é esse caminho que nós continuamos a fazer com o Instituto Politécnico da Guarda e de braço dado, como bem referiu, e enalteço a sua intervenção, para que se possam resolver esses problemas no médio, longo prazo. No curto prazo já temos uma solução. Mas que sejam encontradas outras soluções de futuro. No que diz respeito às medidas para ajudar famílias e empresas, quando se discutir o orçamento se falará sobre essa matéria. Mas, vem um ponto, daqui a pouco, na ordem do dia, onde se falará, e senhor Presidente termino já para não gastar muito tempo, sobre as bolsas e depois já falaremos sobre essa matéria. Mas, quando estivermos a falar sobre orçamento, aí sim, é o tempo para podermos falar nestas matérias. Mas nunca o município conseguirá substituir as medidas musculadas que o estado central possa ter para todos os portugueses. Nunca. O nosso orçamento, vamos falar em números redondos, cinquenta milhões de euros. O estado central são biliões de euros anuais. Nunca, cada um dos municípios per si, conseguirá ter o musculo necessário perante aquilo que o estado central pode ter. Aquilo que aconteceu, que está a acontecer, vai continuar a acontecer, é o verdadeiro canibalismo entre municípios. Ora, eu dou tanto para vires para cá. Eu dou-te dez. Eu dou-te vinte. Isto não vai resultar em nada. No médio prazo, senhoras Deputadas, senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, o canibalismo entre municípios, principalmente na zona raiana do país, neste litoral de Espanha como eu já o disse várias vezes. Nós não temos interior em Portugal. Isso é um adjetivo que alguém utilizou há uns anos atrás e acabou por pegar, infelizmente. Mas, de Bragança a Beja, os municípios a concorrerem cada um entre si, nunca vão chegar a lado nenhum. Tem que haver sim, as fortes medidas do estado central, e o estado central somos todos nós, para que as pessoas possam ter verdadeiramente essas medidas discriminatórias perante o estado da economia em que nós estamos e para o qual estamos a caminhar por força do impacto da guerra da Ucrânia, essencialmente. Por último, a questão da cidade e do ambiente. Senhora Deputada, eu pedia um favor, já agora. Como a senhora Deputada

andou ali tão minuciosa a fotografar os cantos dos jardins, que nos faça chegar e identificar os locais para nós podermos falar com a empresa da gestão dos espaços e, assim, desta forma, estamos todos a progredir para termos uma cidade mais limpa. Mas há aqui um apelo que eu faço também. E peço a todas e a todos vós que façam também este apelo ao civismo na cidade. Eu sou do tempo em que, quando eu deitava um papel para o chão, o meu pai me obrigava, e bem, quando eu era garoto, catraio, memorizei isso bem: agora vais lá apanhar o lixo ao chão e vais deitá-lo no caixote do lixo. Nunca mais me esqueci. E eu apelo ao civismo de todos e faço esse apelo para que vocês possam difundir este apelo para que não se deite lixo no chão. Há sempre um qualquer caixote de lixo, mais cem ou menos cem metros. E com esta atitude pró-ativa, certamente nós conseguiremos ter também uma cidade mais limpa e uma cidade mais cuidada no futuro e é tão importante para as novas gerações. Senhor Presidente, muito obrigado.” -----

- **José relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado senhor Presidente. Faça favor.”

- **João Vaz, Deputado (PS):** “Ainda bem que hoje estivemos a discutir isso e que chegámos à conclusão que as coisas estão gravadas porque poderão ver que a seguir à palavra “incendiário” vinha “da opinião pública”. Não é incendiário no sentido literal, como pode perceber. E, além disso, não sou eu que o digo, é João Paulo Saraiva, Presidente da Associação da Proteção Civil, em vídeo publicado no dia 16 de agosto nas redes sociais desta associação. Mais lhe digo que também não precisa de correr os corredores todos desta casa, nem precisa de correr as festas das juntas de freguesia todas para saber as coisas que se passam. Pode deixar essa máscara de estar constantemente a auscultar e, se calhar, sentar-se, fazer trabalho e ouvir à primeira vez.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, a figura regimental é a defesa da honra. A defesa da honra não é vir atacar de novo. São coisas distintas. Eu vou-lhe dizer. Se eu estiver a falar de crimes. Roubo. Se chamar aqui ladrão ao António, nem que seja ladrão de almas, ele, com certeza, não ficará satisfeito. Eu também não ficava. Senhor Presidente, deseja responder? Faz favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Sim. Muito rapidamente, senhor Presidente. Para que conste, não tenho medo de nada nem de ninguém. Ninguém me cala, nunca ninguém me calará. Só devo obediência à minha consciência e a todos os guardenses. Se fosse hoje, senhores Presidentes de Junta de Freguesia, voltava a fazer exatamente a mesma coisa e, no futuro, assim continuarei a fazer.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Para encerrar o tema, acho que não tomei nenhuma atitude diferente das atitudes que tem tomado o senhor Presidente da Assembleia da República em relação, por exemplo, ao Chega. Creio que não tomei nada de diferente. Portanto, estamos os dois na mesma balança, no mesmo prato da balança e está equilibrada. Muito obrigado. E vamos entrar no período da ordem do dia.” -----

Ponto 2.2 - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de nomeação do Auditor Externo responsável pela certificação legal de contas do Município da Guarda para os anos económicos de 2022, 2023, 2024 e 2025.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, deseja... Não? Algum senhor Deputado deseja intervir? Bárbara, faça o favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Boa tarde outra vez a todas e a todos. Para justificar, iremo-nos abster porque não temos acesso aos critérios. É-nos dito que foi feito concurso, foram seguidos critérios, mas nós não temos acesso a eles. Portanto, já referi isto aqui uma vez numa Assembleia. Quando não é dada informação suficiente para tomarmos uma decisão, também se torna impossível fazê-lo. A nossa abstenção virá por esse caminho. Não de acordo com a decisão, porque não conseguimos julgar a decisão não tendo acesso a estes critérios.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhora Deputada. Colocava este ponto... quer falar? Faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Só para que não haja dúvidas, este concurso foi feito pelos serviços do município e foi aprovado, por unanimidade, em reunião de

Câmara. É apenas e tão só isso que eu queria deixar bem esclarecido. Muito obrigado, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Colocava, então, este ponto à votação.” -----

- Resultado da votação do Ponto 2.2 - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de nomeação do Auditor Externo responsável pela certificação legal de contas do Município da Guarda para os anos económicos de 2022, 2023, 2024 e 2025. -----

- Aprovado, por maioria, com setenta e nove votos a favor e uma abstenção. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Pedia-vos autorização para o seguinte. Alterar o último ponto da ordem de trabalhos, no sentido de, em lugar de ser o ponto 2.7, a informação escrita da Câmara Municipal, passarmos a ponto 2.6. E passamos para último ponto 2.7 a votação da proposta de regimento. Estaríamos aqui, enfim, a obrigar o Executivo a estar presente. Se quiser estar presente! De qualquer maneira, penso que não será curial fazê-lo. Se me permitem, então, invertia, depois, os pontos.” -----

Ponto 2.3 - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de revisão ao Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo a Alunos do Ensino Superior do Município da Guarda. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Colocava o ponto à discussão. Faça favor.” ---

- **Rodrigo Besteiro, Deputado (PSD):** “Muito boa tarde a todos. Para começar, dizer que o regulamento de atribuição de bolsas municipais começou, creio eu, em 2020 e foi no último ano letivo a primeira vez que foi atribuído. Ainda bem que até houve essa vontade de ser atualizado, ainda bem que houve a vontade de ser alargado o seu âmbito. Creio, e crê o grupo parlamentar do PSD, que as bolsas são bastante generosas. No entanto, há aqui pontos que devem ser postos em análise. E um deles, o primeiro, é: para quem vai ler a proposta, quantos elementos são necessários os alunos apresentarem. Eu li isto a primeira vez e depois falei com o meu amigo, Dr. João Correia: “Olhe, a proposta está boa. Mas já viu? São precisos alguns quinze documentos.” Depois voltei a ler. E depois voltei a dizer ao Dr. João Correia: “Olhe, eu já contei vinte documentos.” E depois voltei a ler. “Olhe, contei vinte e cinco documentos.” Entre eles,

a apresentação de fotocópia de livrete e registo de propriedade de veículos automóveis. Entre eles, os documentos comprovativos de encargos anuais com habitação, de renda ou empréstimo bancário. Certificados de... não é de matrícula, esse é normalíssimo. Mas um plano de estudos do curso atualizado? Por exemplo. São coisas que a mim... isto ultrapassa-me. É um processo gigantesco para o aluno. O aluno vai ter que apresentar documentos e documentos e documentos. Se não apresenta um deles, o seu requerimento será chumbado. E isto não pode ser assim. É demasiado oneroso para o aluno ter que apresentar tantos documentos em tão pouco tempo. O processo, a meu ver, para o grupo parlamentar do PSD, deve ser simplificado. Deve passar por uma dieta, por assim dizer. E há também, enfim, há outros erros que aqui identificamos, mas que os dois minutos não me chegam para os apresentar. Mas... isto é muito oneroso. Quer dizer, há três formulas diferentes para depois ser atribuída. Estou aqui a contar três fatores adversos à atribuição da bolsa. Depois são, creio que oito fatores favoráveis à atribuição de bolsa. Isto são contas, por cima de contas, por cima de contas. Este processo não fica pronto num mês. Tenho a certeza. Se se fala aqui que a bolsa deve ser atribuída a quarenta alunos, se quarenta alunos vão apresentar, cada um, vinte documentos, fazendo as contas são muitos, muitos documentos, não é? É isso que eu quero deixar claro. Deixar uma outra coisa clara que é a do critério do aproveitamento escolar que aqui é visto, portanto... deixe-me aqui ler... O regulamento tem vinte páginas. O anterior tinha seis, este tem vinte. Portanto, procurar aqui uma coisa, ainda é bastante difícil. Mas falava aqui que o aproveitamento escolar tem que ser relativo aos últimos três anos letivos. Isso também não é o que é feito para as outras bolsas de ensino superior de ação social que são atribuídas. São sempre atribuídas relativamente ao último ano letivo. Fazê-lo para os últimos três anos letivos, significa que, por exemplo, um aluno que começa a tirar o curso de engenharia eletrotécnica, ao meio do ano percebe que: este não é o curso para mim, no próximo ano quero mudar. Vou para o curso de engenharia de gestão industrial que também é um bom curso. Durante os três anos em que ele está a tirar essa licenciatura, ele não vai ter direito à bolsa de ensino superior deste município. É isto que eu quero deixar claro. A proposta é boa, mas precisa uma dieta. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir sobre este tema? Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Boa tarde a todos. Cumprimentar o Presidente da Mesa e todos os que nos acompanham. Acompanho a introdução do Rodrigo. Este é um regulamento que, de facto, resulta de um trabalho que já existia. O aumento é substancial: de dez a vinte bolsas para quarenta a cinquenta bolsas. E o valor também é bastante substancial: é de 1,5 IAS máximo, até nove vezes o IAS máximo, que é o indexante de apoio social que atualmente está nos quatrocentos e poucos euros. Portanto, um bocadinho na onda de uma intervenção anterior, se a roda já estava inventada, passámos de um carrinho de rolamentos para um carro topo de gama. Depois,... também é verdade. Mas oh Rodrigo, eu, quando andei na faculdade, pertenci a uma associação de estudantes que dava também várias bolsas, para além das do ensino superior, e até para essas bolsas era preciso muita documentação. Porque era preciso verificar se os rendimentos patrimoniais, mobiliários, etc., de todas as famílias. E não sei até que ponto o RABES, que é o Regulamento de Atribuição de Bolsas do Ensino Superior, não exigirá mais ou menos os mesmos documentos que este regulamento exige. Depois, ... não exige? Pronto. Para além disso, este regulamento traz, ainda, como pontos positivos: eliminar a necessidade de estudar na área da Comunidade Intermunicipal da Beiras e Serra da Estrela; propõe ou promove a coesão e a ligação à Guarda de todos os jovens que estudem no ensino superior e não apenas os que estão aqui na região. Isto pode ser importante até a longo prazo, com uma ligação ou o desenvolvimento de um carinho à região e que depois os pode fazer voltar. E tanto queremos que mais voltem. Depois, este regulamento introduz um aspeto muito importante que é o da meritocracia, em que, consoante as classificações do ano anterior é dado pontos ou benefício na forma que o Rodrigo também já falou. Depois, é também importante salientar a transparência, o aumento da transparência dado que esta seleção será feita por uma comissão que integra elementos aqui do município, mas também da sociedade civil e da academia. Portanto este regulamento traz aumento de apoios para mais estudantes, mais coesão, meritocracia e transparência. Eu saúdo o trabalho desenvolvido. Aqui em relação ao que o Rodrigo mencionou, de ser exigida

muita burocracia. Eu apelava, se calhar, a alguma... existe um período de audiência, depois se as candidaturas não forem aceites ou não estiver tudo nos conformes, que haja uma flexibilidade, dar mais prazo aos candidatos para conseguirem reunir todos os documentos, se é considerado que são todos imprescindíveis para uma avaliação justa. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais algum senhor Deputado deseja intervir? Só para uma resposta rápida.” -----

- **Rodrigo Besteiro, Deputado (PSD):** “Bom, enquanto eu fui para o lugar, encontrei ainda mais um critério. É que, por último, para a ordenação dos candidatos, ainda vai contar também, atividades extracurriculares do candidato. Prioridade de candidatos que sejam membros de associações socioculturais, solidariedade e desportivas do concelho. Ou seja, ainda é preciso mais um comprovativo de que sou, por exemplo, atleta federado, ou que sou, por exemplo... é assim, isto é infundável. Isto é um processo gigantesco para o aluno. Entendam isso. É só isso que eu estou aqui a dizer. Isto parece “O Processo” do Kafka, nunca para, nunca para, nunca para. Há mais documentos, mais documentos, mais documentos. É tudo.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Não sei se mais algum... senhor Presidente da Câmara, deseja pronunciar-se? Faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Sim, muito rapidamente, senhor Presidente, obrigado. Cumprimento-vos uma vez mais. Bom, em primeiro lugar, importa referir que este regulamento, e em boa hora foi feito há uns anos atrás e com o qual eu concordei em pleno, é uma evolução do regulamento perante a realidade. A realidade social também do nosso concelho. Esteve em discussão pública trinta dias. Senhora Vice-Presidente, tivemos...? Não tivemos nenhuma interação. Muito bem. Já antes tinha havido, há um outro período anterior ainda. Antes da discussão pública dos trinta dias, ainda há um outro período também em que pode haver discussão. Nada houve. E por isso levámos à reunião de Câmara, foi aprovado por unanimidade e aqui estamos a propor à Assembleia Municipal que o aprove exatamente da mesma forma. E eu realço apenas aqui dois fatores muito importantes. Não sem antes dizer que, eu, graças a Deus,

fui aluno bolsheiro. Com muito orgulho carrego essa experiência de vida. Se eu não recebesse uma bolsa, eu jamais conseguiria vir para a Guarda, vindo de Trás-os-Montes. Os meus pais não tinham possibilidades para pagar os meus estudos. Se não houvesse uma bolsa, à época, à qual concorri e a qual tive, não conseguiria fazer face às despesas. Mas carrego esta experiência de vida com muito orgulho. E olhar sempre em frente. E estes ensinamentos que eu dou a tantos e tantos jovens que disto precisam. Mas, já à época, os critérios eram rigorosos. E quando nós estamos a falar no caso concreto deste regulamento, as verbas anteriores, o máximo eram seiscentos e sessenta e cinco euros, por ano, dez a vinte bolsas. Este era o valor máximo. O que está aqui a ser proposto é que pode chegar a um montante de quatro mil euros por ano, quatro mil euros por ano, quarenta a cinquenta bolsas. Estamos a falar no dinheiro de todos nós. E se nós não tivermos um critério bem rigoroso, bem objetivo, vendo aquilo que são os regulamentos de bolsas do país inteiro... foi esse o trabalho técnico que nós pedimos. Não foi o Presidente da Câmara, nem a senhora Vice-Presidente, nem a senhora Vereadora que andaram agora aqui a fazer critérios. Não. Foi da experiência do país. Critérios rigorosos para que nós pudéssemos apresentar para a sua discussão e aprovação. Foi isso que fizemos e, de facto, quatro mil euros, ao contrário dos seiscentos e sessenta e cinco, quatro mil euros já dá para um estudante andar a estudar no ensino superior, com pouco mais, nos dias de hoje. E é por isso que nós estamos satisfeitos com o trabalho que foi feito. E por isso é que não houve nenhuma interação na discussão pública e é isso que vos propomos, a aprovação deste regulamento. Muto obrigado, senhor Presidente.” ---

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Colocava o ponto à votação.” -----

- Resultado da votação do Ponto 2.3 - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de revisão ao Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo a Alunos do Ensino Superior do Município da Guarda. -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta e nove votos a favor. -----

Ponto 2.4 - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de afetação para o domínio público municipal de uma área de 66.03 m2. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Algum senhor Deputado ou senhora Deputada se deseja pronunciar? É para integração no domínio público desta área. Senhor Presidente da Câmara, deseja...?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Presidente, é apenas um proforma legal. Há um promotor imobiliário que pretende dar esta área para o domínio público. Nós consideramos que a rua até fica melhor, com melhores condições. Fica com mais largura e por isso é que propomos a sua aprovação. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Colocava à votação.” -----

- Resultado da votação do Ponto 2.4 - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de afetação para o domínio público municipal de uma área de 66.03 m2. ----
- Aprovado, por unanimidade, com setenta e nove votos a favor. -----

Ponto 2.5 - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno com 1166,00 m2. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir? Não? Senhor Presidente da Câmara?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Da mesma forma, um proforma legal, senhor Presidente. Já houve contratos de comodato há muitos anos e, portanto, é para regularizar a situação. Aqui havia um misto de domínio público e domínio privado e temos que regularizar para ficarem os registos todos efetuados devidamente. E por isso é que propomos esta desafetação e que o registo depois seja corrigido na conservatória e nas finanças. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado.” -----

- Resultado da votação do Ponto 2.5 - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno com 1166,00 m2. -----
- Aprovado, por unanimidade, com setenta e nove votos a favor. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Alterávamos, agora, aqui, e passávamos à informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade municipal.” -----

Ponto 2.6 - Informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda acerca da atividade municipal. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Algum senhor Deputado se deseja pronunciar? Façam favor. Miguel.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Antes de mais, boa tarde mais uma vez. Senhor Presidente, eu, há pouco, não quis defender a honra da bancada. Mas é assim. Não é por falar mais alto que tem razão. Se for necessário haver Deputados a falar mais alto, os Deputados também falarão mais alto. Aquilo que eu lhe digo, é assim. Se alguém me manda calar nesta Assembleia, será o senhor Presidente da Assembleia Municipal. E depois dizer-lhe claramente que todos os Deputados do Partido Socialista sabem escrever as suas intervenções e não precisam que ninguém lhes ensine a escrever intervenções nenhuma. E todos eles assumem as suas responsabilidades. Depois, dizer também à senhora Deputada Rute Prata que acho que compreendeu que a Câmara financiou zero em habitação social. Ok? Zero, em habitação social. O financiamento vem de órgãos externos àquilo que é o município. E, depois, ainda...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado...” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “E, depois, ainda, relativamente às informações do senhor Presidente...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Bom, é esse o ponto.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “... questionar o senhor Presidente se, para a próxima Assembleia, haverá disponibilidade de nos trazer as perdas de água que existem em baixa para podermos perceber até que ponto é que o município está ou não está a fazer o trabalho que lhe compete. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhora Deputada, faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Então, tenho dois temas. Visto que aqui também fala nas intervenções acerca de jardins e parques, vou mesmo aproveitar. Convido-vos a todas e a todos a dar umas boas voltas no Polis, e ao senhor Presidente também, e garantirem, então, que aquele rio está e sempre esteve limpo. Também achei piada a falar apenas do Polis, porque, realmente, Rio Diz e Rio Noeme não há mesmo como justificar aquela posição. É outro local que convido-vos a deslocarem-se à zona da Gata e do Barracão e conhecer a vergonha que ali está. Se, depois de ver estes dois locais com os seus olhos, conseguir dizer a todos os cidadãos e cidadãs da Guarda, que o Rio Diz e Noeme não estão poluídos, algum problema teremos aqui muito grande. Enquanto informações, também gostaria de perceber porque é que a Câmara tem tanta utilização dos programas do IEFP de CEI e CEI+. Só para a divisão de educação, intervenção social e juventude temos aqui quinze. Mais seis, divisão da cultura, ambiente. Nós temos uma quantidade infindável de pessoas que estão... qual é que é a razão? São efeitos da municipalização? Mas se são, estas pessoas não vão ser contratadas? Esta Câmara ou este Executivo vai mesmo usar programas de precariedade para manter esta quantidade toda de trabalhadores e trabalhadoras? Gostávamos de ver respondida qual e porque é que é necessária para a Câmara ter tanta utilização destes beneficiários e não contratações efetivas que deem condições reais a estas trabalhadoras e a estes trabalhadores.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Penso que não haverá mais nenhum senhor Deputado inscrito. Senhor Presidente da Câmara, se desejar dar alguma resposta, faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Muito telegraficamente. Senhor Deputado Miguel Borges, conhece estas tabelas? É o semáforo da ERSAR. Quando nós tivermos o semáforo da ERSAR relativamente ao ano presente, nós faremos chegar isso na reunião de Câmara para aprovar tarifas e não só. Até lá, nós não o temos. Não lhe podemos dar uma coisa que não temos. Nós podemos fazer as contas. Queremos que seja a entidade reguladora a fazê-las. É assim, a bem da

transparência, a bem da democracia e a bem da verdade. Se não, fazia-lhe aqui duas contas, inventava-lhe já aqui umas perdas. Tem que ser balizado pela entidade reguladora do setor de águas e resíduos. Connosco é assim. O número que der. O número que der, ninguém vai branquear números. Eu disse, de manhã, sejam os números que forem. E temos a consciência que já fizemos alguma coisa, mas há um grande caminho a ser feito nesta matéria. Há um grande caminho, com muito investimento a ser feito. E, portanto, quando tivermos o semáforo relativo ao ano presente, nós entregaremos, naturalmente, por via da proposta de tarifários, se já o tivermos nessa altura, naturalmente, e depois faremos essa entrega, nesse local respetivo. No que diz respeito, senhora Deputada do Bloco de Esquerda. Eu referi, há pouco, o parque Polis. Não falei do Rio Diz naquele local. Não falei a jusante. Para bom entendedor, meia palavra basta. Desculpe, deixe-me falar, por favor. A senhora falou, agora falo eu, se não se importa. Naquele ponto, no parque Polis, a única coisa que se passa foi aquilo que eu há pouco referi. Ponto. Acho que toda a gente que passa lá e vê... e não é de agora, é de há muitos anos. E já trespassou três forças partidárias no Executivo, veja só. E sempre esteve bem. Agora... senhora Deputada, posso acabar? Muito obrigada. Mas, já agora, também devo falar sobre a questão do Rio Diz e do Rio Noeme, do Rio Diz que é na zona da Gata, na confluência, na foz do Rio Diz para o Rio Noeme, a escassos cem metros, eu sei bem o local, que nos preocupa a todos e vamos ver que solução é que se encontra para o local. É um problema que existe desde 2001. Desde 2001. E já todos os que aqui estão nesta sala, ou uma grande parte, permitam-me, já tiveram responsabilidades nessa matéria. É um problema que toca a todos e estamos à procura de uma solução para isso. É esse o nosso compromisso, é encontrar uma solução para aquele problema. Vamos ver qual é que será a solução. Mas devo dizer também, já lá vamos à questão do CEI e do CEI+, não ouvi aqui falar hoje dos parques infantis. Foi falado numa das últimas Assembleias Municipais. Os parques infantis da cidade, para serem todos reabilitados, a Câmara da Guarda vai ter que gastar, vai ter que investir, chamemos-lhe, não é despesa, é investimento nos nossos filhos, nas nossas crianças e nos nossos netos, um dia, se Deus quiser, um milhão de euros. Um milhão de euros é o que custará a reabilitação dos parques infantis todos da cidade. Como nós não conseguimos fazer a empreitada toda de uma vez só, fizemos um planeamento a três anos. E, portanto, já foi lançado e foi aprovado na última reunião de Câmara, o primeiro

concurso para arranjar quatro parques infantis na cidade. A começar pelos parques dos quais fomos alvos de multa pela ASAE (ainda continuamos a discutir como é que vai ser isto) e mais dois que têm uma ocupação elevada, segundo os técnicos. E, portanto, é o caminho que nós estamos a fazer da reabilitação, da requalificação. Aliás, posso-vos dizer que é praticamente tudo substituído, porque os equipamentos já estavam num estado tal, que já não tinham ponta por onde se lhe pegue, senhor Presidente, permita-me a expressão mais brejeira. E, portanto, é tudo novo. No que diz respeito aos programas CEI e CEI+ do IEF, quando os técnicos, os senhores chefes de divisão, necessitam de alguns trabalhadores numa determinada área, fazem a informação, faz-se a candidatura e, de uma forma provisória, eles são integrados no município. Exatamente desta forma. Como sabe, senhora Deputada, nós não podemos agora contratar. Chega aqui um Presidente de Câmara, de manhã, apetece-me contratar, agora, aqui, cinco CEI+. Não é assim. Há concursos para isso. É uma análise que nós temos em mãos. Se e quando nós tomarmos essa decisão, serão abertos concursos públicos e toda a gente pode concorrer. Senhor Presidente, muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado.” -----

Ponto 2.7 - Discussão e votação de proposta de Regimento da Assembleia Municipal da Guarda. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Passávamos, agora, à discussão sobre a proposta de regimento da Assembleia Municipal da Guarda. Se o Executivo entender continuar, está à vontade. Se entender ausentar-se, obviamente (...) Há aqui umas pequenas alterações relativamente ao texto enviado e que foram equacionadas pelo Partido Socialista. Permitam-me, neste intervalo... vão distribuir? Já está distribuído? Então, enquanto leem, permitam-me só aqui um pequeno aparte em resposta ali à senhora Deputada sobre a limpeza na cidade. Num domingo, ainda há relativamente pouco tempo, à entrada da Rua Unamuno está lá um caixote para depositar roupa. O caixote é fazer assim, puxar e aquilo abre. Estavam para aí uns dez sacos no chão. O caixote estava vazio. Obviamente que passaram cães... enquanto leem isso. É só contar.

Claro que os cães espalharam a roupa toda. Eu telefonei para um responsável da autarquia que contactou a empresa. Isto é só para lhe dizer que não há Câmara nenhuma, não há Junta de Freguesia nenhuma, qualquer uma que seja, quando as pessoas não têm o mínimo de cuidado, tanto faz ser de um partido como de outro. Senhores Deputados. Já leram todos as alterações?” -----

- **Helena Saraiva, Deputada (PSD):** “Senhor Presidente da Mesa, é verdade aquilo que disse, mas também é verdade que nalguns casos de algumas daquelas fotografias foram meses, em locais onde há vigilância constante. É, temos que trabalhar. É isso. Mas não podemos é arranjar desculpas esfarrapadas para coisas que são evidentes. Isso é que não. Desculpe, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Está bem, não há problema. Miguel, se não se importa de apresentar as alterações. São vossas, não é? Vamos apresentar. É só explicar. Não há alterações aqui. Na proposta que nós enviámos é que elas não constaram e são as que foram discutidas no grupo. E, portanto, é só dizer o que é que na proposta que enviámos ficou a faltar. É só isso. Miguel, faça o favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “E fazendo a intervenção que eu já tinha previsto fazer relativamente a este tema e, depois, a seguir, digo-vos as alterações no fim. Dizer-vos que o trabalho que foi feito, foi, quanto a nós, um trabalho meritório. É um trabalho de que nos orgulhamos, penso eu. Foi um trabalho que foi feito por todos os líderes dos grupos parlamentares com a Mesa. E parabeno a Mesa pela condução dos trabalhos e o senhor Presidente. Como é obvio, em situações de discussão, às vezes ganha-se, outras vezes perde-se. Há pontos do Partido Socialista que foram aprovados, pontos do PSD que foram aprovados, pontos do PG que foram aprovados. Outros também haverá que não obtiveram a concordância dos grupos e, por isso, a realidade deste documento é a concordância dos vários grupos parlamentares. Dizer-vos que há um, dentro desses pontos, há um ponto que nos parece não razoável. E eu vou-vos pôr, a todos, o mais claro possível. Não é normal, não é normal que nós recebamos uma carta em nossas casas, há quinze dias, mais ou menos, porque está no regimento e depois não tem ordem de trabalhos. E a ordem de trabalhos só aparece depois, a seguir, dois ou três dias antes de começar a reunião. Nenhum de nós se pode preparar para essa reunião

devidamente, quando sabemos que a ordem de trabalhos nos vai ser entregue naquele momento. Tivemos em conta aquilo que o senhor Presidente da Assembleia nos disse na altura. É que era complicado para o Executivo reunir com antecedência para nos poder fazer chegar. Mas é assim não somos profissionais da política, eles é que são. E a eles é que lhes pagam. Eles têm obrigações para connosco. Este foi um dos pontos que, infelizmente... tentámos. Tentámos nós, tentou o PSD, tentou o Bloco de Esquerda, mas que, infelizmente, e para que o Regimento fosse aprovado, nós tivemos que abdicar. E conseguimos aquilo que nos pareceu melhor. Relativamente aos pontos que estão aqui a ser alterados e que foi a Mesa... aditados. São hoje aqui aditados porque houve um erro de transcrição. Então é assim. Relativamente ao artigo 27º, n.º 6, dever-se-á ler: *Nas sessões podem participar individualidades cuja presença se considere útil pelo seu conhecimento sobre temas em debate, conquanto tenham sido convidadas pelo Presidente da Mesa, por sua iniciativa ou sob proposta de qualquer Grupo Municipal, apreciada em Conferência de Representantes, convocada para esse efeito pelo Presidente da Mesa até 5 dias antes da data prevista para a Assembleia Municipal.* O que constava neste ponto antes, era que era o senhor Presidente da Mesa que cabia este convite. E, portanto, nós aqui aquilo que temos é que qualquer elemento da Assembleia Municipal pode, se assim o entender, solicitar a vinda, a este fórum, de qualquer personalidade. Depois, o número 7 diz: *Em casos excepcionais devidamente justificados, poderá qualquer membro da Assembleia Municipal, ou quem nesta tenha o direito ou o dever de estar presente, participar nas reuniões através de adequados meios de comunicação à distância, nomeadamente, videochamada ou outro equivalente, conquanto o requeiram ao Presidente da Mesa com um mínimo de 2 dias de antecedência em relação à data da reunião.* Precisamente pelas questões que aconteceram, nomeadamente a pandemia, coisas desse género. E, portanto, nós queremos que este regimento seja um regimento para o futuro e fica já esta situação também aqui, de alguma forma, salvaguardada. No artigo 27º, n.º... não. Isto aqui é o quê?" -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** "Consequência do aditamento do 6 e do 7, aditaram também o número 7 ao artigo 51º, que é a votação." -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Certo. Que diz: *Os membros da Assembleia Municipal que estejam a participar na reunião através de meios de comunicação à distância, nos termos do disposto no art. 27º, n.º 7, poderão exercer o seu direito de voto quando a votação não seja por escrutínio secreto, nos casos previstos nas alíneas a) e c) do n.º 1 do artigo seguinte.* Portanto, recorre daquilo. E depois também tem aqui uma situação que é: *As reuniões não poderão prolongar-se para além das 00h00.* Estava a dizer das 24h00 e aquilo que poderia aqui acontecer era que a reunião não pode demorar mais do que vinte e quatro horas. Não. Não pode ultrapassar a meia noite. Pronto. Era isto. Queria só aqui um pequeno pormenor que eu aconselhava. Se em vez de estarmos aqui a votar o Regimento de 2021/2025, pudesse não constar isso, pudesse constar Regimento da Assembleia Municipal. E pudesse constar também um asterisco qualquer relativamente aos tempos, dizendo que na futura Assembleia Municipal, quando eleita, os tempos, o anexo, poderá ser alterado de forma a estar de acordo com aquilo que todos nós queremos, que é que este seja um regimento não só para uma legislatura, mas possa também ir para outras. Está bem? Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Mais algum senhor Deputado se deseja pronunciar? Faça favor.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “É muito rápido. Só para dizer o seguinte. Na altura em que tive acesso ao regimento, portanto, li o regimento com atenção e produzi uma série de propostas de alteração a alguns artigos, em termos de sistematização e havia duas ou três questões mais pertinentes, portanto, depois falei com o Dr. João Correia. Sei que a comissão já estava a trabalhar, já estavam praticamente a terminar os trabalhos. Havia questões do género que foram levantadas agora pelo anterior membro da Assembleia Municipal, portanto, que eram pertinentes. Eu ainda não tive oportunidade de ler agora a versão final, digamos assim. Dei uma vista de olhos apenas. Mas falei com o Dr. João Correa à hora do almoço e também li muito rapidamente até o índice. Ora bem. Há aqui duas questões que eu gostaria de colocar aqui à Assembleia. Uma delas tem a ver com a forma de tratamento que são deputados, membros. Portanto, umas vezes diz-se deputados, outras vezes diz-se membros. A Lei 169 e a Lei 75, dizem claramente que a forma de tratamento é membros da Assembleia

Municipal. Não é deputado municipais. Nós somos membros da Assembleia Municipal. E, portanto, no regimento, na minha opinião, salvo melhor opinião, digamos assim, acho que devíamos deixar plasmado membros da Assembleia Municipal. Até para uniformizar, porque, se lerem, diz-se deputados, depois diz-se membros. Mas nós somos membros, não somos deputados. Embora, por uma questão de deferência e até de facilidade, eu possa admitir que a forma de tratamento entre nós seja deputado. Mas, deixar no regimento, para estar em conformidade com as duas leis das autarquias locais, acho preferível que fique membro e não deputado. Uma outra questão que eu tinha colocado também, tinha a ver com as sessões. Todos nós sabemos que isto é um órgão deliberativo e são sessões ordinárias e não reuniões ordinárias. Creio que isso já foi corrigido, em parte. Mas, se não foi, agradecia que fosse também porque é uma outra situação que, a meu ver, não está em conformidade com a lei habilitante. Portanto, era só isto. Para além de que eu, sinceramente, senhor Presidente, eu sistematizava-o de uma outra forma. Encurtava o regimento porque há ali algumas questões que me parecem redundantes. Mas eu vou ler novamente esta versão e se efetivamente houver, eu também posso dar aqui uma abordagem para futuro, digamos assim. Mas, de resto, concordo com o que está escrito. Só uma questão da plataforma, senhor Presidente, já agora. Nós hoje estamos no domínio das novas tecnologias e acho muito bem que se utilize uma plataforma. Mas, às vezes o tempo é que é pouco. Às vezes é um bocado complicado. Ainda agora foi aqui dito, e muito bem, temos dois ou três dias para ver os documentos. É um bocado difícil de gerir a plataforma. Mas pronto, é o que é. Eu, por acaso, não estava habituado a deixar intervenções minhas, numa plataforma, com essa antecedência. Porque eu acho que era preferível na própria Assembleia, (eu fui líder de uma bancada durante doze anos e, portanto, era na Assembleia, o regimento permitia isso) do que outras pessoas terem acesso. Eu acho, não é por nada, mas não gosto, sinceramente. Mas é o que é. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se há mais alguma intervenção? Barbara, faça o favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Então, enquanto Bloco de Esquerda, queremos congratular a iniciativa. Foram boas reuniões. Foram duras, não foi fácil. E também

queremos sublinhar essa parte. Ou seja, estes dias que foram conseguidos, foram conquistados e foram aceites também quando todos os grupos parlamentares disseram e dispuseram-se a rejeitar este regimento, caso estes dias também não fossem alterados. Portanto, sim, provavelmente ele vai ser aprovado com unanimidade, acredito eu, daquilo que foram as nossas reuniões. Mas quero sublinhar que foi uma luta dura para os líderes parlamentares. Não foi assim tão fácil permitir este aumento dos dias, que já percebi que nem toda a gente também concorda. Para termos este aumento dos dias na entrega dos documentos do Executivo para os membros da Assembleia, tivemos que também dar mais um dia ao Executivo. Ou seja, foi-nos pedido que colocássemos os nossos documentos um dia mais cedo e nós pedimos o mesmo ao Executivo, porque é mais do que justo, não é? Já foi dito aqui, não somos profissionais da política. Sabemos perfeitamente, qualquer pessoa que está à minha frente que tem um trabalho de sete, oito horas por dia, sabe perfeitamente que não tem dois dias para ler estes documentos. Por vezes temos pastas enormes para ler e acredito que grande parte de nós não consegue ler a totalidade dos documentos e, quando o faz, é sim a abdicar ou de horas de sono, ou de trabalho ou de algum tipo de qualidade. Dois dias não são dois dias. São algumas horas no final do dia para quem trabalha ou retira folgas, férias, de acordo com esta situação. Mas é importante reforçar que abdicámos de um dia que teríamos a mais para colocar a moções, de forma a que o Executivo nos desse mais um dia para lermos estes documentos. No entanto, acho que sim. Acho que foi um processo produtivo. Correu bem, apesar de, novamente sublinho, não foi uma conquista assim tão simples como pode parecer que estava a passar a mensagem agora. No entanto, acho que conseguimos um bom regimento e sim, se possível, para... não concordo aí já tirar as datas. Até porque, por mim, acho que poderemos voltar a debater um próximo regimento, quando estiver cá uma nova Assembleia, os tempos e os dias que temos para analisar aqueles que são os documentos de interesse municipal e cuja votação de todos nós conta para o futuro concelho. Portanto, temos que estar de consciência de que sabemos o que lemos, tivemos espaço e tempo para procurar esta informação. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Pode. Faça favor.” -----

- **Tiago Gomes, Deputado (PG):** “Boa tarde a todos, novamente. Eu só queria dizer e agradecer o trabalho que foi muito profícuo de todos os líderes dos diferentes grupos municipais. E não só os líderes, também muitas das vezes com outras ajudas, que se fizeram acompanhar. E do trabalho que toda a bancada teve, da Mesa, dos senhores Presidentes de Junta que exercem o seu mandato como independentes que tiveram, para a elaboração deste documento. Quanto à questão das datas, eu ia propor uma coisa. E eu entendo tanto o Miguel como a Bárbara. Não sei se se lembram daquela discussão que, discussão salvo seja, é conversa, aquela conversa que estávamos a ter quando se dizia sempre no regimento antigo que era deste anexo do qual faz parte integrante. A grelha de tempos do anexo do qual faz parte integrante. E que eu dizia sempre, vamos retirar a grelha de tempos que está no anexo. Ou seja, porquê? Porque pode-se mexer no anexo e não ter que se alterar completamente o regimento todo. Ou seja, esse anexo que é flexível como está dos vários tempos. E, portanto, também não vejo mal nenhum, como tu dizes, Bárbara, ficar 21/25. Também não vejo mal nenhum ficar sem data nenhuma. Mas acho que o principal está feito, que é o entendimento. E obrigado a todos. Foi um trabalho muito profícuo, apesar de demorarmos alguns meses. Demoramos exatamente os mesmos meses que demorou a Mesa passada. Portanto, também parabéns, senhor Presidente. Não ultrapassou o tempo devido.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não sei se mais algum senhor Deputado deseja intervir? Retira-se o 2021/2025. Pode ficar. O anexo deixou de fazer parte, retirámos as palavras *fazer parte integrante*. Este foi, como disse e subscrevo o que disse a senhora Deputada Bárbara, foi um trabalho de discussão, foi um trabalho de cedências, foi um trabalho de muitas conversas. E, portanto, em nome da Mesa, eu queria agradecer a todos os que participaram, os dirigentes dos grupos, alguns senhores Presidentes de Junta. Creio que valeu a pena e chegámos a um consenso. Relativamente ao senhor Deputado, eu tive o cuidado de eliminar todas as palavras membros da Assembleia e chamar sempre deputados, porque chegámos à conclusão que se podia utilizar a palavra deputado. Exceto, se for ver, creio eu que é na eleição da Mesa, em que diz que são os membros, ir buscar membros da Assembleia. Só foi aí que, creio eu, que ficou. Ficou em dois pontos em que não é diretamente a falar dos deputados. Eu tive esse cuidado.

